

**Universidade Federal de Ouro Preto**  
Programa de Pós-Graduação em História

---

Dissertação

---

**CHALÉS ECLÉTICOS NA CIDADE  
BARROCA: PODER, LINGUAGEM  
ARQUITETÔNICA E PATRIMÔNIO EM  
OURO PRETO (1880-1950)**

*Bruna Carneiro Leão Simões*

Mariana  
2023



Bruna Carneiro Leão Simões

**CHALÉS ECLÉTICOS NA CIDADE BARROCA:**  
poder, linguagem arquitetônica e patrimônio em Ouro Preto (1880-1950)

Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais,  
Universidade Federal de Ouro Preto.

Linha de Pesquisa: Poder, Linguagens e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu

Coorientador: Prof. Dr. Tito Flávio Rodrigues de Aguiar

Mariana, Minas Gerais

2023

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S593c Simoes, Bruna Carneiro Leao.  
Chalés ecléticos na cidade barroca [manuscrito]: poder, linguagem  
arquitetônica e patrimônio em Ouro Preto (1880-1950). / Bruna Carneiro  
Leao Simoes. - 2023.  
153 f.: il.: color., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu.  
Coorientador: Prof. Dr. Tito Flávio Rodrigues de Aguiar.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro  
Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em  
História.  
Área de Concentração: História.

1. Patrimônio cultural - Ouro Preto (MG). 2. Ecletismo na arquitetura -  
Ouro Preto (MG). 3. Arquitetura - Ouro Preto (MG). 4. Chalés - Ouro Preto  
(MG). I. Abreu, Marcelo Santos de. II. Aguiar, Tito Flávio Rodrigues de. III.  
Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 72(815.12)(043.3)

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Bruna Carneiro Leão Simões

**CHALÉS ECLÉTICOS NA CIDADE BARROCA:**  
poder, linguagem arquitetônica e patrimônio em Ouro Preto (1880-1950)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de mestre

Aprovada em 21 de março de 2023

### Membros da banca

Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Prof. Dr. Tito Flavio Rodrigues de Aguiar - Co-orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Prof. Dr. Eduardo Augusto Costa - (Universidade de São Paulo)  
Profa. Dra. Patrícia Thome Junqueira Schettino - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 20/06/2023



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Santos de Abreu, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/06/2023, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0544462** e o código CRC **417B6135**.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha família, meus pais, Maria José e Almir e a minha irmã Vívian, por me apoiarem nos meus sonhos e me auxiliarem em toda a minha trajetória acadêmica.

Sou grata também ao João Vitor, meu parceiro e companheiro que me acompanhou e incentivou durante toda a minha jornada. À sua família, ressalto meus agradecimentos, por todos os conselhos e apoio que me deram.

Às professoras Patrícia Junqueira e Fernanda Bueno, que me apresentaram e me acolheram no mundo da pesquisa no decorrer da graduação, devo agradecer imensamente.

Ao meu orientador Marcelo de Abreu e meu coorientador Tito Flávio de Aguiar, que me guiaram por toda a pesquisa com muito conhecimento e paciência, meu muito obrigada.

Considero fundamental agradecer a todos os discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em História que me acolheram com tanto carinho e presteza.

Devo registrar a minha gratidão também a todos os servidores dos acervos consultados, em especial à Helenice do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, que me auxiliaram na busca de documentos e informações essenciais para a produção dessa pesquisa.

Meus agradecimentos também à Universidade Federal de Ouro Preto por me acolherem e financiarem essa pesquisa.

## RESUMO

A presente pesquisa aborda a arquitetura eclética na cidade de Ouro Preto, com foco principal na tipologia dos chalés durante o período de intervenção modernista no município. Com o reconhecimento da importância de preservação do patrimônio nacional e a implantação dos primeiros instrumentos de proteção, Ouro Preto recebe grande ênfase por causa do seu acervo preservado do período colonial e atravessa um momento de alterações da sua paisagem urbana. Durante esse período, a arquitetura eclética é uma das principais construções da cidade a serem modificadas, contudo os chalés permanecem praticamente inalterados. Essa pesquisa, portanto, tenta compreender as principais influências na preservação desses imóveis a partir do ponto de vista socioeconômico dos proprietários desses imóveis, além de analisar a interferência das políticas patrimoniais promovidas pelas instituições responsáveis em proteger o patrimônio nacional. Ao todo, são 15 imóveis analisados, durante o desenvolvimento dessa pesquisa, localizados dentro do perímetro tombado do distrito sede de Ouro Preto. O ineditismo temático e originalidade na escolha dos objetos de estudo justificam a importância dessa pesquisa na compreensão de um período pouco abordado no âmbito acadêmico. Objetiva-se, por fim, incentivar estudos e pesquisas sobre uma nova perspectiva da cidade.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural Edificado; Ouro Preto; Arquitetura Eclética; Chalé

## **ABSTRACT**

Eclectic chalets in the baroque city: power, architectural language and heritage in Ouro Preto (1880-1950)

This research approaches the eclectic architecture in the city of Ouro Preto, with a main focus on the typology of chalets during the period of modernist intervention in the municipality. With the recognition of the importance of preserving the national heritage and the implementation of the first protection instruments, Ouro Preto receives great emphasis because of its preserved collection from the colonial period and is going through a moment of changes in its urban landscape. During this period, the eclectic architecture is one of the main buildings in the city to be modified, however the chalets remain practically unchanged. This research, therefore, tries to understand the main influences on the preservation of these properties from the socioeconomic point of view of the owners of these properties, in addition to analyzing the interference of heritage policies promoted by the institutions responsible for protecting the national heritage. In all, there are 15 properties analyzed during the development of this research, located within the listed perimeter of Ouro Preto. The thematic originality and originality in the choice of objects of study justify the importance of this research in understanding a period little discussed in the academic field. Finally, the objective is to encourage studies and research on a new perspective of the city.

**Keywords:** Built Cultural Heritage; Ouro Preto; Eclectic Architecture; Chalet

## Sumário

1.	Introdução: .....	11
1.1.	Apresentação do tema:.....	11
1.2.	Sobre a dissertação:.....	24
1.3.	Organização do trabalho .....	26
2.	O Projeto Modernista e a criação da cidade barroca e colonial:.....	30
2.1.	Trajetória da Política Patrimonial no Brasil: .....	30
2.2.	Arquitetura como um Arquivo .....	44
2.3.	Função Social do Patrimônio: .....	49
2.4.	Intervenções Modernistas em Ouro Preto:.....	58
3.	O Patrimônio Modernista e a sobrevivência do ecletismo na cidade histórica:...	71
3.1.	Ouro Preto do século XX: .....	71
3.2.	A tipologia dos chalés e o poder socioeconômico dos seus proprietários:	85
4.	Conclusão: .....	128
5.	Referências: .....	133
5.1.	Jornais:.....	133
5.2.	Inventários:.....	136
5.3.	Livros:.....	136
5.4.	Referências Bibliográficas: .....	137
6.	Apêndice: .....	141



## Figuras

Figura 1 - Rua Randolpho Bretas nº59, Bairro Pilar .....	11
Figura 2 - Estação de Trem .....	12
Figura 3 - Chalé Particular, Rua Zizinha Cruz nº 88, Bairro Rosário .....	13
Figura 4 - Antigo Conselho Deliberativo de Belo Horizonte.....	20
Figura 5 - Mercado Municipal, Largo de Coimbra .....	66
Figura 6 - Cine Vila Rica no estilo Eclético.....	68
Figura 7 - Cine Vila Rica após intervenção modernista.....	68
Figura 8 - Ministério Público no estilo eclético.....	69
Figura 9 - Ministério Público após intervenções modernistas.....	69
Figura 10 - Mapeamento dos Chalés .....	92
Figura 11 - Mapeamento Bairro Cabeças .....	95
Figura 12 - Mapeamento Bairro Rosário .....	95
Figura 13 - Mapeamento Bairro Pilar .....	96
Figura 14 - Mapeamento Centro .....	96
Figura 15- Mapeamento Antônio Dias e Alto da Cruz .....	97
Figura 16 - Rua Alvarenga nº 12, Cabeças Antigo.....	98
Figura 17 - Rua Alvarenga nº 12, Cabeças.....	98
Figura 18 – Rua Alvarenga nº 733, Cabeças Antigo .....	99
Figura 19 - Rua Alvarenga nº 733, Cabeças .....	99
Figura 20 – Chalé Scliar Centro.....	102
Figura 21 - Chalé Alto da Cruz.....	102
Figura 22 – Praça Américo Lopes nº 78, Pilar Antigo.....	103
Figura 23 – Praça Américo Lopes nº 78, Pilar.....	103
Figura 24 – Rua Alvarenga nº 427 e nº 439, Cabeças Antigo .....	104
Figura 25 – Rua Alvarenga nº 427, Cabeças .....	105
Figura 26 – Rua Alvarenga nº 439, Cabeças .....	105
Figura 27 – Rua Gabriel Santos nº 107, Rosário Antigo .....	106
Figura 28 – Rua Gabriel Santos nº 107, Rosário .....	106
Figura 29 - Rua Conselheiro Quintiliano nº 506, Alto da Cruz.....	107
Figura 30 – Rua Zizinha Cruz nº 88, Rosário .....	108
Figura 31 – Rua Alvarenga nº 149, Cabeças Antigo .....	109
Figura 32 – Rua Alvarenga nº 149, Cabeças .....	109
Figura 33 – Rua Bernardo Guimarães nº 82, Rosário Antigo .....	110
Figura 34 – Rua Bernardo Guimarães nº 82, Rosário .....	110
Figura 35 - Rua das Flores nº 171, Centro Antigo.....	112
Figura 36 - Rua das Flores nº 171, Centro.....	112

Figura 37 - Rua Costa Sena nº 307, Centro Antigo.....	114
Figura 38 - Rua Costa Sena nº 307, Centro.....	114
Figura 39 - Rua Getúlio Vargas nº 10, Centro Antigo.....	116
Figura 40 - Rua Getúlio Vargas nº 10, Centro.....	116
Figura 41 - Rua Carlos Tomás nº 33, Antônio Dias Antigo.....	118
Figura 42 - Rua Carlos Tomás nº 33, Antônio Dias.....	118
Figura 43 - Rua Diogo de Vasconcelos nº 30 - Pilar .....	119
Figura 44 - Largo do Rosário nº 99 Antigo .....	124
Figura 45 - Largo do Rosário nº 99.....	125
Figura 46 - Largo do Rosário nº 99, Salvemos Ouro Preto .....	126

## 1. Introdução:

### 1.1. Apresentação do tema:

Ouro Preto é uma cidade mundialmente conhecida devido ao seu grande acervo arquitetônico e histórico preservado do período colonial. Contudo, não é só do estilo colonial que a paisagem do município é composta. Conforme o desenvolvimento das cidades e o decorrer dos períodos históricos, novos estilos arquitetônicos se incorporam nas construções e, com Ouro Preto não é diferente.

O município de Ouro Preto, que tem suas primeiras construções datadas do século XVIII e são, até hoje, preservadas, também apresenta imóveis de períodos históricos subsequentes, como a arquitetura eclética e a moderna. Apesar da cidade receber maior foco devido às construções coloniais, alguns representantes ecléticos permeiam suas ruas, mesmo que passando despercebidos pelos visitantes.

O estilo eclético ouropretano, apesar de possuir uma quantidade menor de exemplares comparado aos imóveis coloniais, ainda possui construções espalhadas por todo o centro histórico da cidade, bem como possui tipologias diversas. É possível encontrar imóveis tanto particulares, como apresentado (Fig. 1), quanto públicos (Fig. 2).

**Figura 1 - Rua Randolpho Bretas nº59, Bairro Pilar**



Fonte: Lucas Alcântara, 2022.

A primeira imagem representa um exemplo de arquitetura civil localizada próxima a uma das igrejas mais famosas de Ouro Preto, a Basílica de Nossa Senhora do Pilar. Como se pode perceber, esse imóvel destoa das construções coloniais devido

suas características típicas das construções ecléticas, como a presença de platibanda no lugar de um beiral que avança a própria construção.

Outro elemento eclético é a presença de uma varanda lateral, que não é vista nos imóveis coloniais. Além disso, a cor e os estuques da fachada, o uso do ferro forjado no guarda-corpo e os lambrequins são elementos que destacam ainda mais a sua diferença com as edificações que a cercam. Mesmo apresentando todas essas características, ainda passam despercebidas pelas pessoas que frequentam a cidade.

**Figura 2 - Estação de Trem**



Foto: Lucas Alcântara, 2022.

Outro exemplo de arquitetura eclética é a Estação de Trem (Fig. 2), localizada no bairro da Barra, no centro histórico de Ouro Preto. A Estação de Trem é uma representação emblemática da chegada da Revolução Industrial no Brasil. Foi através das vias férreas que foi possível expandir as novas ideologias e técnicas de construção advindas da Revolução e a arquitetura eclética foi escolhida como representante dessas inovações.

Não somente é possível observar as características das construções ecléticas, citadas acima, nessa edificação, como também ela é composta por uma urbanização típica do século XIX. Os jardins e coretos eram uma parte da urbanização própria do período entre os séculos XIX e XX, sendo os jardins brasileiros inspirações dos

européus. Essa urbanização não era presente no período colonial e só ganhou força após as novas ideologias, que serão discutidas posteriormente nessa dissertação, da época de modernização.

**Figura 3 - Chalé Particular, Rua Zizinha Cruz nº 88, Bairro Rosário**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

Como explicitado anteriormente, Ouro Preto apresenta diversas tipologias do estilo eclético. Entre as tipologias presentes, encontram-se os chalés, objeto de estudos dessa pesquisa. Eles apresentam características diferentes das citadas anteriormente, como por exemplo, não possuem platibandas e, sim, telhado em duas águas que constrói um frontão triangular na fachada frontal da edificação. A Figura 3 é um exemplar de chalé localizado no bairro do Rosário no centro histórico de Ouro Preto.

Essa edificação (Fig. 3) localizada ao lado de outra igreja de grande importância para Ouro Preto, a Igreja da Nossa Senhora do Rosário. As duas igrejas, por ora citadas, são bens tombados pertencentes ao centro histórico da cidade e possuem características típicas da linguagem arquitetônica colonial barroca. Fica evidente o contraste dos dois estilos, principalmente quando dispostos tão próximos um ao outro. Apesar do grande contraste, o estilo eclético é ofuscado pelo colonial, podendo ser, muitas vezes, confundido com uma construção do século XVIII.

A linguagem arquitetônica é definida pelos signos que carrega, ou seja, uma edificação possui símbolos e formas com importância contextual, e transmite uma mensagem ao observador. O significado altera-se conforme o contexto da construção, ou até mesmo o contexto do observador, de acordo com a premiada arquiteta e escritora Marina Waisman<sup>1</sup>. Conforme a mudança do contexto, o mesmo acontece com o significado da edificação, uma vez que o observador pode ter diferentes valores culturais relacionados ao seu local e à sua época. Para a pesquisadora, uma vez alterado o valor do signo, o da linguagem também mudará, já que há um vínculo entre estes fatores<sup>2</sup>.

A arquitetura é uma linguagem e se concretiza nas tipologias, que são definidas por Waisman<sup>3</sup> como a representação concreta de um conjunto de pensamentos e ideais regidos por um período histórico. As dinâmicas da duração histórica são fatores essenciais uma vez que uma mesma tipologia carregará tanto os significados do seu contexto histórico de origem, como assumirá novos significados em novos contextos.

Assim, as linguagens arquitetônicas no Brasil acompanham as transformações da história brasileira, desde o período colonial quando se desenvolve um estilo próprio a partir de matrizes europeias e técnicas adaptadas localmente até nossos dias com a variedade dos estilos contemporâneos. Dentre todos os que foram implementados no Brasil, interessa a esta pesquisa o estilo eclético, cuja relevância advém, principalmente, por estar intrinsecamente vinculado a períodos históricos de grandes transformações mundiais que compreendem o final do século XIX e início do século XX.

O final do século XIX foi denominado de Belle Époque e se caracterizou pela crença de que o progresso material possibilitaria resolver tecnicamente todos os problemas da humanidade. As cidades se tornaram um local privilegiado para usufruir o conforto material e contemplar as inovações introduzidas pela modernidade. O paradigma de modernização foi o de Paris com sua reforma urbana implementada por Georges Eugène Hausman, entre 1853-1869<sup>4</sup>.

O século XIX, no Brasil, foi um período de modernização e progresso, ideal com origem na Primeira Revolução Industrial, e que promoveu mudanças arquitetônicas e urbanas nas cidades brasileiras como o alargamento das ruas, o uso de novos materiais e técnicas de construção.

O desenvolvimento e o crescimento urbano em certas áreas do país (Rio de Janeiro), gerando uma vida urbana bastante especial e

---

<sup>1</sup> WAISMAN, Marina. **O Interior da História: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 121.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 121.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>4</sup> BONAMETTI, João Henrique. **A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira**. R. cient./FAP, Curitiba, v. 1, p. 2, jan/dez, 2006.

contraditória, pois elas foram espantosas e, às vezes, muito rápidas (como em São Paulo) e não se erguia fundada em uma sociedade recém-saída da escravidão, cujos traços mais evidentes insistiam em permanecer. Modelos de urbanização e de cidades modernas tentaram impor-se nesse período, promovendo no tecido urbano e social autênticas cirurgias, que, de algum modo, procuravam apagar as características ligadas ao mundo rural de nossa sociedade<sup>5</sup>.

Segundo Bonametti, tanto a cidade do Rio de Janeiro como São Paulo passaram por intervenções na paisagem urbana. Essas reformas urbanas estavam interligadas a um movimento higienista do país. No Rio de Janeiro, as medidas sanitárias implantadas por Francisco Pereira Passos contribuíram para a transformação paisagística e urbanística da cidade durante a operação “bota-abaixo”<sup>6</sup>. O autor, ainda sobre o Rio de Janeiro, acrescenta que durante essa reforma:

[...] expulsaram para longe a população pobre, erradicaram as epidemias, sanearam o espaço urbano, redesenharam ruas e reconstruíram edifícios, transformando a paisagem colonial da área central da cidade em grandes avenidas arborizadas, com traçado amplos e calçadas pavimentadas em mosaicos portugueses, acabando com os antigos e desconfortáveis paralelepípedos de pedra e a iluminação elétrica substituíram os lampiões a gás<sup>7</sup>.

Segundo Benchimol, “as avenidas constituíam, assim, um instrumento principal do plano de remodelação e “saneamento” (em sua acepção mais ampla e ambígua), destinada a transformar a capital da República numa cidade moderna e higiênica”<sup>8</sup>. Essa seria, conforme o autor, a primeira vez que “o Estado planejava a sua ação e intervinha diretamente no espaço urbano da cidade”<sup>9</sup>.

As desapropriações constituíram um dos mecanismos básicos acionados pelo Estado para executar os melhoramentos urbanos em proveito do grande capital comercial e financeiro e de seus “sócios menores”. Atingira de maneira desigual o conjunto da população nas áreas visadas.

Para os não-proprietários, ou seja, para o proletariado e uma parcela das classes médias que habitavam as casas de cômodos, cortiços, estalagens e prédios deteriorados existentes no centro, elas significaram a expulsão pura e simples de seus locais de moradia<sup>10</sup>.

As desapropriações agravaram a “crise” habitacional da região, principalmente com a “escassez de alojamentos para os trabalhadores”. Houve um grande “aumento

<sup>5</sup> MORAES apud BONAMETTI. Op. Cit, 2006, p. 5.

<sup>6</sup> BONAMETTI, Op. cit, 2006, p. 7.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>8</sup> BENCHIMOL, Jaime L. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992, pp 235-236.

<sup>9</sup> *Ibidem* p. 246.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 249.

dos aluguéis, a superlotação dos cômodos e a deterioração de suas condições higiênicas”. Segundo Benchimol, “as desapropriações representam uma perda: de localização, de rendas, de clientela e, por vezes, a da “pequena propriedade” urbana”<sup>11</sup>.

Já na cidade de São Paulo, Bonametti traz como exemplo de reforma eclética na paisagem urbana a construção do parque D. Pedro II, que ocorreu entre 1914 e 1922. Segundo o autor, o parque foi desenhado com um “traçado eclético clássico em um terreno de várzea, que se transformou em uma área de recreação e contemplação”. Outro parque citado pelo autor foi o Parque Trianon, localizado na Avenida Paulista que foi planejado com um “traçado orgânico e uma sinalização romântica”. O capital advindo da produção de café, segundo o autor, foi o que financiou as reformas urbanas em São Paulo, ligado principalmente as elites paulistanas<sup>12</sup>.

Os bairros das elites paulistanas se ergueram longe do centro deteriorado, seguindo na direção das antigas chácaras loteadas na Vila Buarque, Campos Elíseos e formaram bairros nobres como Higienópolis e Pacaembu. Ao alto do espigão ergueu-se a avenida Paulista, o ícone do poder econômico dos barões do café do século XIX. Mais do que nunca a elite procurava se distanciar do centro da cidade, vivendo costumes e padrões europeus, sendo eleito o ecletismo arquitetônico e paisagístico, o agente conceitual deste pensamento de época<sup>13</sup>.

O estilo eclético adotado pelas elites paulistanas para demonstrar o anseio de distanciamento entre essa classe e o centro da cidade e também para se aproximarem dos costumes europeus, era composto por novas técnicas adquiridas no processo da revolução, bem como utilizava materiais como ferro fundido e o vidro em sua construção.

Os elementos metálicos ferrosos possibilitaram as inovações na estrutura das edificações ecléticas Ribeiro (2003, p.79) afirma que a introdução de “grades de ferro (em especial em balcões) já era sentida desde a primeira metade do séc. XIX, mas é apenas ao final do século que apareceram as estruturas metálicas em pisos e colunas de sustentação”. Sendo que na estrutura era mais comum o ferro laminado – chapa de metal ferroso -, o ferro fundido - liga dura quebradiça e não-maleável à base de ferro, carbono e sílica, fundido em um molde - e o aço – qualquer uma das várias ligas à base de ferro com menos carbono do que o ferro fundido e mais do que o ferro batido. Segundo Melo (2006, p.85) os pilares quando feitos de ferro fundido tinham a seção do fuste freqüentemente circular, quadrada, hexagonal ou octogonal e o seu interior era oco, essas peças eram utilizadas em interiores, fazendo parte da decoração, como nos exemplos da figura

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 249.

<sup>12</sup> BONAMETTI, Op. cit, 2006, p. 8.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 9.



a seguir. Se fossem feitos de ferro laminado ou de aço ficaram ocultas nas alvenarias<sup>14</sup>.

A arquitetura eclética, segundo Yves Bruand, foi utilizada no cenário carioca e paulistano como uma forma de imitação a arquitetura europeia. Segundo Bruand, “os cariocas e paulistas mais abastados que podiam viajar e conhecer o “Velho Mundo” voltavam de lá encantados com as coisas que viam”, e por reconhecerem que o estilo representava muita força nos locais que visitavam, “queriam que aqui também tivessem esses ares”<sup>15</sup>.

Se na Europa, o ferro era disfarçado de material nobre, gerando veementes protestos de um Ruskin, no Brasil, há casos de colunas de madeira que fingem ser de ferro, atestando o desejo de participar de uma modernidade evidentemente simbólica<sup>16</sup>.

Segundo Fabris, Yves Bruand ainda “considera a arquitetura brasileira do início do século XX destituída de originalidade, interessada tão somente na imitação” em que exprimem “um complexo de inferioridade”. Ao tratar sobre “complexo de inferioridade” a autora propõe o reconhecimento da teoria de dependência e do “desejo de ser estrangeiro, daquela sede de cosmopolitismo que toma conta do Brasil sobretudo após o advento da República”<sup>17</sup>.

País mestiço que se sonha branco, país que começa a experimentar o processo industrial e já se crê plenamente moderno, o Brasil de fins do século XIX deseja romper de vez com o estatuto colonial, projetando-se integralmente num modelo econômico e cultural que lhe permitiria superar de imediato um passado com o qual não se identificava e que procura apagar, sem rodeios, como comprova a remodelação do Rio de Janeiro quando da construção da Avenida Central<sup>18</sup>.

Já Nestor Goulart Reis, conforme o texto de Martins, contextualiza o estilo Eclético na situação política, econômica e social do país. Para ele, o ecletismo deve ser visto como uma parte importante das mudanças que ocorrem no mundo nesse período<sup>19</sup>. Segundo o autor, as mudanças atingiram âmbitos como a agricultura tradicional, que passou a ser voltada para exportação, assim como a alteração de mão-de-obra escrava para a utilização de trabalhadores livres, juntamente com a imigração europeia para o país. Há, principalmente, o crescimento de uma classe social, a

---

<sup>14</sup> MARTINS, Ana Paula Ramos da Silva. **O Patrimônio Eclético no Rio de Janeiro e a sua preservação**. Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 42, 2009.

<sup>15</sup> MARTINS, Op. cit., 2009 p. 19.

<sup>16</sup> FABRIS, Annateresa. **Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização**. Anais do Museu Paulista Nova Série nº 1, 1993, p. 139.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>19</sup> MARTINS, Op. cit., 2009, p. 21.

burguesia, que apresenta uma força empresarial e que usufruiu dessas novas técnicas importadas da Europa<sup>20</sup>.

Fabris, em seu texto, traz a visão de Pevsner sobre a ligação entre o gosto eclético e o contexto histórico do período ao qual se insere, principalmente as tipologias que afloram uma releitura de estilos passados na busca de reviver e reinventar essas arquiteturas.

Pevsner tem razão quando detecta no século XVIII uma matriz da atitude eclética. E, de fato, a postura investigativa do Iluminismo, sua concepção da cultura como conquista, troca e mensagem, sua necessidade de rever os estilos do passado, inclusive o clássico, à luz do presente que permitirão a disponibilidade e a multiplicidade que caracterizarão o século seguinte. Alguns exemplos serão suficientes para comprovar essa afirmação.' Piranesi, consciente da relatividade da fruição artística, propõe outros modelos referenciais que não o romano, mostrando interesse pelos estilos grego, egípcio e etrusco que, combinados entre si, proporcionariam o aparecimento de novos ornamentos e de novas maneiras arquitetônicas. Uma outra vertente - a poética do pitoresco - mostra igualmente uma atenção de caráter eclético para com o passado<sup>21</sup>.

Para a autora, “o que a atitude poliestilística do ecletismo denota não é apenas um fato artístico, mas uma nova organização social e cultural” que privilegia “o instável e o relativo em detrimento do absoluto e do eterno”. Na Europa, como afirma Fabris, “o ecletismo é o estilo próprio da modernidade que lida sem problemas com o passado”, contudo, no Brasil, o ecletismo “não implica em conhecimento da tradição anterior e sim o rechaço radical dos vestígios coloniais que persistiam no país, apesar do neoclassicismo da Missão Artística Francesa”<sup>22</sup>.

As novas técnicas de construção, conjuntamente com os novos meios de transporte, como as ferrovias, contribuíram para a criação de uma arquitetura de “edifícios importados, produzidos pela indústria” que “vinha desmontados em partes nos porões dos navios acompanhados dos desenhos e instruções de montagem”<sup>23</sup> em edificações de grande importância nas capitais brasileiras. Além disso, para Nestor Gourelart Reis, esse estilo arquitetônico também fez parte de um momento político importante do país, que abrangeu a abdicação de D. Pedro I. Segundo Martins, “A utilização de elementos construtivos industriais e a sua assimilação dentro de um

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, pp. 21-22.

<sup>21</sup> FABRIS, Op. cit., 1993, p. 132.

<sup>22</sup> *Ibidem*, pp. 134-135.

<sup>23</sup> MARTINS, Op. cit., 2009, pp. 21-22.

panorama das tradições locais sinalizavam um dualismo, pois ao mesmo tempo em que se tem um avanço tecnológico há um reforço dos laços tipicamente coloniais”<sup>24</sup>.

No Brasil, portanto, o Ecletismo foi um indício de um contexto social, político e econômico que permeou o final do século XIX e começo do século XX, a fim de representar o “progresso, tradicionalismo e progresso...”<sup>25</sup>. De um modo geral, tratava-se de afirmar o gosto e pertencimentos das classes abastadas a uma cultura universalista de base européia. Contudo, o estilo não se propagou de maneira uniforme por todo o país. Diversas vertentes desse estilo foram utilizadas no território brasileiro com técnicas de construção diversas, bem como de representações sociais e políticas diferentes.

Tal qual no século XIX internacional, no Brasil destaca-se uma série de manifestações e dentre elas estão os diversos neos, isto é, as retomadas de estilos históricos: *vilas* florentinas, palácios paladianos, soluções maneiristas, moçárabes, palácios assírios, egípcios, bem como o neogótico, muito empregado em templos católicos e nos gabinetes de Real Leitura dos principais centros brasileiros, comumente denominados de neomanuelinos<sup>26</sup>.

Um exemplo de arquitetura neomanuelina é o imóvel onde se localizava o antigo Conselho Deliberativo e Câmara Municipal de Belo Horizonte (Fig. 4). O edifício foi construído entre 1911 e 1916. Seu tombamento ocorreu no ano de 1975 e possui características ecléticas tanto do neogótico quanto do manuelino<sup>27</sup>.

---

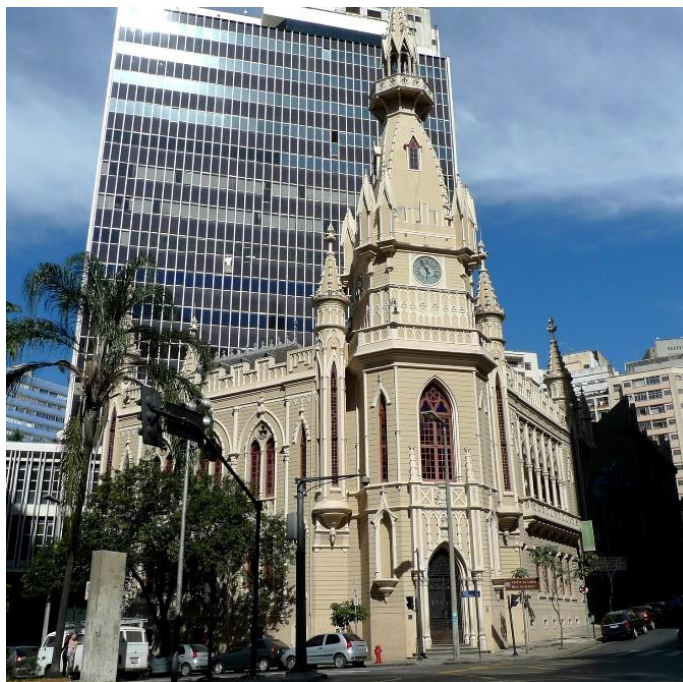
<sup>24</sup> *Ibidem*, pp. 22-23.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>26</sup> CAMPOS, Adalgisa. **Minas Gerais no limiar da modernização: o Ecletismo vernacular em três cidades de origem colonial**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019, p. 169. Disponível em: [https://www.upo.es/area-historia-arte/wp-content/uploads/2019/04/Adalgisa\\_Arantes\\_Campos\\_Minas\\_Gerais\\_no\\_limiar\\_da\\_modernizacao\\_oi\\_electismo\\_verbacykar\\_en\\_tres\\_cidades\\_de\\_origem\\_colonial.pdf](https://www.upo.es/area-historia-arte/wp-content/uploads/2019/04/Adalgisa_Arantes_Campos_Minas_Gerais_no_limiar_da_modernizacao_oi_electismo_verbacykar_en_tres_cidades_de_origem_colonial.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2022.

<sup>27</sup> Edifício do antigo Conselho Deliberativo e Câmara Municipal de Belo Horizonte. **Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/11/bens-tombados-edif%C3%A9cio-do-antigo-conselho-deliberativo-e-c%C3%A2mara-municipal-de-belo-horizonte>>. Acesso em 23 de jan. 2023.

**Figura 4 - Antigo Conselho Deliberativo de Belo Horizonte**



Fonte: Acervo Iepha.

A arquitetura eclética não foi somente utilizada como símbolo de progresso nas capitais do Brasil, mas se expandiu para cidades do interior do país, como é o caso de Ouro Preto. Nesta cidade, o estilo eclético foi utilizado como mecanismo de modernização do município a fim de manter a capital. Novas edificações foram construídas nesse estilo, além da implantação de elementos ecléticos nas fachadas de prédios existentes, como o uso do ferro fundido em guarda-corpos, bandeiras de vidro e ornamentos metálicos. Contudo, os esforços exercidos para trazer uma imagem de progresso para a cidade não foram suficientes para a permanência da capital. Em 1897, a Cidade de Minas, atualmente conhecida como Belo Horizonte, recebe a nova capital do estado, o que acarretou na migração de grande parte da população ouro-pretana para a capital<sup>28</sup>.

Devido à grande evasão populacional para a nova capital, a cidade de Ouro Preto passa por um período de poucas mudanças arquitetônicas e urbanísticas. O município permanece com a sua paisagem praticamente intacta até a década de 1950. Apesar do reconhecimento da arquitetura colonial como verdadeiro representante

---

<sup>28</sup> OLIVEIRA, Leandro Duque de. **Ocupação Urbana de Ouro Preto de 1950 a 2004 e Atuais Tendências**. 2010. f. 130. Dissertação (Mestrado em Geologia Ambiental e Conservação de Recursos Naturais) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010, pp. 57-58.

nacional ocorrer na década de 1930, somente em meados do século é que acontecem as intervenções urbanas.

A busca pelo verdadeiro representante nacional tem sua origem ligada com o conceito de monumentos históricos e surge juntamente com a necessidade de proteção desse patrimônio. Os intelectuais modernistas, após uma disputa com os representantes neocoloniais, foram os responsáveis pela nomeação desses monumentos históricos no Brasil e elegem a arquitetura colonial como a autêntica identidade do país. Em virtude da mudança da capital e de décadas sem alterações arquitetônicas significativas no conjunto edificado da área central, Ouro Preto cultivou suas edificações dos séculos XVIII e XIX e, por isso, recebe grande ênfase pelos modernistas.

Houve várias tentativas de proteção da arquitetura de Ouro Preto. A partir das festividades do bicentenário do município, a cidade conseguiu atingir a atenção de grandes públicos que perceberam a importância da proteção desse patrimônio. Com isso, medidas foram tomadas para que se conservasse, principalmente, as edificações do estilo colonial, não só de Ouro Preto, mas também outras cidades que possuíam construções desse período.

Há algumas iniciativas de âmbito municipal para a preservação dos imóveis ouropretanos a partir de decretos-lei. Já em 1933, tem-se a elevação de Ouro Preto como Monumento Nacional. Após alguns anos, é criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais que desencadeou o projeto de desenvolvimento da instituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN. Apesar da definição da arquitetura colonial como a verdadeira representante nacional, intelectuais que estavam à frente das instituições de proteção ao patrimônio discordavam quanto aos conceitos que determinavam a sua conservação.

Os intelectuais modernistas e os intelectuais neocoloniais possuíam visões diferentes quanto à arquitetura colonial como parte do patrimônio nacional. Esse embate fica evidente no processo de construção do Grande Hotel de Ouro Preto. O primeiro anteprojeto da edificação foi apresentado por Carlos Leão e seguia os princípios de construção do estilo neocolonial. Contudo, com a intervenção de alguns arquitetos modernistas, o projeto executado do prédio foi de Oscar Niemeyer, que seguia o estilo construtivo da arquitetura moderna.

A construção do Grande Hotel foi o marco final da disputa entre os arquitetos neocoloniais e os modernos, com a vitória desse último grupo. A partir dessa discussão,

os intelectuais modernistas assumem os cargos de poder do SPHAN e se tornam os responsáveis pela elaboração de leis de proteção patrimonial, privilegiando a arquitetura colonial.

A escolha e predileção da arquitetura colonial incentivou intervenções em construções de outros estilos arquitetônicos. A cidade de Ouro Preto passou a ser vista como conjunto representativo da qualidade da arquitetura colonial e os intelectuais modernistas ansiavam por manter essa imagem. Para tanto, desejavam a harmonização estética da cidade, o que culminou em legislações que incentivavam a descaracterização de outros estilos que também pertenciam à cidade, como o exemplo do atual Cine Vila Rica que será descrito posteriormente nesse texto.

Ouro Preto, assim como outras cidades brasileiras, passou por diversos períodos históricos e, com isso, também apresenta arquiteturas representantes desses anos. Como dito anteriormente, o município possuía edificações do período de modernização da cidade, o estilo eclético. Contudo, esse estilo era tido, pelos modernistas, como um estrangeirismo e era indigno de apreciação. Devido a essa discriminação com a arquitetura eclética, diversas edificações ouropretanas foram modificadas para que se harmonizassem com o restante da cidade.

O estilo eclético sofreu diversas intervenções em meados do século XX, por meio de decretos e leis que apoiavam a homogeneização da cidade. Contudo, dentro das tipologias ecléticas, o chalé, permaneceu praticamente intacto perante essas intervenções. O motivo da sua permanência é o foco principal dessa pesquisa que busca compreender o contexto histórico, econômico e social dessa linguagem arquitetônica na cidade.

O recorte da pesquisa envolve 15 imóveis do estilo chalé localizados dentro do perímetro histórico do distrito sede de Ouro Preto. O período histórico a ser pesquisado corresponde às décadas entre 1880-1950 que compreende o período de hegemonia do gosto eclético nas cidades brasileiras, no final do século XIX até a década de 1950, em que ocorreram as primeiras alterações estilísticas e urbana no município. (como afirmar isso; justificar o recorte temporal inicial)

Foi nos anos de 1949 e 1950 em que se realizou um estudo sobre o estado de conservação dos imóveis ouropretanos, feito por Sylvio de Vasconcellos e Paulo Thedim Barreto, sob o comando do então diretor do DPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Esse estudo ajudará a compreender o olhar modernista perante as edificações do estilo eclético, bem como desvendar sobre as primeiras medidas de proteção ao patrimônio

realizadas em Ouro Preto. Portanto, a data desse estudo foi o recorte temporal escolhido como base para essa pesquisa.

Essa pesquisa tem seu início atrelado à participação dessa autora, entre os anos de 2017 e 2018, na iniciação científica, cujo título é: "Ouro Preto, cidade eclética? Estudo sobre a produção arquitetônica do século XIX e início do século XX na cidade de Ouro Preto", orientada pelas professoras Patrícia Thomé Junqueira Schettino e Fernanda Alves de Brito Bueno. Durante o desenvolvimento desse estudo, foi possível perceber a sobreposição temporal, exemplificada pela arquitetura, em Ouro Preto. O intuito da iniciação científica era desmistificar o ideal de que o município possuía apenas uma representação estilística arquitetônica, o colonial.

Com a pesquisa voltada para as análises e estudos sobre o estilo eclético, demonstrou-se a relevância e importância de estudos nessa área, uma vez que poucos trabalhos sobre a cidade de Ouro Preto focam na arquitetura do final do século XIX e começo do século XX. O anseio por dar continuidade aos estudos relativos aos imóveis desse período culminou na monografia "A Permanência dos Chalés em Ouro Preto perante as Intervenções Modernistas", escrita por essa mesma autora. O estudo realizado em 2019 possuía o mesmo objeto de estudo dessa dissertação e buscava compreender também a perduração da tipologia dos Chalés diante das modificações incentivadas por esses profissionais.

O viés adotado na monografia intentava entender a não intervenção a partir das características e elementos arquitetônicos das edificações. A hipótese base do trabalho era a comparação entre a estética dos chalés e a estética colonial. Tal vínculo demonstraria a preferência da manutenção dos elementos da tipologia, uma vez que suas edificações se assemelhavam a arquitetura colonial. Foi a partir do desenvolvimento de uma tabela de comparação entre os elementos arquitetônicos da arquitetura colonial, da arquitetura dos chalés, e da arquitetura eclética que foi possível perceber que esse não foi um fator de influência na permanência dessa tipologia.

A questão relacionada à conservação da tipologia dos chalés durante as intervenções modernistas, portanto, não foi sanada durante o desenvolvimento da monografia, o que culminou no prosseguimento da pesquisa na elaboração dessa dissertação. Agora, entretanto, as hipóteses estão relacionadas ao contexto social, histórico e econômico dos proprietários dessas edificações, bem como na elaboração da legislação de proteção ao patrimônio nacional.

Objetivou-se analisar acervos documentais, registros históricos e arquivos patrimoniais com a finalidade de compreender as razões sociais, econômicas e políticas para a preservação dos Chalés. Além disso, essa pesquisa se propôs a investigar uma possível associação entre o contexto socioeconômico dos proprietários desses imóveis e a sua permanência no período pesquisado, bem como compreender a elaboração e implantação das políticas públicas patrimoniais e as suas influências na conservação da arquitetura colonial, preferencialmente, e dos Chalés em Ouro Preto.

Indagar sobre as funções das instituições responsáveis por elaborar os instrumentos de proteção ao patrimônio e investigar a existência de um vínculo entre as políticas públicas implantadas e a preservação dessas edificações também são objetivos dessa pesquisa. Essa dissertação busca, portanto, compreender a relação ou interferência do contexto socioeconômico e político na linguagem arquitetônica presente na cidade de Ouro Preto, bem como o papel das instituições na proteção dos imóveis do município.

## **1.2. Sobre a dissertação:**

A presente pesquisa enfatiza a discussão sobre os conceitos de patrimônio histórico e a linguagem arquitetônica, sobretudo, por projetar esse debate na análise que se tentou fazer da tipologia dos chalés da cidade de Ouro Preto, da sua implantação e permanência, tendo em conta as definições como a apresentada por Maria Letícia Mazzucchi Ferreira:

[...] o patrimônio pode ser compreendido como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro; e para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si<sup>29</sup>.

Tal perspectiva de estudo sobre a tipologia dos chalés em Ouro Preto é singular, uma vez que a maior parte das pesquisas empreendidas sobre essa região concentra-se na arquitetura colonial e na formação urbana da cidade. Além do caráter inédito da perspectiva e do objeto de estudo em relação às investigações sobre a paisagem patrimonial de Ouro Preto, também é necessário evidenciar a originalidade de que se revestem as hipóteses que regem este trabalho, uma vez que se propôs ponderar sobre as relações entre o papel desempenhado pelos órgãos responsáveis por preservar e conservar o patrimônio, o contexto socioeconômico e a posição social dos proprietários dos chalés como fatores determinantes na manutenção da tipologia,

---

<sup>29</sup> FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. "Patrimônio: discutindo alguns conceitos". In: **Diálogos** — DHI/PPH/UEM, 2006; 10 (3): 79-88, p. 79.



aspectos que, até onde se pôde apurar com pesquisa prévia, não foram discutidos por quaisquer estudos. Desta forma, o ineditismo do corpus e a originalidade na abordagem conferem à pesquisa pertinência e relevância científicas por lançar luz a questões que muitas vezes estão relegadas a um segundo plano.

O estudo pode, então, evidenciar as camadas de tempo e projetos sociais que o patrimônio ouropretano expressa para além da ênfase modernista na arquitetura colonial. Apesar da cidade, em seu perímetro histórico tombado, apresentar, em maioria, imóveis construídos no estilo colonial, possui outros estilos arquitetônicos de períodos subsequentes, sendo eles: o eclético e o moderno. O debate acerca da sobreposição temporal dos estilos é importante para demonstrar que eles fazem parte da construção da memória local e de todo um contexto social, econômico e político da cidade. Assim como é importante, também, discutir a respeito dos órgãos públicos municipais e federais responsáveis por salvaguardar o patrimônio nacional.

É relevante e pertinente o debate acerca da função dos órgãos públicos responsáveis pela proteção do patrimônio, principalmente tendo em vista a atual situação de sucateamento e descrédito em que essas instituições se encontram, contexto agravado pela troca de servidores técnicos em cargos de direção por profissionais sem perfil ou formação acadêmica compatível com o cargo e pelo o contingenciamento de verbas governamentais<sup>30</sup>, evidenciando que grande parte das lideranças políticas não reconhece a importância da preservação desses conjuntos patrimoniais. O descrédito dos serviços prestados por essas instituições, como o IPHAN, pode ser observado durante todo o período de atuação dos órgãos patrimoniais:

O Iphan, historicamente, é alvo de tentativas de esvaziamento, como se viu durante os trabalhos constituintes de 1988, entre outros trechos em que, até com a mudança de sua denominação oficial ou o fracionamento do organismo, buscou-se a capitulação sonhada pelos oportunistas de plantão e os especuladores de toda sorte. Divergências internas, mantidas à sombra, igualmente favoreceram o avanço do solapamento<sup>31</sup>.

Ademais, foi necessário compreender também as funções desempenhadas pelas instituições de poder, Prefeitura Municipal e IPHAN, na proteção e preservação

---

<sup>30</sup> FIORATTI, Gustavo; ANGIOLILLO, Francesca. **Governo troca técnicos e prevê corte de 72% de verbas no IPHAN**. FolhaPress, Jornal do Brasil, 30 setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/pais/2019/09/1017453-governo-troca-tecnicos-e-preve-corte-de-72--de-verbas-do-iphan.html>>. Acesso em: 26 out. 2020.

<sup>31</sup> SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. **Abertura para novas dimensões**. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão/: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ouro Preto, 2009, pp. 7-10, p. 8.

do patrimônio local, uma vez que interfeririam nas decisões em relação à conservação desses bens. A compreensão do papel realizado por essas instituições e também das políticas públicas implantadas para tal ação auxiliou no entendimento da adequação desses instrumentos, bem como da eficiência em relação à preservação dos bens.

Se não houver essa coordenação de ação, esse pacto e esse compartilhamento de atribuições e responsabilidades, fica difícil atuar de maneira efetiva, seja na preservação ou na promoção e na proteção do patrimônio histórico, seja nos outros campos de responsabilidade da política de cultura, nas artes, enfim, no respeito e na promoção da diversidade cultural<sup>32</sup>.

A pesquisa, portanto, não está circunscrita em si mesma e, por extrapolar os limites da observação e da crítica, é que ela ganha magnitude. O estudo sobre a arquitetura eclética, e sua relação opositiva e complementar com o estilo colonial, promove a compreensão de pertencimento desses estilos na formação histórica da paisagem urbana e para isso, o minucioso exame dos exemplares da tipologia dos chalés foi fundamental. A compreensão através de análises e de estudos sobre o assunto contribui com o campo de estudos sobre o patrimônio, bem como para divulgar uma perspectiva crítica sobre as políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural, arquitetônico e urbano, não só relativas ao estilo eclético, mas também a todo o conjunto tombado de Ouro Preto e região.

### **1.3. Organização do trabalho**

A presente dissertação se estrutura de modo a abordar as temáticas relacionadas a arquitetura dos séculos XIX e XX de Ouro Preto, com foco principal a tipologia dos chalés. Cada capítulo corresponde a uma parte da história, a qual é composta por contexto social, econômico e político e, para tanto, foram definidos a partir das hipóteses bases dessa pesquisa.

O primeiro capítulo: “O Projeto Modernista e a criação da cidade barroca e colonial”, aborda, a partir da documentação legislativa, artigos, livros e jornais, o caminho delineado pelas políticas patrimoniais no país. O intuito foi compreender as funções sociais atribuídas ao patrimônio arquitetônico ao longo da sua proteção e como isso afetou a produção das políticas de proteção e conservação desses monumentos nas primeiras décadas do século XX.

---

<sup>32</sup> SANT’ANA, Daniel. **O Desafio de implantar um sistema nacional de patrimônio cultural**. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão/: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ouro Preto, 2009, pp. 11-12.

Demonstrou-se também, neste capítulo, como ocorreu a implantação dessa legislação, com ponto central da investigação as modificações realizadas, na arquitetura já existente de Ouro Preto, utilizando-se do exemplo do caso do atual Cine Vila Rica. É também, a partir da análise da inserção das leis patrimoniais, que se compreendeu a sua influência perante a não intervenção arquitetônica na tipologia dos chalés. Nesse capítulo também se estudou a reação social perante a implantação das políticas patrimoniais na cidade, para compreender se houve ou não alguma interferência social na aplicação dessas medidas, e por consequência, na permanência dos chalés.

O segundo capítulo: “O Patrimônio Modernista e a sobrevivência do ecletismo na cidade histórica”, tem foco principal no contexto social da produção da arquitetura dos chalés. Para compreender o contexto em que os chalés estão inseridos, diversos arquivos foram consultados. O Arquivo Central do IPHAN do Rio de Janeiro, o Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto, a Biblioteca Municipal, a Secretaria do Patrimônio Municipal e o Arquivo Público Municipal foram os locais onde se coletou alguns dos documentos utilizados nessa pesquisa.

O primeiro contato estabelecido com estas instituições foi de forma remota, uma vez que a pesquisa se iniciou em 2020, conjuntamente com a pandemia do Coronavírus que assolou o mundo. Devido aos protocolos exigidos pelo governo, a pesquisa sofreu atrasos, uma vez que não era possível acessar as documentações físicas disponíveis nas instituições. Com o contato remoto foi possível analisar alguns documentos que já estavam digitalizados como os inventários e registros dos bairros e de alguns chalés, como o Chalé da Rua Alvarenga nº 12. Apesar da disponibilidade de documentos digitais, foram os documentos físicos que trouxeram informações mais relevantes para a pesquisa.

Os arquivos analisados no Arquivo Público Municipal eram compostos pelos livros e fichas: Livro de Lançamento de Impostos Territorial e Predial dos anos de 1948 a 1950; Livro de registro de profissões de aforamentos dos anos de 1900 a 1935; Livro de Impostos de Industrias e Profissões dos anos de 1948 a 1957 e da década de 1960; as Fichas de cadastro e lançamento predial e territorial urbano das décadas de 1970 e 1980; e as Fichas de Cobrança das décadas 1960 a 1980. Esses documentos foram produzidos pelos servidores da fazenda municipal no exercício de suas funções e eram registros principalmente para arrecadação de impostos com as atividades econômicas do município, registro das receitas da cidade e registro dos imóveis com o nome dos respectivos proprietários.

Esses documentos trouxeram luz sobre os proprietários dos imóveis estudados. Através de uma relação entre a pesquisa de Sylvio de Vasconcelos, que será detalhada posteriormente, e os livros: Livro de Registro de Lançamento de Imposto sobre Indústrias e Profissões e Livro de Registro de Lançamento de Imposto territorial e predial, encontrou-se o nome e a profissão dos donos dos chalés.

A partir do nome e da profissão dos proprietários, foi possível pesquisar mais informações nos jornais de Ouro Preto disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital Brasil, onde foram analisadas publicações municipais das décadas de 1930 a 1970. Essas publicações apresentavam importantes informações sobre o contexto social dos proprietários analisados. Tais dados ajudaram a compreender se esse foi um fator importante nas decisões de não intervenção nos chalés.

Deve-se destacar o uso das fotografias como parte imprescindível da documentação pesquisada. As fotografias fazem parte do processo de comparação do contexto histórico antes e depois das intervenções modernistas. O acervo fotográfico utilizado para traçar o paralelo entre os períodos históricos analisados foi o acervo de Luiz Fontana, um fotógrafo que residiu em Ouro Preto nas décadas de 1930 e 1960<sup>33</sup>.

Poucas são as informações, segundo Oliveira, sobre Luiz Fontana. O único trecho referente ao fotógrafo foi publicado no livro “Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana” que diz:

Ouro-pretano, filho de imigrantes italianos que vieram para a cidade em 1895, arredo e quieto, fotógrafo de excepcional talento e sensibilidade, Luiz Fontana manteve estúdio fotográfico em Ouro Preto, entre as décadas de vinte e cinquenta, no Largo do Rosário, onde morou e, por muito tempo, na Rua São José, um de seus temas favoritos. Fontana inicialmente fotografou como amador. Depois, viveu de fotografia, seja da venda de artigos fotográficos e de postais, seja como retratista e paisagista. Fez milhares de chapas, grande parte delas documentando Ouro Preto<sup>34</sup>.

Luiz Fontana registrou não somente o espaço urbano da cidade, mas retratou a sua vida social. Ao utilizar o acervo deixado pelo fotógrafo pretendeu-se demonstrar as mudanças ocorridas na paisagem ouropretana durante o decorrer do tempo. Segundo Oliveira, “seu acervo é uma das mais importantes documentações visuais para

---

<sup>33</sup> OLIVEIRA, Alexandre Augusto de. **O Olhar do Fotógrafo Luiz Fontana: documentação de Ouro Preto (1930-1960) – Fotografia e Arte Pública: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006, p. 9.

<sup>34</sup> MARTINS, Alexandre Alvarez de Souza; DAMASCENO, Sueli Pereira. Introdução do livro **Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana**. 2a ed. Ouro Preto, Ed. da UFOP, 1996.

o estudo das transformações urbanas/arquitetônicas de Ouro Preto no século XX<sup>35</sup> e, com certeza, foi uma das documentações mais importantes para a compreensão das intervenções modernistas na cidade.

O apêndice proposto foi pensado para demonstrar e ressaltar a arquitetura dos chalés como parte integrante da cidade de Ouro Preto. Visa-se enfatizar a diversidade estilística do município a fim de quebrar o paradigma de homogeneização colonial. O intuito é apresentar a importância dos outros estilos arquitetônicos para a formação histórica e cultural da região.

---

<sup>35</sup> OLIVEIRA, Op. cit., 2006, p. 11.

## 2. O Projeto Modernista e a criação da cidade barroca e colonial:

### 2.1. Trajetória da Política Patrimonial no Brasil:

A preservação do patrimônio arquitetônico está além de questões estéticas. A formação desses bens está vinculada à história e a cultura ao qual pertence, a partir de laços com a construção da identidade de um povo. Essa visão de patrimônio como a entendemos hoje, já sofreu diversas modificações ao longo do tempo, como pode ser visto no trecho a seguir.

A palavra patrimônio, ainda hoje, tem a capacidade de expressar uma totalidade difusa, à semelhança do que ocorre com outros termos, como é o caso de cultura, memória e imaginário, por exemplo. Frequentemente, aqueles que desejam alguma precisão se vêem forçados a definir e redefinir o termo. A necessidade de recuperar a sua capacidade operacional driblando o seu acento de difusa totalidade, está na raiz das constantes requalificações a que essa palavra tem sido submetida<sup>36</sup>.

A expressão “patrimônio histórico”, como enfatiza Chagas, é difusa e está em constante mudança de significado. A origem desse termo, segundo Poulot, está atrelada, na Antiguidade, às posses de família que eram transmitidas entre as gerações, as heranças<sup>37</sup>. Azzi reitera ao afirmar que a origem da palavra patrimônio está relacionada ao latim *patrimonium*, “significando o que se recebe de uma família, sendo *pater* compreendido mais no sentido social do que biológico do termo”<sup>38</sup>.

Para o direito romano, responsável pela formação de parte da consciência ocidental, o patrimônio é o conjunto dos bens familiares considerados não segundo seu valor pecuniário, mas segundo sua condição de bens-para-transmitir. Tal traço os diferencia de forma absoluta dos demais bens que, de modo geral, ‘não estão inscritos num status [...], e sim considerados em separado dentro de um mundo de objetos que possuem um valor próprio, atribuído exclusivamente pela troca e pela moeda’. De fato, na cultura do *patrimonium*, ‘a norma social pedia que aquilo que fosse possuído por alguém devia ter sido transmitido através de herança paterna e aquilo que tinha sido herdado devia ser transmitido.’ O termo ‘patrimônio’ remete assim a um bem de herança que, segundo Littré, por exemplo, ‘descende conforme as leis

<sup>36</sup> CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação museal: Museu, Memória e Poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003, p. 30.

<sup>37</sup> POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

<sup>38</sup> AZZI, Christine Ferreira. O Patrimônio Histórico e a cultura material no Renascimento. **Poesia, pensamento e narrativas nos séculos XVI e XVII**. Letras, Santa Maria, v. 21, n. 43, p. 358, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/6910/4185>>. Acesso em 18 de fevereiro 2021.

dos pais e das mães aos filhos'. Ele não evoca a priori o tesouro ou a obra-prima, mas envolve a reivindicação de uma genealogia<sup>39</sup>.

Durante o século XIV e XV, com a ascensão da racionalidade no Renascimento, vê-se a transformação dos “modos de ver e pensar as artes e as coleções. As fronteiras entre as concepções de patrimônio, de memória e de nação se tornam ainda mais fluidas”<sup>40</sup> e é a partir da relação dessa tríade que se inicia a percepção de proteção desses bens, o que auxilia no desenvolvimento de instituições que já eram utilizadas para a conservação de coleções e “antiguidades”<sup>41</sup>.

Em contrapartida, nada de semelhante se passa domínio das antiguidades arquitetônicas. A literatura artística e o modelo museológico exerceram mesmo a maior parte das vezes efeitos perversos, ao favorecer uma fragmentação predadora dos grandes monumentos, cujos despojos vêm enriquecer as coleções públicas e privadas<sup>42</sup>.

É no século XVIII que essa ligação entre o patrimônio, a memória e a nação, reafirma a importância da proteção desse patrimônio. Neste período, os bens passam por riscos de destruição e perdas, o que acarreta em uma intervenção estatal a favor da sua proteção, atrelando-lhes o valor de nação. Segundo Vieira, os dois marcos históricos principais causadores do desaparecimento com os monumentos e a história do passado foram a Revolução Industrial, que com a produção em grande escala, “fez com que os objetos e artefatos humanos tendessem rapidamente ao esquecimento e à ruína”, e a Revolução Francesa que “foi marcada pela destruição de efígies reais, objetos e monumentos religiosos”<sup>43</sup>. Ao considerar o patrimônio como parte da construção de uma sociedade e parte da concepção cultural de uma comunidade, se percebe o valor de nação que o Estado impõe.

Foi com a chegada do Romantismo no século XVIII que essa ideia de patrimônio-nação se sobressai. Assim, as heranças e bens, tanto físicos quanto abstratos, mas com valor cultural para a formação daquela comunidade, conduzem a utilização do termo *patrimônio* para denominá-los<sup>44</sup>. Azzi acrescenta ainda que o objeto

<sup>39</sup> POULOT, Dominique. **Museu, nação, acervo**. In: BITTENCOURT, José Neves et alii. História representada: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 35.

<sup>40</sup> AZZI, Op.cit, 2011, p. 360

<sup>41</sup> CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2014, pp. 86-87.

<sup>42</sup> CHOAY, Op cit, 2014, p. 87.

<sup>43</sup> VIEIRA, Pollianna Gerçossimo. **Salomão de Vasconcellos e a consagração da “Athena Mineira” em Monumento Nacional (1936-1947)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016, p. 12. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/7137/1/DISSERTAÇÃO\\_SalomãoVasconcelosConsagração.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/7137/1/DISSERTAÇÃO_SalomãoVasconcelosConsagração.pdf)>. Acesso em: 17 de fevereiro 2021.

<sup>44</sup> VIEIRA, Op. cit, 2016, p. 12.

patrimonial é essencial para a existência de uma comunidade, capaz de gerar uma relação entre a memória e a nação e que deve ser reconhecido coletivamente<sup>45</sup>.

Dessa forma, pode-se dizer que o século XVIII, à luz da filosofia iluminista, pôde consolidar os avanços relativos à cultura material, sobretudo os que se referem às noções de colecionismo, patrimônio, museus, traduzindo-se inclusive através do desenvolvimento de museus como instituições, de legislação específica sobre monumentos históricos e do surgimento de disciplinas relativas ao estudo das artes e da percepção estética. Porém, é importante ressaltar que tal cenário se construiu justamente pelos fundamentos teóricos e estéticos fornecidos pelo período renascentista, caracterizado pelo interesse na busca do saber, pela investigação e, sobretudo, pela ruptura na concepção das ideias de arte e de artista<sup>46</sup>.

A nova estrutura social à base da revolução industrial, com início no século XVIII, colaborou para a percepção da importância da proteção desse patrimônio<sup>47</sup>. É nesse período também que o espaço urbano ganha uma perspectiva histórica e, portanto, passa a constituir parte do valor cultural da comunidade e inaugura a concepção de patrimônio urbano<sup>48</sup>. Além disso, com a percepção do patrimônio como parte de valor para a comunidade, ele passa a fazer “parte de um projeto mais amplo de constituição de uma identidade nacional e serviu como vetor à construção homogênea desta identidade”<sup>49</sup>. Com isso, o patrimônio atinge a função de “reforçar a noção de cidadania, tornar visível e real a nação e legítima um poder” e por alcançar o patamar de poder, intelectuais são escolhidos para serem responsáveis por nomear o que deveria ser patrimônio histórico<sup>50</sup>.

Assim, a nação, através das escolhas dos intelectuais sobre aquilo que fará parte do patrimônio, se torna o que é, porque se apropria deste num esforço de restituir, proteger ou inventar a continuidade e a integridade daquilo que foi definido como sendo a identidade e a memória nacionais. O diferente e a fragmentação são perdidos nos discursos patrimoniais para dar ao patrimônio cultural integridade e coerência<sup>51</sup>.

Durante o século XIX, têm-se a denominação de “monumentos históricos” que abarcavam apenas o patrimônio edificado como símbolos de uma comunidade que deveriam ser preservados. Essa concepção, inicialmente criada na primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, na França, categorizou três conjuntos de bens

---

<sup>45</sup> AZZI, Op.cit, 2011, p. 359.

<sup>46</sup> *Ibidem*, pp. 368-369.

<sup>47</sup> SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Salvador: Oiti, 2014, p. 43-46.

<sup>48</sup> CHOAY, Op.cit, 2014, pp. 189-193.

<sup>49</sup> VIEIRA, Op.cit, 2016, p. 13.

<sup>50</sup> *Ibidem*, pp. 13-14.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 14.



edificados: 1) indícios da Antiguidade; 2) construções de cunho religioso datadas da Idade Média e; 3) castelos<sup>52</sup>.

A origem das expressões “monumento histórico” e “patrimônio cultural” foram estudadas por diversos autores que, segundo Oliveira, concordam em alguns pontos:

i) a noção de monumento histórico se situa no Renascimento, período em que o passado começou a ser analisado sob uma perspectiva histórica inédita; ii) a mesma noção apareceu, como a compreendemos hoje, na França, em um inventário produzido em 1790; iii) foi no decurso da Revolução Francesa que o conceito de patrimônio, com vistas à garantia da preservação de bens móveis e imóveis de interesses histórico e artístico, apareceu como um assunto de Estado; iv) patrimônio firmou-se como um conceito na Europa no decorrer do século XIX, tendo se disseminado pelo mundo durante o século XX.<sup>53</sup>

A disseminação do conceito de patrimônio ligado à identidade nacional chega ao Brasil já no século XX, em que o “patrimônio nacional, nesse contexto, devia remeter-se a um passado relacionado a eventos, símbolos e personagens representados materialmente e referentes a uma história considerada remota”<sup>54</sup>. Em 1936, os intelectuais modernistas se tornam os responsáveis por nomear os novos monumentos “assim como os considera dignos de tornar digna, em nome do Estado, a produção do passado que será por ele protegida para a posteridade”<sup>55</sup>.

Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcellos partilhavam certo ideário: a construção do saber histórico passava por um processo de reconhecimento de seu significado e lugar pela elite mineira, um lugar de destaque no discurso político. O passado naquele momento era revelado como um propulsor da nacionalidade, e, mais do que isso, da regionalidade. Iluminar os tempos pretéritos tinha a finalidade de salvaguardar o passado do esquecimento<sup>56</sup>.

A construção de uma identidade nacional, segundo Silva, estava relacionada com o final do Império e o começo do regime republicano no Brasil. O autor ainda acrescenta que “a agregação do povo à nação se fazia presente, perpassando os

<sup>52</sup> CHOAY, Françoise. Op.cit, 2014, p.12

<sup>53</sup> OLIVEIRA, Gabriel Luz. **Os veios profundos de Mariana (Minas Gerais):** transformação do espaço urbano na cidade-patrimônio (1938-1967). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020, p. 29-30. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/12361>>. Acesso em 18 de fevereiro 2021.

<sup>54</sup> RIBEIRO, Marília de Azambuja; BOTELHO, Angélica Cristina de Paula. Op. cit, 2013, p. 1.

<sup>55</sup> CAVALCANTE, Lauro. **Moderno e brasileiro:** A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro, ZAHAR, 2006, p. 54.

<sup>56</sup> SILVA, Rodrigo Machado da. **Entre Antigos e Mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013, p. 74. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3491/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O\\_AntigosMineirosDiogo.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3491/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_AntigosMineirosDiogo.pdf)>. Acesso em 24 de jan. 2023.

discursos de intelectuais, políticos e legisladores, que de certa forma estavam interessados em pensar a educação nos primórdios da república”<sup>57</sup>. Como parte desse discurso político-intelectual, a recuperação do passado setecentista é fundamental, como afirma o historiador. “Imersos a desordem imputada por um futuro incerto, o passado emerge como um sustentáculo da ideia de progresso em Minas no início do século XX”<sup>58</sup>.

A Inconfidência Mineira teve um grande papel na construção de uma legitimidade do regime republicano e na redefinição de uma identidade coletiva, como afirma Silva em seu texto, e para isso, foi necessária uma releitura desse marco histórico<sup>59</sup>. “O 21 de abril tornava-se a data da glória. Todo o passado republicano e suas lutas tinham o 21 de abril como o momento símbolo de sua vitória”<sup>60</sup>.

Tiradentes era quem desenvolvera as ideias liberais que se espalharam por todos os cantos agitando a mocidade, que estava colhendo os frutos daquelas ideias. Vasconcellos reafirmava a luta contra o despotismo, mas não contra a Europa, e desse embate era construído a liberdade nacional. Tudo isso sobre o altar da velha e amada Ouro Preto. *“Foi aqui que a liberdade, como em segunda Belém, nasceu oculta; e é aqui...sim! É aqui, que se um dia morrer [a liberdade], morrerá ainda às claras, em campo aberto, como seu pai e seu mártir!”*<sup>61</sup>.

Segundo Silva, “Ouro Preto passava a se reinventar como cidade ‘histórica’”. O historiador traz o texto de Caion Meneguello Natal para afirmar que, a cidade deveria permanecer com as características do passado, como seu traçado urbano, com a sua arquitetura e até sobre o discurso sobre si mesma. Conforme Silva, sobre o texto de Natal, Ouro Preto relevava “um tradicionalismo que deveria ser reforçado como peça fundamental na constituição da identidade brasileira e mineira, sobretudo”<sup>62</sup>.

É possível compreender, então, a importância da preservação da cidade de Ouro Preto como um símbolo naquele momento. As primeiras palavras, segundo Natal,

---

<sup>57</sup> SILVA, Rodrigo Machado da. **Entre Antigos e Mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013, p. 65. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3491/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O\\_AntigosMineirosDiogo.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3491/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_AntigosMineirosDiogo.pdf)>. Acesso em 24 de jan. 2023.

<sup>58</sup> SILVA, Op. cit., 2013, p. 69.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 75.

pronunciadas a favor da preservação arquitetônica foram sobre a cidade de Ouro Preto em 1911, no bicentenário do município<sup>63</sup>.

Várias pontes artísticas em arcos romanos e várias fontes públicas de dar a beber água ao povo, ainda existem na velha cidade ouropretana, atestando o cuidado dos seus antigos edis, que fizeram construir tais obras, hoje preciosos monumentos do passado<sup>64</sup>.

Conforme Caion Natal, é nesse momento que a concepção de monumento histórico é sugerida para definição da cidade de Ouro Preto. Tal município, segundo o autor, apresenta características arquitetônicas e urbanísticas que prospectam um conjunto “homogêneo e harmônico” e que formam uma “imagem singular de um passado heroico”<sup>65</sup>. Essas características despertam o anseio de proteção dessa história e, por consequência, uma preocupação em preservar a própria cidade<sup>66</sup>.

As festividades realizadas para celebrar o bicentenário ouropretano pretenderam comemorar “a aludida efeméride”. Contudo, tal evento extrapolou seu intuito inicial e acabou por promover a imagem de um núcleo histórico que deveria ser preservado. Segundo Natal, “tal festividade serviu para divulgar a cidade como detentora das tradições mais caras ao povo mineiro e como santuário onde se preservara. Gravados em suas pedras e prédios, os mais heroicos acontecimentos da história pátria”<sup>67</sup>.

O objetivo último das celebrações do bicentenário era, conforme Natal, “eternizar a imagem de Ouro Preto enquanto núcleo da cultura e da história de um povo mineiro, divinizar um tempo passado, uma tradição”. Devido a sua representação como uma “vitrine da história e da tradição”, deveria, portanto, ser preservada<sup>68</sup>.

Os “lugares” de Ouro Preto seriam, portanto, referências do seu passado glorioso, heroico. Dessa forma, ruas, sítios, ângulos, praças, casas, adros eram associados aos grandes feitos e à existência presente dos heróis do passado, como se uma memória coletiva estivesse sedimentada na concretude da cidade<sup>69</sup>.

---

<sup>63</sup> NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: A construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 96.

<sup>64</sup> SENNA, apud, NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: A construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 96.

<sup>65</sup> NATAL, Op. cit., 2007, pp. 96-97.

<sup>66</sup> *Ibidem* p. 98.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>68</sup> *Ibidem*, pp. 92-94.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 100.

Com o término das celebrações, como afirma Natal, Ouro Preto recebe uma nova perspectiva para a sociedade. A cidade agora, representa um “modelo de cidade histórica para a nação”, além de demonstrar as primeiras preocupações de preservação da história nacional. Segundo o autor, pode-se afirmar que o anseio de preservar os monumentos históricos estava então lançado: “já começavam a surgir as primeiras preocupações preservacionistas que serviriam como base às políticas patrimoniais federais da década de 1930”<sup>70</sup>.

No ano de 1919, Minas Gerais recebe a visita de Mario de Andrade, que viria a ser um renomado modernista. Na Revista do Brasil, que era uma mídia muito importante para o debate intelectual naquele momento<sup>71</sup>, é publicado no ano de 1920 o relato sobre a sua estadia. O artista conta sobre o contato que teve com as personalidades locais como o poeta Alphonsus de Guimarães e como o arcebispo D. Silvério Gomes Pimenta. Segundo Arruda, “esses contatos e a repercussão do artigo da Revista Brasil foram sedimentando a revalorização da arte barroca mineira e a necessidade de sua preservação”<sup>72</sup>.

O presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, Bruno Lobo, em 1920 solicita a elaboração de um anteprojeto de lei que visava a proteção do patrimônio nacional. Além de estar incompleto, o anteprojeto “propunha a desapropriação de todos os bens e não teve boa acolhida”. No ano de 1923, chega à Câmara dos Deputados um projeto elaborado por Luís Cedro, que propunha a criação da Inspetoria de Monumentos Históricos<sup>73</sup>.

Em 1922, Jonatas Serrano e alguns outros membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro solicitaram ao presidente a preservação da arquitetura ouropretana que estava vinculada à Inconfidência Mineira<sup>74</sup>. Passados alguns anos, o arcebispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes, defendia a proteção dos edifícios eclesiásticos e das antiguidades contra a sua comercialização e deterioração<sup>75</sup>. Em

---

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>71</sup> LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

<sup>72</sup> ARRUDA, José Maria. **Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural: Ação do Estado e da Comunidade - Uma análise do município de Mariana, MG**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, p. 31, 1994.

<sup>73</sup> ARRUDA, Op. cit., 1994, pp. 31-32.

<sup>74</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. **A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937)**. Anais do Museu Paulista Nova Série, v. 25, n. 3, 2017, p. 239.

<sup>75</sup> SCARPATI, Riler Barbosa. **Para a glória da Roma Mineira: Museu Arquidiocesano de Mariana (1926-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014. Disponível em:

1926, ocorreu festival de transferência da Bandeira do 17º voluntário da pátria em Mariana, onde estava presente Gustavo Barroso, o então diretor do Museu Histórico Nacional. Esse momento foi o marco para o início da campanha a favor da proteção dos monumentos nacionais, com foco principal na cidade de Ouro Preto<sup>76</sup>.

Durante as décadas de 1920 e 1930, a criação do patrimônio no Brasil está relacionada com experiência das reformas urbanas que ocorreram principalmente nas capitais em que o patrimônio colonial foi questionado e a modernização dos espaços afetaram os centros urbanos antigos em busca da identidade nacional. Nesse período, projetos de proteção foram realizados, “os Estados da federação que possuíam acervo do período colonial saíram na frente dos demais, instituindo Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos. Foi o caso da Bahia, em 1927, e de Pernambuco, em 1928”<sup>77</sup>.

Em nível municipal, foi Ouro Preto que deu o primeiro passo. Em 1931, o prefeito João Velloso assinou o Decreto nº 13 com o objetivo de “conservar o aspecto colonial [da cidade] transmitido de nossos antepassados”. O decreto não permitia a “construção de prédios e edifícios em desacordo com o estilo colonial da cidade” no perímetro urbano. Os prédios existentes construídos em outro estilo deveriam ter suas fachadas modificadas para se adequarem às “feições coloniais”, quando necessitassem de reparos<sup>78</sup>.

Em 1931, Ouro Preto é elevada a Monumento Nacional, contudo, ainda faltava a “regulamentação para efetivar a sua defesa e a de outras cidades que assim viriam a ser consideradas”. Em 1933, é criada a Comissão Internacional dos Monumentos Históricos com sede em Paris, em que Gustavo Barroso é nomeado para ser o representante brasileiro. Em 1934, Barroso desenvolveu uma minuta para a regulamentação da Inspetoria, uma vez que considerava urgente a defesa do patrimônio brasileiro. O diretor alegava que “vários” estados da federação já possuíam legislação própria e que outros países considerados por ele “mais adiantados” também possuíam leis específicas<sup>79</sup>.

Suas sugestões, ao que tudo indica, foram acatadas, uma vez que, no mesmo ano, foi aprovado o Decreto que criava a Inspetoria de Monumentos Nacionais<sup>80</sup>. Segundo o Tomaz, no artigo “A preservação do patrimônio cultural e a sua trajetória no Brasil”, ficava a encargo da Inspetoria “fazer um catálogo dos edifícios de valor e

---

<[http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/4426/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_GI%C3%B3riaRomaMineira.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/4426/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_GI%C3%B3riaRomaMineira.pdf)>. Acesso em 23 de janeiro 2023.

<sup>76</sup> MAGALHÃES, Op. cit., 2017, p. 242

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 251.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 251.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 254.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 254.

interesse artístico e histórico e propor ao Governo Federal torná-los monumentos nacionais através de decreto”. Acrescenta também a função de “uniformizar as legislações estaduais de proteção e conservação de monumentos nacionais, guardar e fiscalizar os objetos histórico-artísticos”<sup>81</sup>. Contudo, não estava a encargo da Inspetoria realizar obras de restauração<sup>82</sup>.

Foi com um projeto de Mário de Andrade que o SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi fundado em 1936 por meio do decreto-lei 25<sup>83</sup>. Este órgão é responsável por:

- I. Determinar e organizar o tombamento geral do patrimônio artístico nacional;
- II. Sugerir a quem de direito as medidas necessárias para conservação, defesa e enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- III. determinar e superintender o serviço de conservação e de restauração de obras pertencentes ao patrimônio artístico nacional;
- IV. sugerir a quem de direito, bem como determinar dentro de sua alçada, a aquisição de obras para enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- V. fazer os serviços de publicidade necessários para propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional<sup>84</sup>.

O projeto final que resultou na criação do SPHAN, contudo, deixou de abarcar alguns bens considerados por Mário de Andrade no primeiro projeto para essa instituição, que envolvia a arte arqueológica, a arte histórica, a arte erudita estrangeira e nacional, as artes aplicadas estrangeiras e nacionais, entre outras. A instituição tinha o maior foco voltado para a proteção do patrimônio edificado<sup>85</sup>. Segundo Cavalcante, “Mário de Andrade estabelece todo o escopo do patrimônio, abrangente o bastante para incluir a pluralidade das manifestações dos vários domínios e segmentos da sociedade brasileira”. Os bens citados por esse modernista foram posteriormente inscritos nos quatro Livros do Tombo: Belas-Artes; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico e Artes Aplicadas<sup>86</sup>.

Outro nome apontado por Cavalcante em seu livro é Lúcio Costa. O autor atribui ao arquiteto modernista a responsabilidade por “toda a conceituação das relações entre as arquiteturas pretérita e atual, como também das intervenções em centros históricos”,

<sup>81</sup> **A Preservação do Patrimônio Cultural e a sua Trajetória no Brasil**, Revista de História e Estudos Culturais: Revista Fenix, v. 7, n. 2, maio/ago 2010. ISSN 1807-6971, p. 9.

<sup>82</sup> MAGALHÃES, Op. cit., 2017, p. 256.

<sup>83</sup> VIEIRA, Op.cit, 2016, p. 14.

<sup>84</sup> **PROTEÇÃO e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil**: uma trajetória. SPHAN, 1980, p. 55. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao\\_revitalizacao\\_patrimonio\\_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)>. Acesso em: 22 de fevereiro 2021.

<sup>85</sup> VIEIRA, Op.cit, 2016, p. 14.

<sup>86</sup> CAVALCANTE, Op.cit, 2006, p. 55.

acrescentando ainda todos os seus estudos sobre as “influências portuguesas eruditas e populares no mobiliário e na arquitetura do Brasil colônia”<sup>87</sup>.

A Inspetoria de Monumentos Nacionais era considerada por Cavalcante “a principal tendência concorrente aos modernos com vistas à gerência federal do patrimônio”. Com o decreto de 1934, a instituição tem sua estrutura ampliada e passa a exercer a função de “inspeção de monumentos nacionais e do comércio de objetos artísticos”. Contudo, a ação da Inspetoria, por cerca de três anos, se restringiu à cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, e operou sem nenhuma verba federal<sup>88</sup>.

Ouro Preto recebe grande ênfase nesse período de patrimonialização nacional, uma vez que possui o maior sítio conservado do período Colonial, sendo esse estilo arquitetônico o eleito pelos modernistas como a representação essencialmente brasileira<sup>89</sup>. O patrimônio relacionado ao passado de “eventos, símbolos e personagens” como categoriza Ribeiro<sup>90</sup> foi encontrado no colonial, preferencialmente o das cidades mineiras setecentistas<sup>91</sup>.

O grupo fundador da Academia SPHAN, sob a liderança de Rodrigo, será o responsável pela elaboração de um conjunto de representações, às quais procurarão dar o caráter de universalidade, buscando, quer através da elaboração cada vez mais complexificada e sofisticada da formação discursiva, quer através de um ordenamento cada vez mais diferenciado em critérios, de um conjunto de práticas culturais, destacando-se como a mais importante o instituto do tombamento<sup>92</sup>.

Como dito anteriormente, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi fundado em 1936 por meio do decreto-lei 25 e é o principal órgão institucional, até hoje, responsável pela proteção e conservação do patrimônio nacional. Os principais articuladores das narrativas relacionadas ao patrimônio e da criação e fundação do SPHAN foram: Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade<sup>93</sup>.

Todo o debate relacionado ao patrimônio feito por esse grupo de modernistas, segundo Santos, resulta dos valores concebidos às definições e aos critérios de manifestações. “O que está em pauta é uma luta pela hegemonia travada por uma

---

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>89</sup> CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume Editora, 2009, pp. 137-139.

<sup>90</sup> RIBEIRO, Op. cit., 2013, p.1.

<sup>91</sup> VIEIRA, Op.cit., 2016, p. 15.

<sup>92</sup> SANTOS, Marisa Veloso. **Nasce a academia SPHAN**. Revista do Patrimônio, n. 24, 1996, p. 77.

<sup>93</sup> SANTOS, Op. cit., 1996, p. 78.

multiplicidade de sistemas de valores orientadores da conduta coletiva”, pois, pela autora, a definição de patrimônio resultaria das práticas sociais<sup>94</sup>.

O fato de um grupo modernista, com certos valores alinhados, estar à frente das decisões das políticas patrimoniais ocasionava uma predileção pelo direcionamento da preservação e conservação de determinados patrimônios. Mesmo com o embate entre os modernistas e os defensores do neocolonial, como pode-se ver anteriormente, em que há uma luta pelos ideais de valorização e apropriação do patrimônio, ambas vertentes tinham o mesmo foco, a arquitetura colonial<sup>95</sup>.

No campo do patrimônio, enquanto seus oponentes defendiam aspectos morais e cívicos com uma conotação nostálgica, os modernistas se dedicavam ao registro e estudo de manifestações artísticas e antropológicas. A partir de suas escolhas, o patrimônio passou a se expressar, principalmente, através de exemplares arquitetônicos ligados ao barroco brasileiro, construindo um imaginário sobre o patrimônio nacional estratégico para o Estado Novo<sup>96</sup>.

Segundo Motta em relação à atuação do SPHAN em Ouro Preto, “As primeiras ações do Patrimônio nos centros tombados tratavam a cidade como uma expressão estética, entendida segundo critérios estilísticos[...]”, o que culminou na “manutenção de conjuntos tombados como objetos idealizados”. Essa abordagem acarretou em novas construções que imitavam a arquitetura colonial, criando um pastiche<sup>97</sup>.

A busca pela preservação e homogeneização da arquitetura colonial em Ouro Preto, como reitera Castriota, inicia “uma ação sistemática de apagamento do século XIX”. Por se tratar de uma preservação voltada para o aspecto estético, os elementos destoantes da arquitetura considerada autenticamente brasileira foram removidos da paisagem urbana<sup>98</sup>.

Com o apagamento de determinado estilo arquitetônico ou de suas características em prol de uma harmonização estética, também há o apagamento de uma memória social. A arquitetura pode ser entendida como um arquivo que seleciona e resguarda aspectos de um momento histórico, como será discutido posteriormente nessa dissertação. Ao entender a arquitetura como um arquivo que resguarda uma memória social, têm-se o total apagamento desse arquivo e dessa memória a partir da

---

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>96</sup> MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas Públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, v. 10, 2014, pp. 5-6. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/issue/view/655/showToc>>. Acesso em 03 de março 2021.

<sup>97</sup> MOTTA, Op. Cit, 1987. p. 108.

<sup>98</sup> CASTRIOTA, Op. cit. 2009, pp. 141-142.



seleção de estilos arquitetônicos para serem conservados no município e na sua história.

A rigidez dessas normas, como trata Castriota, auxilia na criação de um “estilo patrimônio” em que novas edificações eram construídas à base das características da arquitetura colonial<sup>99</sup>. Contudo, as normas impostas pelo SPHAN restringiam-se principalmente as fachadas das edificações, uma vez que seguiam uma proteção estética da arquitetura.

Essa mescla entre a arquitetura existente na cidade, as novas arquiteturas no “estilo patrimônio” e todas as intervenções realizadas nas construções posteriores ao século XVIII, foram categorizadas por Motta como uma “arquitetura híbrida”. Para a autora, essa arquitetura “revelava uma expressão imposta pelo Estado, já fruto da deformação de um critério inicial e desatualização conceitual diante da realidade”<sup>100</sup>.

Além dos esforços estaduais e federais para a proteção do patrimônio nacional, houve, no âmbito municipal, iniciativas de preservação dos bens na cidade de Ouro Preto. No dia 19 de setembro de 1931 é instituído, pelo prefeito do município, um decreto lei que “estabelece o thypo artístico dos prédios situados no perímetro da cidade”. Segundo o Decreto nº 13, a cidade deve “conservar o seu aspecto colonial transmitido dos nossos antepassados; “considerando” que esta feição colonial de seus edifícios, de seus prédios, das ruas e praças, desperta grande interesse por parte dos turistas”<sup>101</sup>.

Art. 1º. Não é permitida, no perímetro urbano, a construcção de prédios e de edifícios em desaccôrdo com o estilo colonial da cidade.

Art. 2º. Os actualis prédios existentes no perímetro urbano, em desaccôrdo com o artigo antecedente, deverão ser modificados nas respectivas fachadas, quando essas tenham de receber reparos.

Art. 3º. Revogam-se as disposições contrárias<sup>102</sup>.

O decreto foi instaurado em 1931, precedente à declaração de Ouro Preto como Monumento Nacional. Ele demonstra a preocupação em preservar a arquitetura colonial pertencente a cidade para além do âmbito estadual e federal. Ademais, também demonstra a predileção pelo estilo colonial em detrimento das outras arquiteturas existentes no local. Essa predileção incentivou o Art. 2º desse decreto, que ressalta o anseio de alteração das fachadas das edificações em desacordo com o colonial. Vale

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>100</sup> MOTTA, Op. Cit, 1987. p. 116.

<sup>101</sup> APMOP/MG; subfundo CMOP 1; série Governo; subsérie Legislação; **Livro nº 1 - Decreto Lei. 1931-1954**, n. p.

<sup>102</sup> *Ibidem*, n. p.

evidenciar também que as alterações seriam realizadas mediante a necessidade de reparo das construções<sup>103</sup>. Como será discutido posteriormente, a conservação dos chalés e de algumas arquiteturas do estilo eclético na cidade de Ouro Preto está relacionada com a capacidade dos proprietários em preservar as edificações. É possível inferir que a permanência dessa tipologia ocorreu, sendo um dos possíveis motivos, devido à capacidade de manutenção dos imóveis por seus donos.

Já em 30 de outubro do mesmo ano, segundo a oitava ata da sessão ordinária do Conselho Consultivo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, o Prefeito recebe uma carta do diretor do Museu Paulista sobre o decreto instituído. Conforme a ata, a carta era “afim de cientificar ao Conselho Consultivo, o quanto foi aplaudida a medida tomada pelo Decreto”, em que ficavam proibidas as “construções de prédios em tipos modernos<sup>104</sup>”.

As menções ao decreto número 13 cessam após o mês de outubro. Não foi possível encontrar nenhuma outra menção nas atas da câmara até o mês de novembro de 1948, que foi o período das atas analisadas durante a pesquisa. Contudo, a ata da 1ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Ouro Preto, do dia treze de janeiro de 1937 traz uma menção à monumentalização da cidade de Ouro Preto, em que fica a encargo do prefeito a consagração do decreto federal que elevou Ouro Preto a categoria de monumento nacional<sup>105</sup>.

Também no Livro nº 1 – Decreto Lei desde 1931/1942 do Arquivo Municipal foi possível encontrar nesse acervo, um novo decreto instituído em 3 de setembro de 1932 no município de Ouro Preto. O Decreto nº 25 acrescentava três novos artigos ao Decreto nº 13, sendo eles:

Art. 3º. Nos reparos, concertos, reconstruções e limpezas, não é permitida a modificação externa do estylo antigo, quer nos telhados, quer nas fachadas ou cimalhas, em quaesquer detalhes.

Art. 4º Não poderão receber pintura portaes, peitoris, columnas e outros quaesquer trabalhos em pedra existente externamente em quaesquer edificios e em construcções históricas ou artísticas, retirando-se a pintura, que já exista, ao serem reparados ou limpos.

---

<sup>103</sup> *Ibidem*, n. p.

<sup>104</sup> APMOP/MG, cx 37; l 9. **Registro de Atas de Sessões da Câmara**. 1931-1948. Termos de Abertura e Encerramento, n. p.

<sup>105</sup> *Ibidem*, n. p.

Art. 5º. Para constucções, reconstucções, reparos e limpeza externa, é necessário prévio afoará da Prefeitura, sob as penas de demolição de serviço feito clandestinamente e de multa de 50#000 a 100#000<sup>106</sup>.

É possível perceber que os decretos leis visavam proteger principalmente as fachadas das edificações coloniais e incentivaram a modificação das arquiteturas destoantes. Assim como a legislação municipal, as leis patrimoniais de âmbito estadual e federal perpetuavam o ideal modernista de proteção do estilo colonial em detrimento das outras arquiteturas, principalmente o estilo eclético.

Outro acervo analisado foram as atas das reuniões da Sociedade Amigos de Ouro Preto do período entre 1943 e 1947. Foi possível encontrar referências à instituição de proteção ao patrimônio, como no caso da ata do dia 16 de fevereiro de 1945, quando se deliberou que o presidente da Sociedade deveria solicitar a venda de madeira para a construção e o conserto de casas para os pobres ao diretor do Serviço do Patrimônio Nacional e o auxílio na construção dessas<sup>107</sup>.

No texto de Gabriel Oliveira, é possível observar um dos casos em que há a solicitação de auxílio de um dos moradores da cidade de Ouro Preto para o IPHAN a fim de construir sua residência. As solicitações decorriam por causas financeiras ou por falta de conhecimento técnico para a manutenção das residências, a fim de conservar seguindo a legislação implementada pela instituição.

Eponina havia solicitado ao chefe da representação mineira da instituição – em uma ocasião em que ele visitava a cidade – a cooperação da instituição na elaboração do projeto de sua casa. Como precedente, ela indicou a colaboração do IPHAN no projeto para ereção do templo da Igreja Metodista da Cidade<sup>108</sup>.

Outro momento em que é mencionado o SPHAN é na ata do dia 27 de abril de 1945. Nesse dia, é relatado o agradecimento à instituição pelo apoio na produção das festas do dia 21 de abril. Na ata do dia 17 de setembro do mesmo ano, encontra-se o agradecimento de Rodrigo Mello Franco de Andrade pela atuação da Sociedade dos Amigos de Ouro Preto no auxílio da conservação dos monumentos históricos da cidade<sup>109</sup>.

<sup>106</sup>APMOP/MG; subfundo CMOP 1; série Governo; subsérie Legislação; **Livro nº 1 - Decreto Lei. 1931-1954**, n. p.

<sup>107</sup> Fundo Privado; **Livro das Atas Sociedade Amigos de Ouro Preto. 1943-1947.** Documentação não catalogada, n. p.

<sup>108</sup> OLIVEIRA, Gabriel Luz. **A cidade é da humanidade, mas não da comunidade: a patrimonialização de Ouro Preto, Minas Gerais (1938-1988).** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Histórica, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023, (em elaboração), pp. 33-34.

<sup>109</sup> Fundo Privado; **Livro das Atas Sociedade Amigos de Ouro Preto. 1943-1947.** Documentação não catalogada, n. p.

O Decreto Lei número 13 de 1931 foi o primeiro registro encontrado que demonstrou a preocupação do poder público municipal em proteger o patrimônio da cidade. Contudo, essa discussão não foi aprofundada quando analisadas as atas da Câmara Municipal e, também nas atas das reuniões da Sociedade dos Amigos de Ouro Preto. Pode-se inferir que, apesar da iniciativa do poder municipal, a legislação que auxiliou preponderantemente na proteção e conservação dos bens patrimoniais ouropretanos estava vinculada à Instituição de Patrimônio em âmbito federal.

É importante ressaltar que todos os arquivos analisados trouxeram informações importantes sobre o contexto social ao qual as edificações estavam inseridas, e como a sociedade reagiu conforme a interferência das novas legislações de proteção ao patrimônio. Contudo, vale frisar que os próprios imóveis também caracterizam arquivos capazes de apresentar informações relevantes sobre a comunidade e o local ao qual pertencem e é importante compreender esse conceito de arquitetura como um arquivo antes de analisar as edificações como um meio de construção histórica e construção de memória.

## 2.2. Arquitetura como um Arquivo

Jacques Derrida em seu livro “Mal de Arquivo: Uma Impressão Freudiana”, elabora o conceito de arquivo a partir de uma análise realizada dos documentos e pesquisas deixados por Freud. O autor inicia a discussão com base na análise etimológica da palavra que deriva do vocábulo “arkhê” que “designa ao mesmo tempo o começo e o comando”. Além disso, ele incorpora, em seus textos, a concepção de que o arquivo “também se conserva ao abrigo desta memória que ele abriga”<sup>110</sup>.

Derrida, durante sua proposição sobre “arkhê”, agrega uma percepção que remete ao “sentido físico, histórico ou ontológico” relacionada ao começo, ao princípio, bem como a acepção do “nomológico” a qual se refere ao comando. Para Derrida, o sentido que o arquivo pode assumir descende também da palavra “arkheion” de origem grega que significa domicílio e se refere às autoridades que detinham o poder de guardar os arquivos, nomeados pelo autor de “arcontes”<sup>111</sup>.

A domiciliação do arquivo, segundo o autor, concebe a ideia de que o arquivo é o lugar onde são depositados documentos oficiais e os primeiros responsáveis por guardá-los foram os arcontes, que assumem o papel de guardiões que “tinham o poder

---

<sup>110</sup> DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: Uma Impressão Freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, pp. 11-12.

<sup>111</sup> DERRIDA, Op. cit., 2001, p. 12.

de interpretar os arquivos”, além das funções de “unificação, identificação, classificação”. Para Derrida, o “princípio arcôntico do arquivo” constitui a maneira de reunir documentos de modo a articular os seus signos e agrupar os elementos almejando obter uma “unidade de uma configuração ideal”, ato nomeado como “consignação”<sup>112</sup>.

Os arcontes foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de interpretar os arquivos. Depositados sob a guarda desses arcontes, estes documentos diziam, de fato, a lei: eles evocavam a lei e convocavam à lei<sup>113</sup>.

O historiador Trouillot, em seu livro “Silenciando o passado”, também traz uma discussão sobre a produção de um arquivo. O autor distingue fontes e arquivos, sendo o primeiro caracterizado como “artefatos e corpos que convertem um evento em fato” e o segundo como “fatos coletados, tematizados e processados como documentos e monumentos”. Tanto Derrida quanto Trouillot, acreditam que o arquivo faz parte de um processo, ele é criado a partir de um poder de seleção e categorização, que no texto de Trouillot, são caracterizados como “menções ou silêncios de vários tipos e níveis”<sup>114</sup>.

Ao dizer silêncio, refiro-me a um processo ativo e transitório: “silencia-se” um fato ou uma pessoa como um silenciador silencia uma arma de fogo. A prática do silenciamento exige engajamento. Menções e silêncios, são, portanto, ativos, contrapontos dialéticos dos quais a história é a síntese<sup>115</sup>.

A possibilidade de interpretação, classificação e consignação dos arquivos colocava os arcontes em um lugar de privilégio. Derrida evidencia também que esses procedimentos de unificação e identificação atribuídos ao poder arcôntico também podem servir para abrigar, assim como dissimular o arquivo<sup>116</sup>. Em outras palavras, há, portanto, o consciente e/ou inconsciente da memória, a sua manutenção ou a sua supressão, relativas ao poder e o arquivo.

Trouillot, assim como Derrida, também acredita que durante o processo de construção de um arquivo há o privilégio de alguns eventos. “As desigualdades experimentadas pelos autores conduzem a um poder desigual na inscrição de traços históricos”. O autor ainda acrescenta, como complemento de Derrida, que “fontes

---

<sup>112</sup> *Ibidem* pp. 13-14.

<sup>113</sup> *Ibidem*, pp. 12-13.

<sup>114</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento – Curitiba: huya, 2016, p. 88.

<sup>115</sup> TROUILLOT, Op. cit., 2016, pp. 88-89.

<sup>116</sup> DERRIDA, Op. cit., 2001, p. 13.

implicam escolhas”, e como consequência, alguns fatos históricos se tornam “primeiro plano”, quanto outros não<sup>117</sup>.

Silêncios são inerentes à história, porque qualquer evento específico entra para a história sem algumas de suas partes constitutivas. Alguma coisa sempre é deixada de fora, enquanto alguma outra coisa é registrada. Nenhum evento se consuma perfeitamente, por mais que decidamos definir as fronteiras desse evento. Assim, o que quer que se torne fato, ao fazê-lo, traz consigo suas ausências inatas, específicas de sua produção.<sup>118</sup>

Trouillot ainda completa ao dizer que o poder que cria um registro histórico é o mesmo que assegura a desigualdade dos registros<sup>119</sup>. Essa relação entre o poder e o arquivo e a tensão entre a conservação e repressão estão conectadas ao conceito freudiano de “pulsão de morte”, caracterizada por Derrida como “mal de arquivo”. Essa pulsão é definida, segundo Freud, também como uma “pulsão de agressão e destruição”. De acordo com Derrida, o ato de destruição leva ao esquecimento e a erradicação de tal memória<sup>120</sup>.

Freud dirá que esta pulsão com três nomes é muda (*stumm*). Ela trabalha, mas, uma vez que trabalha sempre em silêncio, não deixa nunca nenhum arquivo que lhe seja próprio. Ela destrói seu próprio arquivo antecipadamente, como se ali estivesse, na verdade, a motivação mesma de seu movimento mais característico. Ela trabalha para *destruir o arquivo: com a condição de apagar*, mas também *com vistas a apagar* seus “próprios” traços – já que não podem desde então serem chamados “próprios”<sup>121</sup>.

Derrida constrói em seu livro o pensamento de “mal de arquivo” por meio do conceito de “pulsão de morte” elaborado por Freud. Para Jacques Derrida, “a pulsão de morte não é um princípio. Ela ameaça de fato todo o principado, todo o primado arcôntico, todo desejo de arquivo. É isso que mais tarde chamaremos de mal de arquivo”<sup>122</sup>. A relação entre esses dois conceitos acontece por meio da conexão entre o esquecimento e o apagamento da memória, tanto no âmbito individual quanto no político e no social.

Os conceitos de arquivo e do “mal de arquivo” desenvolvidos por Derrida, assim como as “menções” e “silêncios” apresentados por Trouillot, podem ser aplicados às discussões sobre as políticas patrimoniais e as decisões dos órgãos de proteção institucionalizados nas primeiras décadas do século XX. A relação entre esses fatores

<sup>117</sup> TROUILLOT, Op. cit., 2016, p. 89.

<sup>118</sup> *Ibidem*, pp. 89-90.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 90.

<sup>120</sup> DERRIDA, Op. cit., 2001, p. 22.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 23.

pode ser observada a partir das discussões sobre identidade nacional brasileira, que antecedeu as políticas patrimoniais.

A busca pelas raízes nacionais promovida pelos intelectuais modernistas, como apresentado anteriormente, guiou a elaboração do conceito de patrimônio no Brasil e trouxeram grande foco para a cidade de Ouro Preto. Com o apego ao colonial, várias edificações ecléticas foram modificadas para que a cidade ficasse harmônica esteticamente. Em outras palavras, o resgate da representação da identidade nacional brasileira possibilitou certo esquecimento e até apagamento da tipologia eclética, por meio de decretos e medidas de proteção impostas pelo SPHAN. Tal ação pode ser comparada às identificações e classificações dos arcontes sobre os arquivos, segundo o olhar de Jacques Derrida, assim como a menção e transformação de um artefato em fato, apresentado por Trouillot.

Jacques Derrida, como abordado anteriormente, vincula o seu conceito de “mal de arquivo” à “pulsão de morte”, conceito elaborado por Freud. O “mal” advém da possibilidade de interpretação, classificação e identificação dos arquivos, do poder arcôntico sobre os arquivos. Ao considerar essa concepção no âmbito da discussão sobre identidade nacional, pode-se construir um paralelo entre o poder de arquivamento e a escolha feita pelos intelectuais modernistas sobre a raiz nacional. O mesmo também pode ser feito ao texto de Trouillot, que apresenta que todo fato e registros históricos são sequencias de escolhas.

Tal paralelo pode ser elaborado ao conceber a arquitetura como um arquivo que por si só abriga e produz memória, com base no conceito que Derrida constrói sobre esse termo. As edificações carregam, por meio de suas técnicas construtivas e suas alterações constantes, a história de um período que ao mesmo tempo elas elaboram. No caso do século XIX, o estilo Eclético foi utilizado como parte da construção de um período histórico que visava a modernização e o progresso e hoje abriga a memória desse momento.

Ao seguir a percepção da arquitetura como um arquivo, pode-se considerar também que a mesma está sob a responsabilidade de guardiões, assim como os arquivos, para Derrida, estavam sob o poder arcôntico<sup>123</sup>. Esse poder de identificação e classificação dos arquivos é aplicável à arquitetura e ao período de busca pela identidade nacional no momento em que há uma determinação do representante

---

<sup>123</sup> *Ibidem*, pp. 13-14.

brasileiro por aqueles que foram incumbidos pelo governo de o fazer e que, nessa discussão, são representados pelos intelectuais modernistas.

Esses intelectuais possuíam o poder de interpretar a arquitetura daquele período a fim de classificá-la ou não como monumento histórico e que, portanto, deve seguir os princípios de preservação e conservação ou descaracterização e apagamento. Os modernistas podem ser considerados, então, os arcontes segundo a construção do conceito de Derrida: “Não eram os responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de *interpretar* os arquivos”<sup>124</sup>.

É nesse contexto de classificação, “este lugar de escolha onde a lei e a singularidade se cruzam no *privilégio*”<sup>125</sup>, que a concepção de manutenção e repressão do arquivo, do consciente e inconsciente da memória, também se faz válida. A possibilidade de supressão de uma memória, ocorre quando a definição da identidade nacional alcança o campo do esquecimento e apagamento da história. Ao selecionar o Colonial e descaracterizar o Eclético têm-se a predileção de um e a erradicação de outro. A arquitetura, portanto, assim como outros arquivos, está fadada a “pulsão de morte”, assim como, segundo a concepção de Trouillot, está fadada ao “silêncio”.

O pensamento que concebe a arquitetura como um arquivo abre precedentes para a consideração dos responsáveis por sua preservação como seus verdadeiros arcontes que, não só a asseguram, como também a identificam e a classificam. Essa categorização do arquivo, que nesse contexto, se dá através da escolha do autêntico representante brasileiro, faz com que ele esteja fadado a “pulsão de morte” e, portanto, de esquecimento e “silêncio”.

Pode-se considerar então que a busca pela identidade nacional está relacionada ao “mal de arquivo”, conceito proposto por Derrida, e à concepção de “silêncio” desenvolvida por Trouillot, quando construímos paralelos entre o poder arcôntico e os intelectuais modernistas, assim como o ato de arquivamento e a escolha pela preservação da arquitetura Colonial em detrimento da Eclética.

A arquitetura, portanto, pode ser considerada um arquivo que comporta não somente o significado da edificação em si, mas também agrega todo o seu valor

---

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 13.



contextual e cultural. Os imóveis são a representação física do desenvolvimento de uma sociedade e carregam a sua memória através de suas técnicas construtivas e adornos.

### **2.3. Função Social do Patrimônio:**

As construções arquitetônicas nada mais são do que uma representação concreta de um contexto histórico, econômico e político de uma determinada localização. As edificações são arquivos, como explicitado anteriormente, que resguardam memórias de um período histórico ao qual estão inseridas. Com a concepção de patrimônio histórico e o reconhecimento da importância de proteção desses imóveis, há a seleção de arquivos e, portanto, memórias.

Como demonstrado anteriormente, os arquivos estão sujeitos a seleção, a categorização e apagamentos, a partir do poder “arcôntico”. Considerando a arquitetura como um arquivo, também pode-se considerar as instituições de proteção, e os intelectuais a frente dessas instituições, os arcortes responsáveis por separar e excluir arquivos, arquiteturas, como demonstrado anteriormente. Sendo assim, o patrimônio e a classificação dos bens patrimoniais possuem marcadores de desigualdade e diferenciação social, uma vez que não protege e conserva os bens de todos os grupos sociais.

A seleção de bens patrimoniais, portanto, geram tensões sociais, uma vez que seleciona alguns grupos e detrimento de outros. Tais tensões são abordadas em dois autores, Maria Cecília Londres Fonseca e Néstor García Canclini. Esses autores buscam compreender o papel da proteção do patrimônio e a importância da discussão sobre a desigualdade provocada por suas instituições.

A principal imagem formada ao se utilizar a expressão “patrimônio histórico e artístico”, como afirma Maria Cecília Fonseca, está interligada a “um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes”. Para a autora, esse estereótipo proporcionado pelas políticas patrimoniais por mais de meio século, “está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado”<sup>126</sup>.

Como descrito anteriormente, a trajetória de proteção ao patrimônio, nas suas primeiras décadas de desenvolvimento, privilegiou a proteção dos monumentos

---

<sup>126</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: Memória e patrimônio. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56

históricos, ou seja, monumentos arquitetônicos, com foco principal na arquitetura colonial. Foi apenas na década de 1980, com a Constituição federal de 1988, que a palavra patrimônio passa a abranger outros aspectos culturais brasileiros.

Ao restringir a definição de patrimônio, por mais de sessenta anos, como monumentos arquitetônicos, criou-se “uma compreensão restritiva do termo ‘preservação’, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento”<sup>127</sup>. A autora complementa ainda:

Tal situação veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados como as classes dominantes<sup>128</sup>.

A concepção de patrimônio vinculada à arquitetura e ao direcionamento das políticas preservacionistas a um determinado estilo arquitetônico deveu-se, principalmente, ao alinhamento ideológico dos intelectuais que estavam à frente das instituições de proteção ao patrimônio. O monopólio das decisões com relação à conservação da herança nacional será detalhado mais à frente nesse texto ao se discutir sobre a definição de identidade nacional. No momento, é necessário compreender as consequências dessa predileção.

É importante ressaltar que as políticas de preservação foram de extrema relevância para a proteção da história do desenvolvimento nacional. Prédios como “as sedes do poder político, religioso e militar, da classe dominante com seus feitos e modos de viver”, assim como “igrejas, capelas, quartéis, fortes, cadeias, palácios, casas de câmara, imponentes casarões”, foram preservados e salvos de um possível apagamento histórico. Segundo Fenelon, contudo, tal patrimônio era desprovido “da memória social que lhe permitisse a consciência histórica”, o que culminou que “a maioria da população continuou sem se reconhecer nesses símbolos, sendo então expropriada, mais uma vez, de suas memórias e histórias”<sup>129</sup>.

Uma análise dos Livros do Tombo, do Iphan, revela que essa limitação tem consequências mais graves que a mera exclusão de “tipos” de bens culturais desse repertório. Na realidade, essa estratégia produziu um “retrato” da nação que termina por se identificar à cultura trazida

---

<sup>127</sup> FONSECA, Op. cit., 2003, p. 61

<sup>128</sup> *Ibidem*, pp. 61-62

<sup>129</sup> FENELON, Déa Ribeiro, D. (2012). SÃO PAULO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E REFERÊNCIAS CULTURAIS. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 18. pp. 290-291. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11001>. Acesso em 30 março 2023.

pelos colonizadores europeus, reproduzindo a estrutura social por eles aqui implantada<sup>130</sup>.

O instrumento de proteção utilizado para a preservação dos bens patrimoniais era o Tombamento, que por sua vez, contemplava, em sua maioria, apenas monumentos edificados. O tombamento, sancionado pelo Decreto-lei nº 25, se tornou a única maneira de preservação conhecida e, portanto, sinônimo de patrimônio. Esse direcionamento das políticas de conservação, apesar de muito importante, deixou de fora parte da memória social brasileira, construindo um ideal de cultura nacional desassociado com a maior parte da população do país. A partir da década de 1980, têm-se a incorporação de elementos culturais que antes não eram considerados parte do patrimônio a ser preservado, expandindo a concepção de patrimônio nacional.

A questão, segundo Maria Cecília Londres, de ater a função de patrimônio a proteção a bens físicos é tão problemática quanto o reconhecimento de apenas algumas matrizes culturais como todo o patrimônio cultural do país. A autora ainda acrescenta que para que a função de proteção ao patrimônio se cumpra, “é necessário que a ação de ‘proteger’ seja precedida pelas ações de ‘identificar’ e ‘documentar’”. Para que a reapropriação dos bens se viabilize, é também relevante, as ações de “promover” e de “difundir” acrescenta a autora<sup>131</sup>.

Todas essas ações encontram-se fundamentadas em critérios não apenas técnicos, mas também políticos, visto que a “representatividade” dos bens, em termos da diversidade social e cultural do país, é essencial para que a função de patrimônio realize-se, no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório. Porém não basta uma revisão dos critérios adotados pelas instituições que têm o dever de fazer com que a lei seja aplicada, tendo em vista a dinâmica dos valores atribuídos. É necessária, além disso, uma mudança nos procedimentos, com o propósito de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação do seu patrimônio cultural<sup>132</sup>.

As ações propostas por Fonseca têm o intuito de ampliar os conceitos de patrimônio para que passe a abranger um patrimônio cultural. É indicado, segundo a autora, que as ações de “promover” e “difundir” sejam instituídas. Esse movimento permitiria que a sociedade compreendesse o que é o patrimônio para, assim, poder se entender como parte dele. A intenção é educar a sociedade e explicar as diversas abrangências dos bens culturais, bem como divulgar a importância da sua preservação, para que a população possa se identificar e também auxiliar na sua proteção.

---

<sup>130</sup> FONSECA, Op. cit., 2003, p. 64

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 65

<sup>132</sup> *Ibidem*, p. 65

As ações, que a autora julga serem as primeiras, são as de “identificar” e “documentar”<sup>133</sup>. É evidente que no processo de proteção ao patrimônio, é necessário reconhecer os bens e catalogá-los para que os instrumentos de proteção atuem de forma certa para cada especificação de patrimônio. Mas, para que essas ações possam ser realizadas, a sociedade deve fazer parte do processo de identificação e para isso, deve estar consciente da sua integração com o patrimônio. Ou seja, a ação de “promover” e “difundir” precisaria ser anterior às ações de “identificar” e “documentar”.

A participação da sociedade é um ponto crucial, como afirma Maria Cecília em seu texto, para que a proteção do patrimônio seja efetiva e que abarque as diferentes representatividades sociais e culturais do país. É a partir da identificação da população como parte da produção de um bem patrimonial que se ascende a necessidade de proteção do mesmo por meio de ações ativas da própria sociedade.

A problemática do patrimônio sobre a abrangência de representatividades foi apresentada em outros textos, que inclui o trabalho de Nestor Garcia Canclini, que aborda essa temática sobre o contexto mexicano. Para o autor, “Os termos com que se costuma associá-lo [o patrimônio] – identidade, tradição, história, monumentos – delimitam um perfil, um território, em que a sua utilização ‘faz sentido’”<sup>134</sup>. Essa seria uma estratégia conservacionista, segundo o antropólogo, de encarar o patrimônio.

Canclini explica que há um triplo movimento de redefinição e reconcentração dos discursos sobre patrimônio cultural, sendo eles:

- a. Afirma-se que o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões “mortas” de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, objetos antigos em desuso – mas também, bens atuais, visíveis e invisíveis – novos ofícios, línguas, conhecimento, tradições -.
- b. A política patrimonial de conservação e administração do que foi produzido no passado estendeu-se também aos usos sociais que relacionam estes bens com as necessidades contemporâneas da maioria.
- c. Por fim, diante de uma seleção que privilegiou os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas – pirâmides, palácios, objetos legados à nobreza ou aristocracia – reconhece-se que o patrimônio de uma nação também é constituído pelos produtos de cultura popular: música indígena, escrita camponesa e operária,

---

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 65

<sup>134</sup> Original: “*Los términos con que se acostumbra a asociarlo [o patrimonio] – identidad, tradición, historia, monumentos – delimitan un perfil, un territorio, en el cual ‘tiene sentido’ su uso*”. CANCLINI, Néstor García. **Los usos sociales del Patrimonio Cultural**. En Aguilar Criado, Encarnación, 1999, pp 16-33. Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, p. 16, tradução nossa.

sistemas de autoconstrução e preservação de bens materiais e simbólicos elaborados por grupos subalternos<sup>135</sup>.

O autor acredita que, apesar da abrangência exposta nos três pontos, a legislação do México e de algumas organizações que o país participa, ainda não é o suficiente para proteger as diversas manifestações culturais existentes. Para Canclini, “muitas vezes, as leis existentes não preveem as práticas de órgãos oficiais e agentes privados, ou entram em conflito com eles”. O antropólogo propõe então, discutir cinco pontos sobre as políticas patrimoniais que reconhece necessitarem lapidações<sup>136</sup> e tais pontos podem ser relacionados às questões patrimoniais brasileiras.

O primeiro ponto discutido por Canclini é relação entre patrimônio cultural e a desigualdade social. Segundo o autor, apesar do patrimônio cultural expressar o conjunto de bens e práticas que definem uma sociedade que os compartilha, as práticas de definir, preservar e difundir tais bens quase sempre partem do pressuposto de que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos<sup>137</sup>. A discussão proposta pelo antropólogo pode ser debatida para além do México, abrangendo questões brasileiras também.

O patrimônio brasileiro foi definido por intelectuais que possuíam um alinhamento idealista sobre o reconhecimento dos bens a serem protegidos no país. Esse alinhamento ocasionou a predileção de determinados bens cuja matriz remetiam às ancestralidades europeias. A exaltação desse patrimônio excluiu outras formas de expressão cultural, homogeneizando o legado brasileiro em apenas uma expressão cultural.

---

<sup>135</sup> Original: “

a. *Se afirma que el patrimonio no incluye sólo la herencia de cada pueblo, las expresiones “muertas” de su cultural – sitios arqueológicos, arquitectura colonial, objetos antiguos em desuso – sino también los bienes actuales, visibles e invisibles – nuevas artesanías, lenguas, conocimientos, tradiciones-*

b. *También se há extendido la política patrimonial de la conservación e administración de lo producido em el passado, a los usos sociales que relacionan esos bienes com la necesidades contemporáneas de las mayorías.*

c. *Por último, frente a uma selección que privilegiava los bienes culturales producidos por las clases hegemónicas – pirâmides, palacios, objetos legados a la nobleza o la aristocracia -, se reconoce que el patrimonio de una nación también está compuesto por los productos de la cultura popular: música indígena, escritos de campesinos y obreros, sistemas de autoconstrucción y preservación de los bienes materiales y simbólicos elaborados por grupos subalternos”. CANCLINI, Op. Cit., pp. 16-17, tradução nossa.*

<sup>136</sup> Original: *“a menudo, las leyes existentes no prevén las prácticas de organismos oficiales y de agentes particulares, o entran em conflito com ellas”. CANCLINI, Op. Cit., p. 17, tradução nossa.*

<sup>137</sup> CANCLINI, Op. Cit., p. 17.

Essa discussão, segundo Nestor Garcia Canclini, poderia ser resolvida caso se reformulassem o conceito de patrimônio “em termos de capital cultural” “como um processo social que, como outros capitais, se acumula, se renova, produz rendimentos que são apropriados desigualmente pelos diversos setores”<sup>138</sup>. O autor ainda acrescenta que:

Embora o patrimônio sirva para unificar uma nação, as desigualdades em sua formação e apropriação também exigem estudá-lo como espaço de luta material e simbólica entre classes, etnias e grupos<sup>139</sup>.

O paralelo entre os conceitos abordados por Canclini e as práticas patrimoniais brasileira também pode ser traçado quando discutida a solução apresentada pelo autor. Ao caracterizar os bens patrimoniais como símbolos de luta de classes, etnias e grupos, poder-se-ia abranger aspectos culturais antes excluídos pelos intelectuais que definiram o conceito de patrimônio brasileiro. As heranças nacionais, portanto, comportariam expressões para além da arquitetura colonial e arquiteturas de poder, alcançaria patamares de manifestações tradicionais de matrizes diferentes da europeia. O Brasil, assim como o México, é formado por culturas de diferentes regiões do mundo, que se fundiram para formar outras diversas formas expressões culturais que devem, portanto, serem preservadas da mesma maneira.

O texto de Canclini escancara um dos maiores problemas relacionados ao patrimônio que é por meio do patrimônio cultural que se “reproduz as diferenças entre grupos sociais e a hegemonia daqueles que conseguem acesso preferencial à produção e distribuição de bens”<sup>140</sup>. Fica evidente a construção de um paralelo entre patrimônio mexicano e do brasileiro nesse parágrafo do autor. Assim como Canclini expõem que são os “sectores dominantes”, no México, que definem os bens que devem ser conservados e que dispõem de recursos econômicos, intelectuais, além de tempo para fazê-lo<sup>141</sup>, o mesmo ocorreu e ocorre no Brasil desde a criação dos institutos de proteção ao patrimônio.

O processo de patrimonialização brasileiro, como visto anteriormente, foi promovido pela classe de intelectuais modernistas que definiram, não somente os bens

---

<sup>138</sup> Original: “*em términos de capital cultural*” “*como um processo social que, como el outro capital, se acumula, se renueva, produce rendimentos que los diversos sectores se apropian em forma desigual*”. CANCLINI, Op. Cit., p. 18, tradução nossa.

<sup>139</sup> Original: “*Si bien el patrimonio sirve para unificar a una nación, las desigualdades em su formación y apropiación exigen estudiarlo también como espacio de lucha material y simbólica entre las clases, las etnias y los grupos*”. CANCLINI, Op. Cit., p. 18, tradução nossa.

<sup>140</sup> Original: “*reproducir las diferencias entre los grupos sociales y la hegemonía de quienes logran um acceso preferente a la producción y distribución de los bienes*”. CANCLINI, Op. Cit., p. 18, tradução nossa.

<sup>141</sup> CANCLINI, Op. Cit., p. 18.

a serem preservados, mas também elaboraram os instrumentos de proteção. Então, o paralelo entre os setores dominantes mexicanos expostos por Canclini em seu texto e os intelectuais modernistas que tomaram a frente perante as questões patrimoniais, se constrói.

Canclini apresenta, em seu texto, mudanças promovidas pela ascensão de movimentos sociais, no que diz respeito a proteção ao patrimônio durante a década de 1980<sup>142</sup>. Segundo o antropólogo, três traços caracterizam essas transformações:

- a. A questão do patrimônio ambiental – natural e urbano – não é vista como responsabilidade exclusiva do governo.
- b. Entende-se que, se não houver mobilização social pelo patrimônio, é difícil para o poder público vinculá-lo às necessidades atuais e cotidianas da população.
- c. O resgate efetivo do patrimônio inclui sua apropriação coletiva e democrática, ou seja: criar condições materiais e simbólicas para que todas as classes possam compartilhá-lo e achá-lo significativo<sup>143</sup>

As mudanças citadas pelo autor demonstram uma nova interação entre o Estado e a sociedade. Conforme Canclini, “não se trata apenas dos dois temas que monopolizam quase toda a bibliografia”<sup>144</sup>, para o autor, as mudanças vão além de definir qual a melhor maneira para conservar o bem, ou protegê-lo, a problemática do patrimônio recai sobre os seus dois grupos responsáveis, o Estado e os profissionais de conservação. Além disso, o antropólogo ressalta que há um problema ainda mais desafiador que é o uso social do patrimônio<sup>145</sup>.

O Brasil, assim como o México, teve alterações na questão do patrimônio devido a interferência dos movimentos sociais. É possível perceber essas mudanças a partir da Constituição de 1988 que incorpora novos conceitos e novos tipos de patrimônio a legislação de proteção dos bens.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultura e a definição dos bens passíveis de reconhecimento,

<sup>142</sup> CANCLINI, Op. Cit., p. 22.

<sup>143</sup> Original: “

a. *La cuestión del patrimonio ambiental –natural y urbano- no se ve como responsabilidad exclusiva del gobierno.*

b. *Se comprende que si no hay movilización social por el patrimonio, es difícil que el gobierno lo vincule con las necesidades actuales y cotidianas de la población.*

*El efectivo rescate del patrimonio incluye su apropiación colectiva y democrática, o sea: crear condiciones materiales y simbólicas para que todas las clases puedan compartirlo y encontrarlo significativo.”* CANCLINI, Op. Cit., p. 22, tradução nossa.

<sup>144</sup> Original: “no se trata sólo de las dos cuestiones que monopolizan casi toda la bibliografía”.

CANCLINI, Op. Cit., p. 22, tradução nossa.

<sup>145</sup> CANCLINI, Op. Cit., p. 22.

sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e a documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública.

Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”<sup>146</sup>.

Como apresentado anteriormente, Canclini acredita que a responsabilidade maior pela proteção do patrimônio recai sobre os profissionais de conservação e o Estado. Contudo, o antropólogo defende também a questão participacionista. Segundo ele: “a seleção do que se preserva e a forma de o fazer deve ser decidida através de um processo democrático em que os interessados intervenham e são considerados os seus hábitos e suas opiniões”<sup>147</sup>.

É possível perceber que ambos países apresentam, atualmente, a preocupação da participação social nas decisões referentes a proteção do patrimônio nacional. Tanto no México, quanto em qualquer outro país cuja preocupação com o patrimônio excede os âmbitos legislativos, a participação social se faz essencial para que esses bens sejam protegidos e conservados, uma vez que o patrimônio nada seria sem uma comunidade para lhe agregar valor histórico e cultural.

Assim como o patrimônio é construído a partir de um contexto histórico e cultural de uma sociedade, ele também representa todo o desenvolvimento dessa sociedade. Uma comunidade encara diversas mudanças ao longo do seu desenvolvimento, como por exemplo, expansão territorial, crescimento populacional, alterações nas tradições e incorporação de novos costumes. Todas essas transformações fazem parte do desenvolvimento de uma sociedade e devem ser levados em consideração ao relacionarmos o patrimônio cultural.

---

<sup>146</sup> Patrimônio Cultural. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218#:~:text=A%20Constituição%20Federal%20de%201988,Artístico%2C%20por%20Patrimônio%20Cultural%20Brasileiro>>. Acesso em: 25 de nov. 2022.

<sup>147</sup> Original: “*la selección de lo que se preserva y la manera de hacerlo deben decidirse a través de un proceso democrático em el que intervengan los interesados y se consideren sus hábitos y opiniones*”. CANCLINI, Op. Cit., p. 24, tradução nossa.



Como dito anteriormente, não existe patrimônio sem uma comunidade para lhe trazer valor, assim como não há o desenvolvimento de uma sociedade sem transformações. Ao considerar o patrimônio como algo imutável e não lhe atribuir novos usos, esses bens podem perder suas relevâncias social e, com isso, caírem no esquecimento. Segundo Canclini:

A política cultural em matéria de patrimônio, acrescentamos, não pode ater-se ao primeiro sentido, como costuma acontecer; é preciso articular a recuperação da densidade histórica com significados recentes gerados por práticas inovadoras de produção e consumo<sup>148</sup>.

Compreendendo as questões sociais e transformações necessárias para o desenvolvimento de uma comunidade, o autor formula três critérios para orientar as decisões com relação ao patrimônio, sendo elas:

- a. A preservação dos bens culturais nunca pode ser mais importante do que a das pessoas que deles precisam para viver: na recuperação de um centro histórico, a revalorização dos monumentos não deve pesar mais do que as necessidades habitacionais e simbólicas dos seus habitantes, nem a política artesanal pode colocar a defesa dos objetos perante a dos artesãos.
- b. As soluções devem buscar um equilíbrio orgânico entre as tradições que dão identidade – a um bairro, aos produtores de artesanato – e as mudanças exigidas pela modernização.
- c. Políticas e decisões sobre esses problemas devem ser tomadas em instâncias e com procedimentos que possibilitem a participação democrática de produtores e usuários: por que quase sempre quando os centros históricos são reabilitados intervêm apenas funcionários públicos e arquitetos, mas não os moradores do bairro? Porque é que os artesãos nunca fazem parte dos júris dos concursos de atribuição de prêmios de artesanato, nem lhes pedimos que opinem sobre os folhetos turísticos que dizem como interpretá-los? As experiências de coparticipação de especialistas e usuários desenvolvidas nas tarefas de reconstrução pós-terremoto, bem como associações de consumidores e defesa do patrimônio natural, mostram que estas utopias começam a ser realizáveis<sup>149</sup>.

---

<sup>148</sup> Original: “*La política cultural respecto del patrimonio, agregamos nosotros, no puede aferrarse al primer sentido, como suele ocurrir; necesita articular la recuperación de la densidad histórica con los significados recientes que generan las prácticas innovadoras en la producción y el consumo*”. CANCLINI, Op. Cit., p. 28, tradução nossa.

<sup>149</sup> Original: “

a. *La preservación de los bienes culturales nunca puede ser más importante que la de las personas que los necesitan para vivir: al recuperar un centro histórico, la reubicación de los monumentos no debe pesar más que las necesidades habitacionales y simbólicas de sus habitantes, ni la política artesanal puede anteponer la defensa de los objetos a la de los artesanos.*

b. *Las soluciones deben buscar un equilibrio orgánico entre las tradiciones que dan identidad -a un barrio, a los productores de artesanías- y los cambios requeridos por la modernización.*

*Las políticas y las decisiones sobre estos problemas deben tomar-se em instancias y com procedimientos que hagan posible la participación democrática de los productores y los usuarios: ¿por qué casi siempre que se rehabilitan los centros históricos sólo intervienen los*

As questões levantadas por Canclini demonstram que, apesar da preocupação com a participação social nas decisões sobre o patrimônio, ainda não é vista a efetiva colaboração da comunidade. Fica evidente que, como parte da construção desses bens, a sociedade deve fazer parte da sua proteção, contudo, ainda há muitas restrições que impedem sua contribuição. Como sugere o autor, as questões e legislações relacionadas à proteção de bens culturais devem ser repensadas para adaptarem-se às necessidades sociais e promoverem a participação da comunidade ao seu redor, não somente no contexto mexicano, ao qual o antropólogo pertence, mas em todos os países que se preocupam com a proteção de seus bens.

Na década de 1980, têm-se o incentivo para a ampliação do conceito de patrimônio, para que novos bens fossem protegidos. Através do Decreto 3551, o IPHAN reconhece bens culturais de natureza imaterial como parte do acervo a ser protegido, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial<sup>150</sup>. Atualmente, Ouro Preto apresenta 72 bens, sendo 49 protegidos em nível federal, 3 em nível estadual e 20 em nível municipal<sup>151</sup>.

#### 2.4. Intervenções Modernistas em Ouro Preto:

No Brasil, os intelectuais modernistas ficaram a frente das questões patrimoniais. Durante as primeiras décadas de intervenção modernista a favor da proteção do patrimônio, a cidade de Ouro Preto recebe grande ênfase, sendo elevada a Monumento Nacional em 1933. Além disso, a cidade e as disputas relacionadas a ela foram palco do marco para a ascensão desses intelectuais frente às decisões patrimoniais, através da construção do Grande Hotel que, como será descrito posteriormente, caracterizou a vitória modernista na disputa interna contra os intelectuais defensores do neocolonial<sup>152</sup>.

---

*funcionarios y los arquitectos, pero no los que habitan el barrio?, ¿por qué los artesanos nunca forman parte de los jurados em los concursos donde se premian artesanías, ni les pedimos que opinen sobre los folletos turísticos que dicen cómo interpretarlas? Las experiencias de coparticipación de especialistas y usuarios desarrolladas em las tareas de reconstrucción posteriores al sismo, así como las asociaciones de consumidores y de defensa del patrimonio natural, muestran que estas utopías comienzan a se realizables". CANCLINI, Op. Cit., pp. 28-29, tradução nossa.*

<sup>150</sup>FÉRES, Leila Medina Leite. **Do Monumental ao Performático: Ouro Preto e as práticas oficiais e populares do patrimônio**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018, pp. 51-52. Disponível em:

<[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/11794/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O\\_MonumentalPerform%c3%a1ticoOuro.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/11794/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_MonumentalPerform%c3%a1ticoOuro.pdf)>. Acesso em 25 de jan. 2023.

<sup>151</sup>FÉRES, Op. Cit., 2018, p. 74.

<sup>152</sup> CAVALCANTE, Op.cit, 2006, p. 63.

O governo do estado de Minas Gerais, no ano de 1938, solicita ao instituto de proteção ao patrimônio, SPHAN, a elaboração de um projeto para um hotel na cidade de Ouro Preto. Essa nova construção deveria ser “compatível com a arquitetura antiga”<sup>153</sup>.

A elaboração do primeiro anteprojeto do Grande Hotel foi atribuída ao arquiteto modernista Carlos Leão, que segundo Cavalcante, ansiava “obter o mínimo de contraste e o máximo de integração” entre a edificação e a paisagem ouro-pretana. Tal intento influenciou o arquiteto que “utilizou cobertura inclinada em telhas-canal, pátio interno, janelas e portas em arco, fachadas revestidas em pedra o térreo e caiadas de branco no resto da extensão”<sup>154</sup> em sua criação.

No mesmo ano, o prefeito da cidade de Ouro Preto por meio de uma carta ao diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, solicita a abertura de crédito para a construção do hotel. O diretor da instituição, “durante certo tempo, parecia feliz com a solução” de um projeto aos moldes neocoloniais como uma forma de “redenção” a esse estilo. Por consequência ao pedido de crédito, no mês posterior à carta, a cidade recebe a visita de Oscar Niemeyer que foi fundamental “para que o arquiteto começasse a assenhorear do problema da implantação da nova construção”<sup>155</sup>.

A inspeção do arquiteto encadeou a interrupção da documentação do projeto por cinco meses. Esse período de estagnação dos trâmites burocráticos foi permeado pelo levantamento de objeções ao projeto, “certamente capitaneadas por Lúcio Costa”, que irrompem a partir de uma disputa interna à instituição e ao movimento moderno. Para Rodrigo Melo Franco, era uma “inconveniência do que poderia parecer um ‘recuo’ ou capitulação aos neocoloniais”<sup>156</sup>.

Cavalcante pontua que o projeto de Oscar Niemeyer para o Grande Hotel acentuou a “condição de dominantes no campo arquitetônico”, uma vez que “conseguem provar, em face dos acadêmicos e neocoloniais, que suas construções eram, a um só tempo, novas, nacionais e estruturalmente ligadas a uma tradição pretérita”<sup>157</sup>.

---

<sup>153</sup> CAVALCANTE, Lauro. **Moderno e brasileiro**: A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro, ZAHAR, 2006, p. 60.

<sup>154</sup> CAVALCANTE, Op.cit, 2006, p. 60.

<sup>155</sup> *Ibidem*, pp. 60-61.

<sup>156</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 63.

A arquitetura moderna, a partir desse momento, conceitua uma obra de arte, uma vez que os critérios de reconhecimento de um patrimônio estavam interligados com seus valores estéticos, sem considerar “sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como por expressão cultural e parte de um todo socialmente construído”<sup>158</sup>. Os intelectuais modernistas consolidam então suas posições no SPHAN. Além disso, esses arquitetos assumem o controle sobre as “construções cotidianas das cidades históricas e nas áreas de entorno dos monumentos sob a proteção do SPHAN”<sup>159</sup>.

A construção do hotel de Ouro Preto aprofunda os sulcos do triunfo moderno e redefine internamente o grupo, com a clara divisão de dominantes e dominados no pólo moderno dominante, além de provocar reflexos diretos e imediatos nas vidas de seus protagonistas principais<sup>160</sup>.

As diferenças ideológicas do movimento modernista influíam nas políticas públicas de preservação patrimonial, uma vez que o órgão responsável por salvaguardar a herança nacional era composto por diversos membros relacionados ao movimento.

[...] o quadro do SPHAN era composto por muitos intelectuais ligados ao Modernismo. Estes foram convidados pelo diretor da Instituição para atuarem nas pesquisas histórico-artisticas, que tinham como objetivo promover um amálgama entre o passado e o presente. Tal grupo não era homogêneo e as diferenças ideológicas fizeram com que surgissem dentro do Modernismo vários grupos antagônicos, como aqueles que seguiam as ideias de Mario de Andrade e Oswald Andrade entre outros, e aqueles que compunham o grupo Verde-Amarelo<sup>161</sup>.

O grupo de intelectuais alinhados aos ideais de Mário e Oswald de Andrade conjecturava que os estilos arquitetônicos “poderiam coexistir harmonicamente numa mesma cidade”. Tais pensadores combatiam “as estéticas parnasiana, realista e romântica e compreendiam que a ordem moderna era urbana e industrial”. O outro grupo intitulado Verde-Amarelo, de maneira oposta, defendia que a arquitetura verdadeiramente nacional advinha da “valorização do regionalismo”<sup>162</sup>.

Foi durante a ascensão dos intelectuais modernistas frente as políticas patrimoniais nacionais que a busca pelo estilo arquitetônico representativo do nacional ganhou ênfase. Cabia a este grupo, segundo Ribeiro, contribuir para a continuidade da

---

<sup>158</sup> MOTTA, Op. cit., 1987, p. 108.

<sup>159</sup> CAVALCANTE, Op.cit, 2006, p. 63.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>161</sup> VIEIRA, Op. cit., 2016, p. 70.

<sup>162</sup> *Ibidem*, pp. 70-71.

produção de uma arquitetura autenticamente brasileira, a partir da elaboração de novos estilos arquitetônicos com base nos edifícios coloniais<sup>163</sup>.

Entre o final do século XIX e o começo do XX, defensores da arquitetura colonial entenderam que os edifícios construídos entre os séculos XVI a XVIII reuniam os elementos necessários para que fossem eleitos os melhores representantes dessa tradição artístico-arquitetônica nacional<sup>164</sup>.

O pensamento de renovação estilística e continuidade de uma tradição atribuída ao estilo arquitetônico colonial eclodiu no surgimento de duas novas vertentes: o neocolonial e o modernismo<sup>165</sup>. Como afirma Cavalcante, “a corrente neocolonial foi a principal competidora dos modernos pela primazia da condução oficial da renovação arquitetônica nacional e pelo estudo do passado nacional”<sup>166</sup>. Nesta dualidade encontram-se intelectuais como Ricardo Severo e José Mariano Filho vinculados ao neocolonial e Mário de Andrade e Lúcio Costa relacionados ao modernismo e à arquitetura modernista.

Nota-se que o primeiro grupo não busca romper com as origens europeias, ressaltando em seus projetos identitários as raízes lusitanas na composição da nacionalidade. Como antagonista aos tradicionais, Bittencourt apresenta os antiquários modernistas que seriam representados pela vanguarda dos anos 1920, preocupada em redescobrir o Brasil por meio da busca dos elementos populares num esforço sistemático pela instauração de um padrão de identidade no qual a época colonial passava a ser valorizada e concebida como as raízes autenticamente brasileiras, em desprezo ao europeísmo. Nota-se que muitos desses intelectuais ditos modernistas, como já mencionados, fariam parte da célebre academia PHAN dirigida por Rodrigo Melo Franco, como Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, que viria a ser o responsável pelo arquivo da agência do patrimônio nacional<sup>167</sup>.

Segundo Ribeiro, contudo, há uma conexão entre as duas vertentes ao considerar que parte da elaboração dos conceitos modernistas advém dos diálogos promovidos pelos intelectuais defensores do neocolonial. Em seu artigo, a autora lança luz sobre a relação entre o arquiteto Lúcio Costa e o intelectual José Mariano, a partir do âmbito acadêmico, uma vez que Mariano foi professor de Costa. Ribeiro declara

---

<sup>163</sup> RIBEIRO; BOTELHO, Op. cit., 2013, p. 1.

<sup>164</sup> *Ibidem*, p.1.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p.1.

<sup>166</sup> CAVALCANTE, Lauro. Op.cit, 2006, p. 56.

<sup>167</sup> FERREIRA, Camila Kézia. **A polêmica como patrimônio**: Augusto de Lima Júnior e a Revista de História e Arte nos embates sobre as políticas patrimoniais (1930-1966). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014, p. 18.

ainda que o contato com o neocolonial foi “fundamental para que Lúcio formulasse seu próprio conceito de arquitetura tradicional”<sup>168</sup>.

Sabe-se então, que um dos principais intelectuais e arquitetos modernistas, Lúcio Costa, futuro coordenador do IPHAN, dispôs de grande influência dos pensamentos da vertente neocolonial antes mesmo da sua formulação moderna<sup>169</sup>.

À frente da coordenação do Instituto, Lúcio Costa incentivou a proteção do patrimônio colonial, colaborando com o desenvolvimento de três vertentes de trabalho voltadas para o tombamento, recuperação, restauro e inscrição dos bens no livro do tomo<sup>170</sup>. Entretanto, seu apreço pela arquitetura colonial era contrabalanceado por seu repúdio ao estilo eclético, o que pode ser visto no trecho da sua carta ao Diretor do SPHAN sobre a construção do Grande Hotel de Ouro Preto.

O artista modernista foi inimigo declarado do Eclétismo, sobretudo o mineiro, considerando-o um bolo de noiva, um manto de mau gosto em face da austeridade e despojamento da arquitetura colonial<sup>171</sup>.

Para acabar com a cultura eclética, Alcântara Machado e Oswald de Andrade postularam soluções “futuristas” para São Paulo e Belo Horizonte. São Paulo deveria ser varrida por um “ciclone inteligente” que destruísse o “lixo estético” de uma cidade enriquecida muito depressa, incapaz de “distinguir o belo do vistoso”, sempre na busca do “muito grande, muito brilhante, muito enfeitado” aspectos que Alcântara Machado condensa nos monumentos da Avenida Paulista, por onde deveria começar a faxina salutar<sup>172</sup>.

Após a interrupção da documentação do projeto por cinco meses, a elaboração de uma nova criação é atribuída à Oscar Niemeyer. A nova construção buscava se afastar das características estilísticas que remetiam ao neocolonial propostas por Carlos Leão, no primeiro anteprojeto da edificação, e criticadas por Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Além disso, tentava-se mimetizar na paisagem ouro-pretana para não chamar atenção e harmonizar com as edificações ao seu entorno.

[...] adoção do telhado inclinado em telhas de barro – não até o paramento da fachada, como queria Costa, mas restrito ao corpo do bloco, sem atingir as varandas. A harmonia com as antigas construções foi justificada com base na sempre lembrada semelhança entre as estruturas tradicionais em pau-a-pique e as modernas em concreto armado. Os pilares foram calculados com seções quadradas, de modo a “acentuar, dentro dos limites impostos pela boa arquitetura

<sup>168</sup> RIBEIR; BOTELHO, Op. cit, 2013, pp. 2-4.

<sup>169</sup> RUBINO, Silvana. **Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional**. Revista USP. São Paulo, n. 53, Março/Maio 2002, p. 9. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33181/35919>>. Acesso em 26 fevereiro 2021.

<sup>170</sup> RUBINO, Op. cit, 2002, p. 9.

<sup>171</sup> CAMPOS, Op. cit., 2019, pp. 170.

<sup>172</sup> FABRIS, Annateresa. **A crítica modernista à cultura do eclétismo**. R. Italianística, ano III, nº 3, p. 78, 1995.

e sem recorrer a nenhum processo de simulação, a semelhança entre as duas técnicas”<sup>173</sup>.

Na carta de Lúcio Costa encaminhada para Gustavo Capanema por Rodrigo Melo Franco é possível perceber o desapareço à arquitetura de gosto neocolonial proposta por Carlos Leão.

[...] teríamos, depois de concluída a obra, ou uma imitação perfeita e o turista desprecauido correria o risco de, à primeira vista, tomar por um dos principais monumentos da cidade uma contrafação, ou então, fracassada a tentativa, teríamos um arremedo neocolonial em nada em comum com o verdadeiro espírito das velhas construções<sup>174</sup>.

A construção do Grande Hotel, como afirma Cavalcante, foi o marco do “triunfo moderno”, em que a vertente modernista se sobressai à neocolonial<sup>175</sup>.

Esse embate dentro do Movimento Modernista evidência as duas vertentes desse mesmo movimento. Contudo, “os dois grupos, apesar dos conflitos, concordavam em um ponto: eram a favor da arquitetura colonial do século XVIII”<sup>176</sup>. Esse alinhamento de valores dos grupos que estão à frente das decisões das políticas patrimoniais advém do reconhecimento dessa arquitetura como a verdadeira representante nacional.

Assim, pode-se constatar que o Movimento Modernista, atuou no sentido de redescobrir a nação a partir de novos princípios, da criação simbólica, da valorização estética e de um encontro da tradição com o contemporâneo; e de forma sensível e sensata, conseguiram atribuir ao Barroco Mineiro à representação da identidade nacional com uma imagem legítima, autorizada e institucionalizada enquanto arte nacional<sup>177</sup>.

A autenticação da arquitetura colonial como patrimônio nacional a ser preservado ocasionou a predileção da proteção e da conservação dos bens de “pedra e cal”, principalmente das cidades setecentistas mineiras<sup>178</sup>, “onde tudo parecia evocar o passado e a tradição”<sup>179</sup>.

O barroco local, que durante muito tempo fora considerado excêntrico e sem importância, é revalorizado pelos modernistas, que o vêem como uma síntese cultural própria, esboçada por uma sociedade no

<sup>173</sup> CAVALCANTE, Op.cit, 2006, p. 61.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>176</sup> SANTOS, Marisa Veloso. **Nasce a academia SPHAN**. Revista do Patrimônio, n. 24, 1996, p. 79.

<sup>177</sup> REZENDE, Edson Fialho de. **Barroco Mineiro: nação civilizada, patrimônio protegido**. Monografia (Especialização em Cultura e Arte Barroca) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011, p. 27.

<sup>178</sup> CAVALCANTE, Op. Cit., 2006, p. 60.

<sup>179</sup> CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume editora, 2009, p. 138.

interior do país, que, isolada, retrabalhara à sua maneira as diversas influências culturais<sup>180</sup>.

Esse reconhecimento trouxe grande ênfase à cidade de Ouro Preto, uma vez que o município é identificado por seu grande sítio histórico preservado do período colonial. A partir da admissão da arquitetura colonial como a verdadeira raiz nacional, medidas patrimoniais de preservação das edificações desse estilo, principalmente pelo anseio de homogeneização estética da cidade, foram instituídas.

Este nos parece exatamente o caso de Ouro Preto: na busca de um símbolo nacional, o SPHAN passa a executar uma ação de homogeneização da imagem da cidade, eliminando grande parte das transformações urbanas e arquitetônicas mais recentes e, com elas, importantes referências da história local<sup>181</sup>.

As ações homogeneizadoras demonstravam o interesse estético da preservação, que privilegiava a arquitetura colonial como parte a ser conservada, em detrimento do estilo eclético, do século XIX, que seria ou deveria ser suprimido. Segundo Motta, esses “critérios estilísticos” possuíam “valores que não levavam em consideração sua característica documental”, que incluíam a “expressão cultural e parte de um todo socialmente construído”. A autora acrescenta ainda que “Esta abordagem resultou numa prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados”<sup>182</sup>.

A manutenção referida por Lia Motta estava relacionada às medidas de proteção que foram implantadas em Ouro Preto. Algumas dessas medidas correspondiam ao que a autora chamou de “ações corretivas”, que eram aplicadas como “exigência, da retirada de frontões e platibandas características da tímida evolução de Ouro Preto posterior ao século XVIII”<sup>183</sup>.

Esse tipo de ação era justificado pelos técnicos da instituição como a necessidade de restabelecer a marcante linha dos beirais da cidade ou, de forma mais radical, para eliminar o aspecto *bastardo* daquelas edificações. [...] Coerente com a justificativa, não era fundamental a reforma total das fachadas à moda colonial, mas, se eventualmente fosse este o desejo do proprietário, era prontamente autorizado<sup>184</sup>.

Como podemos observar, os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio nacional implantavam medidas de preservação para a arquitetura colonial ao mesmo tempo em que incentivavam a descaracterização das edificações do século XIX, época de grande importância histórica para a cidade, em prol de uma harmonização estética e

<sup>180</sup> CASTRIOTA, Op. cit, 2009, p. 138.

<sup>181</sup> *Ibidem*, pp. 141-142.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 108.

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 110.

<sup>184</sup> *Ibidem*, p. 110.



estilística. Há, portanto, um projeto modernista para a criação de um ideal de cidade barroca e colonial, que dá origem ao nome desse capítulo.

Apesar do estilo Eclético ser parte de um período histórico importante, ele era considerado, pelos intelectuais modernistas, “digno de esquecimento”<sup>185</sup> e suas edificações eram tidas como “perturbadores da unidade desejável do conjunto”<sup>186</sup>, ao se referir à cidade de Ouro Preto. Nota-se aqui a operação do “arquivo” nos termos que discutimos acima a partir de Derrida. Considerar as práticas do patrimônio como a organização do arquivo nos leva a pensar seus efeitos sobre a realidade histórica da cidade. Trata-se de pensar a maneira pela qual essa realidade foi, por assim dizer, “reescrita” com a eleição de uma linguagem arquitetônica privilegiada, de estilos que eram permitidos e outros negados, levando mesmo a intervenções “corretivas”, como quem redesenha ou restaura a história da cidade.

A história local, a intrincada teia de relações sociais, econômicas e culturais, que compõem a fisionomia de um lugar e a vida de uma cidade, desaparece, assim, para dar lugar a um símbolo nacional idealizado. Não é de se estranhar, portanto, que também desapareça a “memorabilidade” do lugar para a população local, sistematicamente excluída da formulação das políticas de preservação. No caso de Ouro Preto vamos assistir mesmo a uma curiosa inversão: o Estado assume a condição de “guardião local” e o morador passa a ser visto como um opositor da preservação e um virtual transgressor<sup>187</sup>.

Castriota, nesse trecho, observa que Ouro Preto foi alvo de um ideal de cidade homogeneamente colonial propagado pelos intelectuais modernistas. Essa aspiração influenciou nas medidas protecionistas e também em modificações arquitetônicas no município. Segundo o autor, devido esse anseio pelo símbolo nacional, edificações locais foram apagadas ou alteradas e conjuntamente as relações sociais e a cultura de todo um período histórico foram desprendidas de uma “memória do lugar”<sup>188</sup>.

O termo “memória do lugar” foi criado pelo filósofo Edward S. Casey sendo descrita como “a persistência estabilizadora do lugar como um suporte de experiências que contribui tão poderosamente para a sua memorabilidade intrínseca”<sup>189</sup>. A arquitetura de um período é composta não somente por ornamentos e técnicas construtivas, ela é a representatividade de um período histórico do local. Através da arquitetura, se pode compreender aspectos sociais, econômicos e políticos ao qual está inserida. Ao se

---

<sup>185</sup> *Ibidem*, pp. 141-142.

<sup>186</sup> *Ibidem*, pp. 141-142.

<sup>187</sup> *Ibidem*, pp. 145-146.

<sup>188</sup> *Ibidem*, pp. 145-146.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 145.

retirar esse elemento arquitetônico da paisagem urbana, também se está destituindo o local de uma memória que lhe íntegra.

O exemplo utilizado por Castriota para empregar esse conceito foi a demolição do Mercado Municipal (Fig. 5) localizado no Largo de Coimbra, em Ouro Preto.

**Figura 5 - Mercado Municipal, Largo de Coimbra**



Fonte: Autor desconhecido. Imagem produzida anteriormente a 1920.

**Figura 6 - Feirinha de Pedra e Sabão, Largo de Coimbra**



Fonte: Lucas Alcântara, 2022.

Tal ação ocorreu a partir de uma iniciativa que visava a melhor visibilidade da Igreja São Francisco de Paula, um monumento tombado isoladamente na cidade. Ao demolir esse empreendimento, está se apagando toda a sua história como parte do comércio local e a sociabilidade que ali existia<sup>190</sup>. Essa medida foi uma das muitas que ocorreram na cidade em prol de uma ação puramente estética.

Assim, inicia-se uma ação sistemática de apagamento do século XIX, com a exigência, na aprovação de projetos de reforma, da retirada de elementos da arquitetura neoclássica ou eclética, como frontões e platibandas. A partir da compreensão da cidade como expressão estética, aqueles elementos são vistos como perturbadores da unidade desejável do conjunto, devendo, portanto, ser removidos<sup>191</sup>.

O rótulo atribuído ao estilo eclético permitiu que modificações fossem realizadas em suas características típicas e até mesmo a total supressão de edificações, sobretudo em defesa da harmonização colonial da cidade de Ouro Preto.

Frente às dificuldades de se analisar projetos caso a caso, o SPHAN caminha, então, cada vez mais para um enrijecimento das normas, passando a exigir uma série de traços estilísticos nas novas edificações – detalhes típicos das construções e acabamentos de telhados, cornijas, bem como esquemas cromáticos bastante rígidos<sup>192</sup>.

Outro exemplo de arquitetura eclética modificada a partir das intervenções modernistas foi o edifício que hoje se institui o Cine Vila Rica (Fig. 7 e Fig. 8). Como demonstrado nas imagens a seguir, é possível perceber as alterações nos elementos da fachada. Segundo Salgueiro, a modificação dos frontões em telhados com beirais e o número de aberturas por formações mais simétricas uniformizou a edificação<sup>193</sup>.

---

<sup>190</sup> CASTRIOTA, Op. cit. 2009, p. 145.

<sup>191</sup> *Ibidem*, pp. 141-142.

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>193</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do "colonial" aos de construção de um "antigo moderno". In: **Anais do Museu Paulista**, v. 4, pp. 125-63, jan/dez 1996, pp. 136-137.

**Figura 7 - Cine Vila Rica no estilo Eclético**



Fonte: MOTTA, Op. cit., 1987, p. 111. (modificado pela autora) Foto tirada em meados do século XIX.

**Figura 8 - Cine Vila Rica após intervenção modernista**



Fonte: MOTTA, Op. cit., 1987, p. 111. Foto tirada por volta de 1910-1940.

A edificação do Ministério Público (Fig. 8 e Fig. 9) também é outro exemplo de intervenção modernista em arquiteturas ecléticas. Nesse caso, a maior alteração foi a remoção completa do elemento da platibanda. Esse elemento, além de ser uma das características do estilo eclético, também era bem trabalhado, com detalhes sofisticados, que demonstrava maior valor na época.

**Figura 9 - Ministério Público no estilo eclético**



Fonte: Acervo do Luiz Fontana. Foto tirada por volta de 1930-1960.

**Figura 10 - Ministério Público após intervenções modernistas**



Foto: Elaborado pela Autora, 2019.

As normas de proteção ao patrimônio impostas pelo SPHAN não só contribuíram para a produção do “estilo patrimônio” como é nomeado por Motta<sup>194</sup>, como

<sup>194</sup> MOTTA, Op. Cit, 1987. p. 113.

também para suprimir arquiteturas de outros períodos históricos, como demonstrado anteriormente.

As edificações ecléticas sofreram particular alteração, nesse período de intervenções modernistas em Ouro Preto, contudo, dentre as construções desse estilo, a tipologia dos Chalés permaneceu sem grandes modificações estilísticas. Essa tipologia, que possui características diversas em relação às outras construções desse estilo, manteve-se intacta e os motivos que levaram a sua perenidade é o foco principal dessa pesquisa.

### 3. O Patrimônio Modernista e a sobrevivência do ecletismo na cidade histórica:

#### 3.1. Ouro Preto do século XX:

O estudo dos chalés e as sobrevivências ecléticas na cidade de Ouro Preto deve levar em consideração as ações implantadas durante o processo de valorização do patrimônio histórico caracterizado pela arquitetura barroca. Esses movimentos são contemporâneos à afirmação da arquitetura modernista como a verdadeira continuidade histórica da tradição em detrimento do neocolonial e a das construções ecléticas, que eram identificadas como padrões imitativos da arquitetura que construiu os cenários da “Belle Èpoque” europeia e periférica. Ao mesmo tempo, também estava em processo a consagração dos arquitetos e intelectuais modernistas no controle das políticas patrimoniais.

A Inspetoria de Monumentos Nacionais foi criada em 1934, um ano após a declaração de Ouro Preto como Monumento Nacional. Esta estrutura foi a primeira que visava a proteção do patrimônio cultural. Os trabalhos da Inspetoria duraram até 1937, quando houve a criação do SPHAN. As duas instituições possuíam visões contrastantes com relação à proteção do patrimônio nacional. De um lado encontrava-se Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e antigo responsável pela Inspetoria de Monumentos Nacionais defensor do estilo neocolonial; o outro lado dispunha de intelectuais modernistas que estavam à frente na criação do SPHAN<sup>195</sup>.

Os contrapontos dessas visões estavam relacionados ao “culto ao passado *versus* a ideia de patrimônio como referência da modernidade”, em que o primeiro era defendido por Gustavo Barroso e o segundo aos intelectuais modernistas. O ponto de vista de Barroso:

[...] defendia que se deveria salvar o passado do esquecimento, livrando-o da destruição e do abandono para revivê-lo no presente, como uma espécie de herança de família<sup>196</sup>.

Já o ponto de vista dos intelectuais modernistas era que:

[...] o conhecimento do passado seria referência para a constituição da identidade nacional que se projetava para o futuro. Para os modernistas, o conhecimento do passado conduziria à constituição de um país moderno e civilizado, portador de cultura própria, integrado à matriz da civilização ocidental europeia<sup>197</sup>.

<sup>195</sup> SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto**: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950. IPHAN/Rio de Janeiro: COPEDOC, 2008, p. 12.

<sup>196</sup> SORGINE, Op. cit., 2008, p. 13.

<sup>197</sup> *Ibidem.*, p. 13.

Esse debate acarretou em obras que primeiramente haviam sido realizadas pela Inspetoria e, posteriormente, foram refeitas pelo SPHAN, a partir do momento em “que não tivesse a marca ou que não fosse regida [pelos] princípios estéticos do SPHAN”. O embate se acentuou em 1938, com o projeto de construção do Grande Hotel, como visto na introdução deste trabalho. Foi também, durante essa discussão, que surgiu a “noção de cidade histórica como obra de arte”<sup>198</sup>.

A visão estética da cidade de Ouro Preto propiciou diversas obras em prol da “boa arquitetura”, entre elas, a remodelação do antigo Liceu de Artes e Ofícios, que hoje abriga o Cine Vila Rica. Essas obras descenderam da campanha “Salvemos Ouro Preto”, idealizada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do então DPHAN, entre 1949 e 1950. Essa ação tinha como principal intuito recuperar edificações da cidade que estavam em mal estado de conservação, e com isso preservar a arquitetura colonial ouropretana<sup>199</sup>.

Os versos de Bandeira nos convidam à investigação de um curto período inserido na duradoura administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente da DPHAN, quando foram realizados: uma campanha de angariação de fundos particulares em benefício do casario da cidade; um estudo da situação do conjunto urbano tombado, feito pelos técnicos da DPHAN, os arquitetos Sylvio de Vasconcellos e Paulo Thedim Barreto e, por fim, uma série de intervenções para a recuperação de exemplares selecionados do conjunto arquitetônico, custeadas com o montante arrecadado na campanha. Sobretudo, foi um momento em que integrantes das elites intelectuais, artísticas, econômicas e políticas do país foram chamados a colaborar com a causa da preservação e valorização do patrimônio histórico e artístico nacional<sup>200</sup>.

O estudo realizado sobre a situação do conjunto urbano tombado foi realizado por técnicos do DPHAN e também pelos arquitetos Sylvio de Vasconcellos e Paulo Thedim Barreto. Tal estudo é relatado no livro “Salvemos Ouro Preto”, que também é composto por iniciativas realizadas pela campanha, assim como descreve a reação popular descritas em jornais e revistas do período a essas iniciativas. O livro documenta detalhadamente todos os passos da campanha e dos estudos realizados na cidade, com cópias dos estudos originais entregues por Vasconcellos e Barreto ao instituto de proteção ao patrimônio.

O intuito desse estudo era categorizar as edificações existentes na cidade a fim de melhor aplicar os recursos arrecadados durante a campanha. A arrecadação de fundos para a realização das obras de recuperação dos casarios de Ouro Preto foi

---

<sup>198</sup> *Ibidem* pp. 13-14.

<sup>199</sup> *Ibidem* pp. 14-15.

<sup>200</sup> *Ibidem* p. 18.



estimulada, principalmente pela insuficiência de recursos federais, bem como da inexistência de recursos municipais e a “impossibilidade financeira de os proprietários arcarem com a conservação do casario”<sup>201</sup>.

A iniciativa do casal Melo Franco de Andrade pode ser mais bem compreendida à luz das considerações acerca da atuação do grupo de intelectuais mineiros identificados com o movimento modernista os quais, ainda que mais ou menos envolvidos com a vida política brasileira nas décadas de 1920 e 1930 (MICELI, 1979), imprimiam à sua atuação um sentido de “constituírem uma elite intelectual e com vocação do espírito público” (FONSECA, 2005, p.93), que se incumbiria, sobretudo, de um “senso de dever” (Idem), vinculado às disputas para definir no país uma identidade nacional. E com destaque, em meio a esse grupo, Rodrigo Melo Franco de Andrade se colocava não somente no lugar de dirigente e personalidade pública associada à preservação do patrimônio cultural, mas de personificação dessa causa (GONÇALVES, op. cit.) responsável por convencer e trazer o restante da sociedade para o que compreendia como uma missão<sup>202</sup>.

A campanha empregada por Rodrigo Melo Franco de Andrade e sua esposa Graciema Melo Franco de Andrade, em benefício de Ouro Preto, acarretou em notícias transmitidas em diversos veículos de comunicação da época. Entre eles estão o rádio da BBC de Londres, comunicações em Portugal, a Comissão Filatélica do Departamento de Correios e Telégrafos nacionais, entre outros. As notícias espalhavam o apelo em favor de Ouro Preto. Além disso, vinhetas de propaganda ou de beneficência na Imprensa Nacional foram vendidas para arrecadação<sup>203</sup>.

Entre os artigos publicados em jornais do período e sistematizados no texto de “Salvemos Ouro Preto” está o periódico *O Mundo* que tinha como manchete “Pede esmolas o Ministro da Educação. Vergonhoso atestado da desorganização a que chegou à administração pública – é com espórtulas do povo que querem reconstruir OP. – Pretendem proclamar a falência do tesouro?”. O artigo, apesar de elogiar a iniciativa, enfatizou e repudiou o uso do patrocínio público do DPHAN na campanha e a realização de um “apelo à caridade”<sup>204</sup>.

Outro artigo que noticiou a campanha de Rodrigo Melo Franco de Andrade foi publicado no periódico *Correio da Manhã*, jornal do Rio de Janeiro. Nessa publicação cujo título era “Não basta capinar Ouro Preto”, críticas e ironias sobre a campanha foram ditas, principalmente sobre a argumentação de que a campanha visava atender a sociedade interessada em manter o município “embalsamado”. A crítica se estendeu ao aspecto em que a cidade se encontrava, “estado de desgraça”, em que a

<sup>201</sup> SORGINE, Op. cit., 2008, pp. 18-19.

<sup>202</sup> *Ibidem* p. 19.

<sup>203</sup> *Ibidem*, pp. 23-24.

<sup>204</sup> *Ibidem*, pp. 24-25.

responsabilidade era do poder público. A campanha, para o artigo, era uma “ação de um grupo de vozes mais ou menos prestigiosas’ postas a ‘choramingar’, apropriando-se de uma cidade de todos, à qual se referiam como uma ‘coisa sua’”<sup>205</sup>.

Ambos jornais receberam respostas do diretor do DPHAN. As respostas enfatizavam a importância da campanha, uma vez que o Departamento sofria de limitações orçamentárias e os casarios de Ouro Preto encontravam-se em estado de necessidade urgente de reparações. Tais réplicas foram novamente retorquidas e seguiram-se as críticas pertinentes à campanha<sup>206</sup>.

Outros tantos periódicos da Capital Federal questionaram a legitimidade da campanha<sup>49</sup>, mas resguardaram de críticas a atuação da Diretoria do Patrimônio e de seu diretor. Afirmavam que a iniciativa de “pedir esmolas” (idem) poderia ser justificada pelo orçamento muito reduzido ao qual a instituição de preservação estava relegada, e demonstrava adesão e simpatia à narrativa salvacionista defendida pelos agentes de preservação, de que era válido empregar até os últimos recursos possíveis em socorro do “tesouro nacional” (id., ibid.), na ocasião e por muito tempo categoria paradigmaticamente associada a Ouro Preto<sup>207</sup>.

O principal argumento utilizado nas críticas à campanha tratava do “descuidado” como a instituição de preservação do Patrimônio atuava na cidade de Ouro Preto<sup>208</sup>. Apesar da reprovação de alguns veículos de comunicação, houve manifestações a favor da iniciativa, como por exemplo as notas e crônicas escritas por Manuel Bandeira, Murilo Mendes e Carlos Drummond de Andrade. Em 1949, termos como “ação patriótica”, “cidade-monumento”, “fotografia do passado” foram utilizados inúmeras vezes para caracterizar Ouro Preto e justificar a campanha<sup>209</sup> como pode ser visto no excerto publicado no periódico *Diário de Notícias*, escrito por Rachel de Queiroz:

Homens ricos deste país, auxiliem Ouro Preto. Não deixem cair por terra a cidade monumento; já que o governo não dispõe de dinheiro para salvar a antiga capital do ouro, salvem-na os particulares, que poderão realizar obra extraordinariamente meritória com pouquíssimo dispêndio. Quem quer que se interesse por arte, não pode ver sem remorsos cair em ruínas a cidade de Aleijadinho<sup>210</sup>.

Vale ressaltar que a campanha “Salvemos Ouro Preto” ia na contramão das políticas de preservação daquele período. Enquanto as políticas eram incentivadas e desenvolvidas pelo Estado, a campanha foi uma iniciativa privada que, apesar do incentivo do Estado, foi desenvolvida e colocada em prática a partir da população civil

<sup>205</sup> SORGINE, Op. cit., p. 25.

<sup>206</sup> *Ibidem*, pp. 25-26.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>208</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>210</sup> *Ibidem*, p. 28.

que se preocupava com a cidade. Esse caso se aproxima com as políticas de preservação desenvolvidas nos Estados Unidos, como o caso de Williamsburg, que foi um esforço dos Rockefeller e outros entes privados desde os anos de 1930<sup>211</sup>.

Segundo Sorgine, em seu texto “Salvemos Ouro Preto”, houve um período que se destacou quanto a argumentação sobre a campanha. A autora comenta que a publicação de 13 de setembro de 1949, *O Diário* afirmou que “a população *ouropretana* sentia-se ofendida com o teor das notícias publicadas a respeito da cidade [Ouro Preto], alardeando estar a mesma em estado avançado de ruína”. O repórter que noticiou a insatisfação dos cidadãos realçou que a população acreditava que as notícias possuíam um “caracter maligno” e que a cidade se encontrava em “fase de progresso”. O repórter encerra a notícia afirmando que “Não significa que se vá salvar Ouro Preto da ruína, mas sim, salvar o aspecto colonial de Ouro Preto, que se encontra ameaçado de ser substituído pela urbanização moderna”<sup>212</sup>.

O período ao qual a campanha “Salvemos Ouro Preto!” estava em vigor, vale ressaltar, corresponde ao período de modernização, industrialização e crescimento populacional da cidade. Conforme Oliveira, “Ouro Preto que estava, desse modo, preservada, parada no tempo, de repente recebe uma indústria que gera mais de dois mil empregos”. As instituições de proteção ao patrimônio, então, receavam a preservação, principalmente da área central da cidade e, a solução encontrada, segundo o autor, “consistiria em empurrar para as bordas, para longe – o tanto quanto fosse possível -, a indústria e o operariado”<sup>213</sup>.

Ao pesquisar sobre os jornais nacionais do ano de 1949, foi possível perceber que a campanha de Rodrigo Melo Franco de Andrade recebeu um realce positivo, principalmente dos jornais do Rio de Janeiro. O jornal “Letras e Artes: suplemento de ‘a manhã’” de 28 de agosto do mesmo ano publicou uma nota cujo título era “Ouro Preto ameaçada” que ressaltava o artigo, de mesmo título, escrito por Murilo Mendes, sobre

---

<sup>211</sup> Gonçalves, José Reginaldo. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, p. 269.

<sup>212</sup> SORGINE, Op. cit., pp. 28-29.

<sup>213</sup> OLIVEIRA, Gabriel Luz. **A cidade é da humanidade, mas não da comunidade: a patrimonialização de Ouro Preto, Minas Gerais (1938-1988)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023, (em elaboração), p. 81.

a decadência dos casarios da cidade, que estariam em risco. Além disso, a nota solicita contribuições para salvar a cidade da ruína<sup>214</sup>.

Outra publicação anterior ao jornal das “Letras e Artes”, foi a do jornal “Autores e Livros” de 1º de maio de 1949. O periódico traz um apelo “Em defesa de Ouro Preto” em que relata:

Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vem há anos lutando contra essa destruição. Várias casas da tradicional cidade mineira têm tido suas paredes reforçadas, outras conservam unicamente a achada para manterem a Ouro Preto o seu curioso aspecto do século XVIII; outras, infelizmente, tiveram que ceder à força do Tempo.

Acontece, porém, que a verba com que o Serviço do Patrimônio conta não é suficiente para assegurar uma conservação constante e duradoura. Dirige-se, portanto, o Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a todos os amigos de Ouro Preto, àqueles que admiram a linda cidade, seja pelo seu valor histórico, seja pela sua beleza e pela sua poesia; dirige-se a todos os que amam Ouro Preto; exortando-os a que o auxiliem nessa campanha destinada a angariar fundos para evitar que desapareça a cidade mais tradicional e mais encantadora do Brasil<sup>215</sup>.

Os jornais e revistas do ano de 1949, ao relatarem sobre Ouro Preto e sobre a campanha, nem sempre eram a favor da empreitada. Alguns apenas a noticiavam e aos eventos em prol da arrecadação em benefício à cidade, como o caso da revista Rio de junho desse ano que divulgou o sucesso da noite de jogos no Copacabana Palace promovida por Rodrigo Melo Franco de Andrade para angariar contribuições à “reconstrução da bela cidade de Ouro Preto”<sup>216</sup>.

O jornal “Autores e Livros” foi ativo ao noticiar as iniciativas promovidas pelos dirigentes da campanha. Em sua edição de setembro de 1949, o jornal traz informações sobre o leilão realizado para ajudar na arrecadação de recursos. Além do leilão, a nota do jornal realça a responsabilidade do governo em auxiliar a cidade. A nota relata:

Mas é doloroso sabermos que, por maior que seja a arrecadação deste leilão e das outras iniciativas, como a venda dos selos impressos especialmente para essa campanha, as doações particulares, etc., não

<sup>214</sup> **Ouro Preto ameaçada.** Letras e Artes: Suplemento da A Manhã. Rio de Janeiro, Edição 135, 28 de agosto de 1994, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=114774&pesq="Ouro%20Preto"&hf=memoria.bn.br&pagfis=1754](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=114774&pesq=)>. Acesso em 11 maio 2022.

<sup>215</sup> **Em Defesa de Ouro Preto.** Autores e Livros: suplemento literário de A Manhã. Rio de Janeiro, Edição 08, 1 maio de 1949, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066559&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=2769](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066559&Pesq=)>. Acesso em 11 maio 2022.

<sup>216</sup> **Festa de Caridade.** Rio. Rio de Janeiro, Edição 121, 1949, p. 81. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=146854&pesq="Ouro%20Preto"&hf=memoria.bn.br&pagfis=6810](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=146854&pesq=)>. Acesso em 11 maio 2022.

será suficiente para evitar que a maior parte daquelas casas se transforme em ruínas. Só o auxílio do governo, rápido, direto, e permanente, poderá resolver este angustiante impasse<sup>217</sup>.

A nota ainda ressalta com pesar que a cidade “está se despedaçando, diluindo-se nas enxurradas das grandes chuvas [...] e nós não fazemos nada, absolutamente nada por ele. É espantoso, é tremendo!”. Para encerrar, o jornal pede com esperança o êxito do leilão e das iniciativas de arrecadação.

Entre as pequenas notas dos jornais do Rio de Janeiro, foi possível encontrar uma matéria inteira dedicada à campanha. No jornal “Carioca” de 22 de setembro de 1949 encontra-se uma página completa para o texto de Lincoln de Souza sobre o título “Projetamos Ouro Preto”. O artigo aprofunda a temática ao trazer e especificar os valores necessários para a restauração dos casarios, bem como os que foram arrecadados na campanha e os que o SPHAN disponibiliza para as reformas<sup>218</sup>.

Segundo o autor da matéria, o SPHAN é detentor de 70.000 cruzeiros anuais para a sua atuação como protetor do patrimônio nacional. O valor arrecadado durante a campanha até aquele momento estava na marca de 100.000 cruzeiros, contudo esses valores não se aproximavam da estimativa de 4.000.000 de cruzeiros necessários para as obras. O autor termina exaltando características históricas da cidade e pede colaboração de todos para a campanha<sup>219</sup>.

Como se viu anteriormente, houve manifestações positivas e negativas de âmbito nacional e até internacional com relação a campanha empreendida pelo Serviço do Patrimônio. Dentre os jornais e revistas nacionais analisados dessa pesquisa, encontrou-se uma emblemática matéria de revista que caracterizava a campanha como uma arrecadação de “esmolas”. A “Revista da Semanal” veiculada no Rio de Janeiro em outubro de 1949 intitula a matéria como “Ouro Preto não precisa de esmolas” e relata seus argumentos por três páginas completas dedicadas a essa temática<sup>220</sup>.

---

<sup>217</sup> **Pela cidade de Ouro Preto.** Autores e Livros: suplemento literário da A Manhã. Rio de Janeiro, Edição 12, setembro de 1949.p. 138. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066559&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=2822](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066559&Pesq=)>. Acesso em 11 de maio 2022.

<sup>218</sup> **Projetamos Ouro Preto.** Carioca. Rio de Janeiro, Edição 729, 1949, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830259&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=44306](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830259&Pesq=)>. Acesso em 11 de maio 2022.

<sup>219</sup> **Projetamos Ouro Preto.** Op. cit. 1949, p. 3.

<sup>220</sup> **Ouro Preto não precisa de esmolas.** Revista da Semana. Rio de Janeiro, Edição 40, 1 de outubro de 1949, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909\\_04&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=28951](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_04&Pesq=)>. Acesso em 11 de maio 2022.

A matéria evoca o descontentamento do autor com as medidas como a campanha foi delineada ao dizer que é uma “maneira incompatível com a dignidade de Vila Rica: - pedindo esmolas”. Apesar da defesa de que algo deve ser feito para que a cidade não acabe em ruínas, o autor acredita que a campanha não foi o melhor modo para se angariar contribuições para as obras. No texto, ainda se sugere que a cidade deva ser transformada em uma cidade turística “de âmbito nacional” como pode ser visto no trecho a seguir<sup>221</sup>:

Não! O que se deve fazer, e com urgência, é transformar Ouro Preto numa cidade de turismo de âmbito nacional, facilitando o governo federal, o estadual e o municipal, tudo o que for necessário à ida de brasileiros à cidade-relíquia. Cada visitante pagaria uma taxa turística, formando um fundo monetário, destinado exclusivamente à restauração da cidade, conservação de seus monumentos, de seus edifícios, mantendo aquela fisionomia arquitetônica que os séculos nos legaram. Dar esmolas a Ouro Preto é uma ignomínia, uma afronta aos brios da cidade, uma ofensa aos nossos sentimentos de patriotismo. Ouro Preto não precisa de esmolas, precisa de justiça<sup>222</sup>.

O anseio do autor, como encerra no seu texto, é que a cidade seja lembrada “com saudade e orgulho por todos os brasileiros, e nunca um casario em ruínas, cujos escombros revoltem o ânimo dos patriotas e cobrem de luto, de decepção e pessimismo o coração nacional”<sup>223</sup>.

Os jornais e revistas analisados para a produção dessa pesquisa abarcaram em uma primeira busca, os veículos do estado mineiro do período entre 1900 e 1970 que mencionavam a cidade de Ouro Preto. Em uma segunda busca, com foco principal na campanha do SPHAN em benefício à cidade, foram analisados materiais do ano de 1949. Dentre os impressos analisados, pouquíssimos foram os jornais e revistas mineiros que partilharam a campanha no ano de 1949.

O jornal Gazeta de Paraopeba de 16 de outubro de 1949 foi um dos poucos jornais mineiros analisados que apresentou uma nota sobre a campanha. Apesar do autor ser a favor de salvar Ouro Preto, ele acredita que a subscrição pública não era a melhor maneira. Segundo o autor “Os poderes públicos, sim, é que devem encarregar-se da salvação”. O autor ainda sugere que a instalação de uma Universidade e “outros meios de vida” podem auxiliar na arrecadação de recursos do Estado e da União para

---

<sup>221</sup> **Ouro Preto não precisa de esmolas.** Op. cit., 1949, p. 4.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 4.

conservar o município. O texto se encerra com a reiteração de que “a salvação de Ouro Preto é coisa que incumbe aos governos e não aos particulares”<sup>224</sup>.

Já a busca voltada para o termo “Ouro Preto” nos veículos mineiros dentre os anos de 1900 e 1970 tinha como objetivo compreender a conexão entre a população e o patrimônio pertencente a cidade. Os exemplares demonstraram assuntos similares e que se repetiam com o passar dos anos. As principais temáticas agregavam matérias sobre a arquitetura religiosa do município<sup>225</sup>, exaltação da declaração do Monumento Nacional<sup>226</sup>, assim como admiração às personalidades importantes da cidade como Aleijadinho<sup>227</sup>, a mudança da capital do estado de Minas de Ouro Preto para a atual Belo Horizonte<sup>228</sup>, entre outras matérias de cunho rotineiro da cidade.

Entre os jornais e revistas analisados, não obstante, pode-se encontrar outras matérias a respeito da conservação de Ouro Preto. Em anos seguintes a campanha, foi possível analisar notas jornalísticas a respeito do perigo que os casarios ouropretanos corriam. No jornal “A Lavoura e o Comercio” de 1958, a matéria sob o título de “Ouro Preto novamente ameaçada” tratava sobre a circulação de pesados veículos no município, o que colocava em perigo as construções locais. Foi apresentado um relatório com informações sobre os danos causados por esse tráfego e relatou-se rupturas em mais de 200 pontos da cidade, que acarretaram em “infiltrações que estão solapando os muros de arrimo que vão aos poucos cedendo, enquanto ‘as casas estão se descolando dos respectivos passeios’”<sup>229</sup>.

<sup>224</sup> **Suelto.** Gazeta de Pareopeba. Minas Gerais, Edição 2111, 16 de outubro de 1949, p. 3. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830232&pesq="Ouro%20Preto"&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=1743](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830232&pesq=)>. Acesso em 12 maio 2022.

<sup>225</sup> **Falgrantes do Estado.** Alterosa, Minas Gerais, Edição 176, dezembro 1953, p. 127. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060135&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=7513](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060135&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

<sup>226</sup> **Pelo Brasil.** O Lar Católico: revista social, religiosa, dedicada as famílias. Minas Gerais, Edição 32, 6 de agosto de 1933, p. 3. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843822&pesq="Ouro%20Preto"&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=3656](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843822&pesq=)>. Acesso em 15 de maio 2022.

<sup>227</sup> **O Aleijadinho.** Tribuna de Ouro Preto. Minas Gerais, Edição 15, 18 de novembro de 1945, p. 1. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq="serviço%20do%20patrimônio"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=54](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=)>. Acesso em 12 maio 2022.

<sup>228</sup> **Mudança da capital mineira.** Tribuna de Ouro Preto. Minas Gerais, Edição 56, 13 de dezembro de 1947, p. 1. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=2267](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

<sup>229</sup> **Ouro Preto novamente ameaçada.** Lavoura e Comercio. Minas Gerais, Edição 14649, 1958, p. 4. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=16517](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

O autor ainda acrescenta que as autoridades foram avisadas do ocorrido e que estas prometeram tomar providências, contudo, segundo o autor, tais ainda não foram feitas. Em defesa da cidade, a matéria relata que “Ouro Preto, entretanto, não pode esperar. A falta de ação do governo federal acarretará, no caso, um grave prejuízo para a nação, ferindo em cheio o seu patrimônio histórico e artístico”. O texto se encerra com um apelo de esperança de que as autoridades providenciem o que foi prometido<sup>230</sup>.

Durante a pesquisa nos jornais e revistas mineiros do período entre 1900 e 1970, inúmeras edições trataram sobre a monumentalidade de Ouro Preto, suas riquezas e grandezas. Foi possível perceber o grande apreço pela arquitetura colonial, principalmente a religiosa, e o anseio em protegê-la. Entretanto, entre todas as publicações analisadas, foram pouquíssimos exemplares que trataram sobre a percepção da população perante as medidas de conservação.

A preocupação com a proteção do patrimônio existente em Ouro Preto transmitida por jornais e revistas mineiros trouxeram a perspectiva de autores e repórteres sobre as medidas e legislações implementadas pelo Instituto do Patrimônio. As matérias citadas anteriormente demonstraram essa percepção. Contudo, pode-se encontrar uma notícia que tratava especificamente sobre a preocupação e o apoio da população perante as iniciativas do PHAN que caracteriza a sociedade local como “a principal interessada na proteção do patrimônio histórico e artístico que lhe legaram os seus maiores”<sup>231</sup>.

O jornal Tribuna de Ouro Preto de 1947 relata que:

Sem dúvida, o amor e o apego dos ouropretanos às tradições emocionantes de sua terra só poderiam incliná-los, espontaneamente, a velar pela conservação do aspecto tradicional de Ouro Preto. A inteligência, a cultura e a sensibilidade dos seus habitantes levam-nos naturalmente a defendê-la com energia apaixonada contra qualquer iniciativa tendente a desfigura-la<sup>232</sup>.

Contudo, não caberia a população proteger o patrimônio por meios financeiros. Tal incumbência ficaria a encargo da União, uma vez que “Nem a população local se acha

<sup>230</sup> **Ouro Preto novamente ameaçada.** Op. cit., 1958, p. 4.

<sup>231</sup> **Ouro Preto é uma tradição que não pode ser apagada.** Tribuna de Ouro Preto. Minas Gerais, Edição 39, 8 de julho de 1947, p. 1. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=152](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

<sup>232</sup> **Ouro Preto é uma tradição que não pode ser apagada.** Op. cit. 1947, p. 1.



habilitada financeiramente para contribuir”. A matéria sugere ainda que o Congresso Nacional elabore um orçamento da República para a proteção de Ouro Preto<sup>233</sup>.

Outro pequeno relato sobre o apoio da população perante as iniciativas do SPHAN aparece na revista *Alterosa* de 1955 que, ao falar sobre os estudantes da cidade, faz uma nota de que: “Sem eles [estudantes], Ouro Preto seria apenas uma cidade histórica impedida de crescer (pelo SPHAN) fato que, aliás, é apoiado pelo povo”. Esse pequeno trecho da revista traz o caráter de aprovação da população local quanto às medidas de proteção na cidade<sup>234</sup>.

A busca realizada nas revistas e jornais mineiros do período entre 1900 e 1970 demonstraram a preocupação da sociedade, a partir de seus autores, repórteres e da população local, indiretamente, perante a conservação do patrimônio de Ouro Preto. Mesmo após a campanha realizada em 1949 por Rodrigo Mello Franco de Andrade em benefício à cidade, ainda se encontrou relatos e alertas para os perigos eminentes do tesouro nacional.

A campanha, apesar de não ter alcançado todos os casarios em risco, teve grande importância para a cidade. Além de levar o reconhecimento do Monumento Nacional para as outras cidades e estados do país, ainda atingiu o público internacional. Devido à repercussão alcançada com a campanha e os recursos angariados, foi solicitado um estudo para compreender a real situação dos casarios da cidade para poder reverter esses investimentos em obras relevantes para a proteção desses edifícios<sup>235</sup>.

Composto por relatórios, fichas descritivas, fotos e mapas, este estudo foi produto de uma inspeção geral feita à cidade pelo chefe do 3º Distrito da DPHAN, Sylvio de Vasconcellos e pelo chefe da Seção de Obras da Divisão de Conservação e Restauração da Instituição, Paulo Thedim Barreto. A metodologia empregada nesse estudo pode ser compreendida à luz da demanda específica que se impunha à ação da DPHAN na ocasião: o socorro imediato ao conjunto tombado, em especial ao casario residencial e não aos monumentos isolados da cidade, uma vez que esses últimos eram assistidos com mais regularidade pela ação institucional. Ademais, as exigências legais para a aplicação dessa verba, somadas às numerosas críticas lançadas à iniciativa da arrecadação de fundos particulares para serem

<sup>233</sup> **Histórico da Sociedade dos Amigos de Ouro Preto.** Tribuna de Ouro Preto. Minas Gerais, Edição 39, 8 de julho de 1947, p. 10. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfi s=161](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

<sup>234</sup> **“Donos” da cidade.** *Alterosa*. Minas Gerais, Edição 211, 11 de julho de 1955, p. 28. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060135&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfi s=9934](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060135&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

<sup>235</sup> SORGINE, Op. cit., 2008, p. 32.

utilizados por uma instituição pública no exercício de suas atribuições, aumentavam a demanda por rigor técnico<sup>236</sup>.

O estudo abrangeu a área central da cidade e levantou os dados referentes a 963 edificações. Os inventários produzidos dessas casas continham, além de fotografias das fachadas, os gabaritos e estados de conservação respectivos. Os inventários também possuíam relatórios sobre o trabalho realizado. Após a produção desses documentos, mapas foram elaborados contendo os mapeamentos dos gabaritos e dos estados de conservação dos imóveis. “Tratava-se de levantamento das características externas, mais expedito, com o objetivo de atender à campanha, sem levantamentos internos, como plantas baixas dos imóveis”<sup>237</sup>.

Os inventários foram produzidos *in loco*. Para isso, foram realizadas visitas e inspeções gerais no município. Os imóveis foram divididos em categorias, primeiro eram caracterizados a partir do número de pavimentos que apresentavam, em segundo as casas marcadas como “casas novas; casas em bom estado; casas em regular estado; casas em pior estado; casas de reconstrução urgente”, além de serem separadas em onze zonas. Segundo a tabela elaborada pelo estudo, 7,8% foram consideradas casas novas; 26,7% imóveis em bom estado; 41,1% em estado regular; 15,9% casas em pior estado e 8,5% precisavam de reparo urgente<sup>238</sup>.

A classificação de “casas novas” abrangia as construções recentes e também os imóveis que foram reformados “de aspecto arquitetônico ‘considerado condizente com o conjunto da cidade’”. Tais considerações estavam sob o juízo dos responsáveis pelos estudos, que pertenciam em sua maioria, ao grupo de intelectuais modernistas que participaram na elaboração do SPHAN. Tal grupo possuía uma visão crítica com relação ao “passadismo e à linguagem acadêmica no campo das artes, conseqüentemente, ao estilo eclético, surgido no final do século XIX”<sup>239</sup>.

De uma forma geral, observou-se grande incidência de edificações inventariadas em estilo eclético classificadas como “casas novas”. Contudo, em alguns casos, prédios cujo aspecto formal assemelhava-se a essa classificação estilística não foram considerados como tal. Ao que tudo indica, tais prédios sofreram reformas de fachadas sobre estruturas edilícias mais antigas, do século XVIII ou início do XIX, e, nesses casos, as suas estruturas foram privilegiadas como parâmetro para sua classificação<sup>240</sup>.

---

<sup>236</sup> SORGINE, Op. cit., 2008, p. 32.

<sup>237</sup> *Ibidem*, pp. 33-34.

<sup>238</sup> *Ibidem*, pp. 35-36.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 38.

Dentre os imóveis considerados com estado de conservação “bom” ou “regular” foram classificadas as edificações da tipologia dos chalés, imóveis “com empenas formadas por beiral debruado de lambrequem”. Segundo Sylvio de Vasconcellos, um dos arquitetos responsáveis pelo estudo, considerava que o surgimento dessa tipologia ocorreu na segunda metade do século XIX e possuía influência francesa. Não é esclarecido nos documentos analisados a escolha de classificação das edificações nessas categorias e não como “casas novas”<sup>241</sup>. Essa classificação, como método de produção de um arquivo, invisibilizou o estilo eclético ao não conferir uma autonomia a essas edificações e as qualificando em uma categoria genérica de “casas novas” relacionada à antiguidade da edificação. Esse processo de categorização representa um método de produção de arquivo, assim como apresentado anteriormente, em que há a coleta e separação de dados, bem como o apagamento de determinados grupos arquitetônicos.

O levantamento dos dados das edificações e as suas classificações possuíam diferenças quanto as suas observações. Alguns imóveis considerados “regulares” poderiam, através da observação das fotos, serem classificadas em “pior estado”, e o contrário também se fazia válido. As observações apontando restauração para arquiteturas consideradas em “bom” estado, segundo o livro *Salvemos Ouro Preto*, podem ter ocorrido devido ao valor e a importância histórica dessas edificações. Outro motivo pode ter acarretado nessas observações era a aproximação desses bens a monumentos importantes ou de tombamento individual<sup>242</sup>.

No entanto, verificou-se, quando da realização das obras, que tais imóveis não foram priorizados para investimentos com recursos da campanha, possivelmente porque não se encontravam em risco iminente, ou porque seus proprietários tinham recursos próprios para restaurá-los<sup>243</sup>.

Ao final do estudo, foram selecionadas 26 casas para o Plano de Obras. Contudo, 24 imóveis foram efetivamente reformados e somente 15 deles estavam no Plano de Obras original. Consta-se também que, em 1959 e 1960 foi realizado um novo plano de obras chamado Plano Especial de Ouro Preto em que alguns dos imóveis indicados no estudo de 1949 foram finalmente recuperados<sup>244</sup>.

O estudo realizado em 1949 pelos arquitetos integrantes do movimento modernista trouxe importantes dados sobre a situação de conservação dos casarios de

---

<sup>241</sup> SORGINE, Op. cit., 2008, p. 41.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>244</sup> *Ibidem*, pp. 61-65.

Ouro Preto naquele período. Além disso, as classificações das edificações também são de extrema relevância para compreender a visão modernista perante o patrimônio nacional, uma vez que foram eles quem decidiram os imóveis a serem reformados e a urgência de cada um.

Para a presente dissertação, tais dados levantados auxiliam na compreensão das medidas e decisões realizadas perante a proteção do patrimônio em Ouro Preto. A classificação dos chalés como casas em estado bom ou regular permite concluir que foram imóveis que não sofreram recentes restaurações ou reformas e que são imóveis que não necessitam de tais intervenções.

A conclusão de que os chalés não passaram por intervenções antes do período modernista, frente às políticas patrimoniais, demonstra que essas edificações se encontram praticamente na sua forma original de construção. São edificações que, apesar de pertencerem ao estilo eclético, não foram criticadas como as outras tipologias desse mesmo estilo, e nem consideradas como imóveis que necessitavam de reformas e que, por consequência dessas novas restaurações, poderiam ser descaracterizados.

O estudo, porém, não deixa claro as motivações para a classificação dessas edificações como estado de conservação “bom” ou “regular”, quando poderiam ter sido categorizadas como “casas novas” assim como as outras arquiteturas ecléticas. O que se pode concluir dessas considerações é que, ao colocar os chalés nesses estados de conservação, os responsáveis consideravam que essa tipologia é “condizente com o conjunto da cidade”, uma vez que as “casas novas”, além de serem construções recentes, também poderiam ser consideradas como destoantes do conjunto<sup>245</sup>.

A presente dissertação tem como principal objetivo compreender as motivações que acarretaram na permanência dos chalés durante o período de modificações arquitetônicas realizadas pelos arquitetos modernistas. Por meio da análise do estudo produzido em 1949, pode-se concluir que o estado de conservação permitiu que esses imóveis não passassem por reformas que poderiam acarretar na sua descaracterização. Contudo, as motivações dessa classificação não são claras. Portanto, é necessário compreender agora, a partir das hipóteses guias desse trabalho, o contexto social e econômico dos proprietários desses chalés, uma vez que seus status sociais podem ter contribuído para a classificação desses imóveis como “bom” ou “regular” e não como “casas novas”.

---

<sup>245</sup> SORGINE, Op. cit., 2008, p. 38.

Para tal análise, será necessário realizar um levantamento desses chalés e suas localizações. A partir desses dados, será possível localizar os seus proprietários. Tal busca será detalhada no próximo tópico dessa pesquisa.

### **3.2. A tipologia dos chalés e o poder socioeconômico dos seus proprietários:**

A tipologia dos chalés é pertencente ao estilo Eclético. Segundo Gustavo Peixoto no livro “O Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro”, o termo ecletismo ganha um novo sentido na primeira metade do século XIX. Foi durante essas primeiras décadas, conforme o autor, que houve um crescimento populacional e urbano, o que aumentou a “tolerância conciliatória de diferenças”. Além do grande volume de pessoas, estas possuíam origens culturais diversas. A máquina a vapor, inventada durante a Revolução Industrial do século XVIII e que chega ao Brasil em meados do século seguinte, auxilia na diminuição das distâncias globais o que “gerou uma aproximação de culturas diferentes”<sup>246</sup>.

No Brasil do século XIX, o termo ecletismo foi utilizado “numa acepção mais elástica para designar a produção de arquitetura inspirada pela academia após o declínio do neoclassicismo”. A arquitetura aqui construída correspondia às respostas aos questionamentos criados pela Revolução Industrial<sup>247</sup> e a um símbolo republicano.

O novo regime político exigiu, segundo Sevckenko, a “remodelação dos hábitos sociais e dos cuidados pessoais, no caso do Rio de Janeiro. Segundo o autor, “uma verdadeira febre de consumo tomou conta da cidade”. Era necessário acabar com “a imagem da cidade insalubre e insegura” para que o Brasil pudesse receber uma “parcela proporcional da fartura, conforto e prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado”<sup>248</sup>.

Muito cedo ficou evidente para esses novos personagens o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos. O antigo cais não permitia que atracassem os novos navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo. As áreas pantanosas faziam da febre tifoide, impaludismo, varíola e febre amarela, endemias inextirpáveis. E o que

<sup>246</sup>CZAJKOWSKI, Jorge. **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro**. Ed. Centro de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2000, p. 5.

<sup>247</sup>CZAJKOWSKI, Jorge, Op. cit., 2000, p. 6.

<sup>248</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999, pp. 28-29

era mais terrível: o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidavam os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, brações e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles<sup>249</sup>.

Conforme Sevcenko afirma em seu livro, para que o Brasil pudesse seguir o progresso dos países civilizados, seria necessário “alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde ‘nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa’”. Para o autor, o progresso era uma “versão prática do conceito homólogo de civilização”<sup>250</sup>.

Nesse período, então, o Rio de Janeiro passa por transformações, tanto urbanas, como no modo de vida da população e, de acordo com o Sevcenko, quatro foram os princípios fundamentais para essas mudanças:

A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense<sup>251</sup>.

O Rio de Janeiro foi um dos exemplos mais emblemáticos de como os ideais advindos da Revolução Industrial chegaram ao Brasil nesse período e de como a população, principalmente a recém formada burguesia, reagiu a eles. “Progresso, indústria, capital, modernização”, esses eram os lemas durante o Brasil republicano. Segundo Fabris, esses lemas demonstram “uma noção de prosperidade que oblitera contrastes e conflitos, ao projetar nas criações culturais a vontade de mascarar ou cosmetizar as tensões que caracterizavam o período”<sup>252</sup>.

A arquitetura eclética não é apenas representativa: está também atenta ao caráter funcional dos ambientes e dos objetos, entendidos antes de tudo “como um valor que possa coincidir com um conforto estetizante”, como demonstram Griseri e Gabetti. Contemporaneamente a arquitetura eclética volta-se para o passado: como afirma César Daly, sua vida estava enraizada na *tradição*. Uma tradição atenta ao presente, que Daly percebe como eclético em todas as manifestações da vida social. Se o ecletismo não é capaz de criar uma arquitetura semelhante à grega ou àquela da Alta Idade Média, é, porém, a expressão mais adequada ao século XIX, passível de evolução de acordo com o futuro desenvolvimento da história<sup>253</sup>.

<sup>249</sup> SEVCENKO, Op. cit., 1999, p. 28.

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>251</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>252</sup> FABRIS, Annateresa. **Arquitetura eclética no Brasil**. Anais do Museu Paulista Nova Série nº 1, 1993, p. 136.

<sup>253</sup> FABRIS, Op. cit., 1993, p. 135.

O ecletismo brasileiro era composto por duas vertentes: o da academia e da engenharia. A “arquitetura da engenharia”, segundo Peixoto, era uma resposta pragmática que tentava solucionar problemas de função, estrutura e economia, a partir de materiais e técnicas provenientes da indústria. Já a “arquitetura acadêmica”, também conhecida por ser uma arquitetura tradicionalista, possuía critérios baseados nas outras artes plásticas como simetria, composição e proporção. Era uma arquitetura que “buscou imitar os estilos do passado”.<sup>254</sup>

Pode-se traçar um paralelo entre os conceitos construídos por Peixoto sobre “arquitetura da engenharia” e “arquitetura acadêmica” com os preceitos de “escola racionalista” e os princípios do “sistema *beaux-arts*”, discutidos na década de 1830 em Paris. Os preceitos da “escola racionalista” se resumem em:

- o estilo de se adaptar ao programa, a planta à funcionalidade dos usos, enquanto a fachada deve exprimir a finalidade do edifício por meio da conveniência dos ornamentos;
- os materiais deem ser empregados de forma “honesta e verídica”, como estrutura e “pele” da arquitetura (trata-se da lisibilidade construtiva)
- o conhecimento da história permite a citação estilística, mas o reemprego das formas tradicionais se faz segundo os recursos da ciência e da indústria – como, por exemplo, na arquitetura do ferro<sup>255</sup>.

Os dogmas do “sistema *beaux-arts*”, por sua vez são compostos por:

- o cuidado de situar a obra em relação ao entorno, levando em conta eixos e postos de vista;
- a estetização da paisagem imediata;
- o acordo entre planta, corte e elevação conforme a tríade ordem, proporção e simetria (sobretudo axial, um lado sendo a imagem-espelho do outro);
- a legibilidade das disposições interiores nas fachadas;
- a composição hierárquica dos espaços organizados em torno de um ponto central da articulação e de distribuição da circulação;
- o respeito pelo *caráter* do edifício na expressão decorativa ou simbólica de seu programa;
- o emprego “judicioso” dos materiais<sup>256</sup>.

Tal paralelo demonstra que muitos preceitos desenvolvidos na Europa das décadas de 1820 - 1830 foram utilizados na construção da arquitetura brasileira no final do século XIX.

<sup>254</sup>CZAJKOWSKI, Op. cit., 2000, pp. 6-7.

<sup>255</sup>ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. **A casaca do Arlequim: Belo Horizonte – uma capital eclética do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020, p. 247.

<sup>256</sup>ANGOTTI-SALGUEIRO, Op. cit., 2020, pp. 247-248.

A tipologia do chalé, contudo, possui elementos pitorescos e exóticos e que tem sua origem vinculados ao estilo Romântico<sup>257</sup>. Apesar de alguns dos seus elementos contrariarem a estética da arquitetura eclética, como o uso de um frontão triangular, atribuído ao estilo Neoclássico, no lugar da platibanda, essa tipologia adere algumas características do estilo como o uso do ferro nos gradis de varandas e alguns ornamentos<sup>258</sup>.

Outros elementos dessa tipologia que trazem características pitorescas a esses imóveis são o uso de jardins frontais ou laterais, a sua implantação centralizada no terreno e o uso de alguns cursos d'água. Além disso, carrega elementos arquitetônicos baseados no estilo Neogótico como as janelas com vergas ogivais ou triangulares.

A aproximação da tipologia dos chalés ao estilo Romântico e sua estética pitoresca foram um dos motivos que incentivaram o uso dessas construções no Brasil do final do século XIX. Para Strawberry Hill, o pitoresco é uma “novidade caprichosa”, que evidencia a vontade de viver fora do Brasil<sup>259</sup>.

Lambrequins, estuques, ornamentos de ferro fundido são apostos a edificações tradicionais, denotando, ao lado do gosto pelo exótico, a vontade de ser moderno, proporcionada pelo uso de protótipos industriais<sup>260</sup>.

Segundo Campos, o chalé foi “Fruto do Romantismo do século XIX, e muito popular no último terço do oitocentismo”, assumindo um “alto valor simbólico”. O século XIX, na Europa, como descreve o autor, “tem suas raízes arraigadas no movimento pitoresco inglês da primeira metade dos Setecentos”. Houve, nesse período, a “revalorização do ambiente natural, em que os exemplares de arquitetura deviam harmoniosamente se integrar”<sup>261</sup>.

No mesmo período em que se elaborava a estética pitoresca na Inglaterra, houve o desenvolvimento de teorias francesas sobre estética arquitetônica que foram originadas do subjetivismo e do psicologismo. “Como resultado dessas teorias, surgiu a estética arquitetural que falava ao espírito e comovia a alma do espectador, fundamentada no jogo regrado de associações de ideias”. Algumas dessas teorias que envolviam a arquitetura romântica defendiam que sempre há “um estilo vernáculo ou

---

<sup>257</sup>SANTOS, Paulo. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Instituto dos Arquitetos, Rio de Janeiro: IAB, v. 1, 1981, pp. 65-66.

<sup>258</sup>SANTOS, Op. cit., 1981, p. 68.

<sup>259</sup>FABRIS, Op. cit., 1993, p. 139.

<sup>260</sup>*Ibidem*, p. 139.

<sup>261</sup>CAMPOS, Eudes. **Chalés paulistanos**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Séria. v. 16, n. 1. pp. 47-48. jan-jun. 2008.



histórico idôneo para cada tipo funcional de arquitetura doméstica, urbana ou campestre, e para cada tipo de temperamento e modo de vida do proprietário”. Foi em meados do mesmo século que o arquiteto A. J. Downing divulgou, nos EUA, as “vantagens da arquitetura doméstica pitoresca de caráter historicista que então imperava na Europa”<sup>262</sup>.

Segundo o historiador Claude Mignot, foi P. R. Robinson, em seu álbum *Rural Architecture or a Serie of Designs for Ornamental Cottages* (cuja primeira edição data de 1822 e a quarta de 1836), quem propôs, pela primeira vez, um modelo de construção rural suíça (*swiss cottage*), desenhado em 1816, no caminho de retorno da Itália (estampa 8), como passível de ser adotado pelas pequenas casas de campo inglesas.

[...]

Em sua forma vernácula, era uma construção de madeira bastante simples, típica da região rural da Suíça francesa. Em geral, possuía planta retangular e telhado de duas águas, com suave inclinação, disposto de modo a voltar uma das empenas para a frente. Notabilizava-se, sobretudo, pela profusa ornamentação externa, executada por meio de entalhes rudemente falquejados em determinadas partes da construção, como as mãos-francesas que sustentavam os largos beirais, as bordas de portas e janelas e as tábuas que formavam o peitoril do balcão do primeiro andar<sup>263</sup>.

Na Europa, entretanto, os chalés suíços se transformaram por completo. O que sobreviveu dessa arquitetura foi somente “o teto de duas águas, dispostas com grande angulação (Ruskin fala em 155°), com oitão frontal e largos beirais, originalmente sustentados por grandes mísulas ou mãos-francesas”. Os lambrequins foram copiados das construções medievais inglesas e incorporado a essa tipologia eclética. Segundo o autor, já na segunda metade do século XIX, os chalés se espalharam para as cidades estrangeiras devido a industrialização de grande parte dos seus elementos construtivos e estavam sempre associados a estilos historicistas<sup>264</sup>.

[...] o chalé transfigurado – alegre e garrido – chegou a ser visto como elemento arquitetônico cosmopolita, digno de figurar nas construções ligeiras destinadas à diversão e entretenimento, em todo o mundo ocidental<sup>265</sup>.

A tipologia dos chalés, sendo uma das tipologias ecléticas presentes em Ouro Preto, além de apresentarem um ponto de vista relacionado a vida campestre e ao pitoresco apresentando elementos naturais e simples, por outro lado está vinculado ao anseio de uma habitação moderna, uma vez que essas edificações receberam grande

<sup>262</sup> CAMPOS, Op. cit., 2008, p. 50.

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 54.

relevância com a inauguração das ferrovias inglesas<sup>266</sup>. Durante o auge dessa arquitetura, ela recebeu o “*status* de verdadeira marca civilizatória”, uma vez que apresentava, segundo a população, “a qualidade estética, o poder evocativo e a modernidade das construções”<sup>267</sup>.

Como parte da produção eclética no país, os chalés ouropretanos apresentavam aspectos relacionados ao anseio de modernidade trazidos pelo regime republicano, além de poder ser uma forma de distanciamento de império. No período de modernização da cidade para a permanência da capital, a arquitetura eclética foi utilizada para reforçar a ideia de afastamento da política imperial, vista como um atraso da população brasileira. Dentre as tipologias ecléticas, pode-se inferir que os chalés também fizeram parte desse movimento de dissociação entre o velho e novo regime.

A pesquisa que por ora se apresenta localizou informações sobre o desenvolvimento da febre dos chalés em São Paulo. Os dados demonstraram que essa tipologia cresceu de maneira desregrada e isso incomodou as autoridades locais que restringiram as suas construções<sup>268</sup>.

O declínio dos chalés em São Paulo, segundo Cunha, está ligado não somente à sua natureza estética, assim como à um fenômeno de natureza social. Conforme o autor, essa tipologia “ofendia as convenções arquitetônicas acadêmicas” do centro da cidade, uma vez que possuía um “caráter essencialmente suburbano”<sup>269</sup>.

Do ponto de vista das camadas hegemônicas, das quais emanavam tais convenções, era inaceitável que edifícios modestos tentassem atrair a atenção sobre si de modo tão equivocado, isso ocorrendo numa cidade que procurava modernizar-se, aproximando-se dos padrões arquitetônicos e urbanísticos internacionais<sup>270</sup>.

A crítica ao chalé atingiu, não somente São Paulo, mas também o Rio de Janeiro, que naquele momento era a capital nacional. Segundo Cunha, essa aversão aos chalés demonstrava o “incômodo que as camadas mais altas da sociedade carioca sentiam diante da presença maciça de imigrantes lusitanos na Capital Federal e de suas manifestações arquitetônicas tão distantes do *bom gosto* das elites”. Segundo o autor, tanto no Rio de Janeiro, quanto em São Paulo, os donos dos chalés eram de nacionalidade portuguesa e de origem social humilde. Acrescenta ainda que a sociedade da Primeira República era “fortemente hierarquizada, intolerante e

---

<sup>266</sup> CAMPOS, Op. cit., 2008, pp. 58-60.

<sup>267</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>268</sup> *Ibidem*, pp. 78-79.

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>270</sup> *Ibidem*, p. 91.

excludente”, em que “os imigrantes, negros e pobres em geral constituíam os principais alvos sociais da desconfiança e do desagrado das camadas hegemônicas, sempre dispostas a colocá-los em seu devido lugar”<sup>271</sup>.

Ainda era possível encontrar alguns pequenos exemplares afastados dos centros de São Paulo entre os anos de 1890 e 1910. Conforme afirma Cunha em seu texto, o desprestígio social dos chalés ocorreu devido a sua ampla aceitação e seu crescimento desenfreado<sup>272</sup>.

Se analisarmos o exemplo do chalé, criticado por Alfredo Camarate como “inadaptado ao país” e em “desarmonia com o clima”, veremos que ele não foi transplantado como um modelo unitário para o Rio de Janeiro, mas por partes ou por meio de elementos decorativos que compõem seu tipo reduzindo-o muitas vezes a produtos da industrialização<sup>273</sup>.

Salgueiro ainda sobre o caso dos chalés no Rio de Janeiro, acrescenta a fala de Camarate que explicita “no Rio de Janeiro não há chalés, mas casas com bico”. Camarate acredita, segundo a autora, essa tipologia não é apenas utilizada “para as barracas, quioques de jardins particulares e outras obras semelhantes”, mas que na verdade, eram casas “adaptadas às suas formas pitorescas, às vivendas de ricos das regiões do norte da Europa”<sup>274</sup>. Continua:

[...] ainda depois, implantado a nossa terra, onde o calor sobe a alturas hiperbólicas e onde as formas, embora degeneradas do verdadeiro chalet, desarmonizam, praguejam e protestam contra o sol, como praguejam e protestam todos os seres transplantados para os climas inteiramente avessos e opostos àquele em que nasceram<sup>275</sup>.

Salgueiro traz também o ponto de vista de Giovanna Rosso del Brenna expressado em seu livro “Ecletismo no Rio de Janeiro, em que constata que “é lamentável o estado a que tem chegado esta capital, com respeito às suas edificações; o *chalét*, como ere amarela, invadiu-a e tornou-se endêmico”. Brenna ainda compara o Rio de Janeiro a um “burgo suíço”<sup>276</sup>.

Até 1911 no Rio de Janeiro, segundo Salgueiro, o estilo chalé era muito popular. Entretanto, após fortes críticas à tipologia, ela é legalmente proibida da paisagem urbana. Conforme a autora, os motivos que propiciaram essa lei não estão

---

<sup>271</sup> CAMPOS, Op. cit., 2008, p. 92.

<sup>272</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>273</sup> ANGOTTI-SALGUEIRO, Op. cit., 2020, p. 384.

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 385.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 385.

<sup>276</sup> *Ibidem*, p. 385.

ligados somente às questões estéticas, mas também motivos relacionados a circulação e higiene<sup>277</sup>.

Sobre o uso dos chalés na mais recente capital mineira, Belo Horizonte, Heliana Salgueiro constata, através da perspectiva de José de Magalhães, que se restringe aos programas do parque. Para a autora, porém, essa tipologia é empregada na arquitetura doméstica como uma das variantes do “ecletismo pitoresco”<sup>278</sup>. É citado também no livro “A Casaca do Alerquim” um exemplo da utilização da arquitetura do chalé na cidade de Belo Horizonte.

O chalé referido no livro faz parte do complexo da primeira estação ferroviária de Belo Horizonte localizada ao fundo de uma praça. Segundo a autora o chalé possuía:

[...] empena e varanda lateral, ao lado de um depósito ou armazém cuja fachada traz elementos que viriam a ser dominantes na arquitetura privada: ático (platibanda) circundando o telhado e portas ornadas com relevo<sup>279</sup>.

Tal estação ferroviária era tida como o “pórtico de entrada para a grandiosa capital que o estado de Minas entendeu erigir”. Estava associada principalmente com os desejos progressivos do período. Buscou-se, ao construí-la, algo diverso “da simplicidade de formas e detalhes” e que “difícilmente se encontrariam semelhantes nos países da Europa”<sup>280</sup>.

A inclusão da tipologia do chalé na construção da edificação pode demonstrar o vínculo entre o anseio de progresso e a visão do estilo eclético como o representante de tal desejo. Assim, os chalés também estariam diretamente ligados a esse ideal progressista eminente no século XIX no Brasil.

Assim como no Rio de Janeiro, os chalés eram muito populares na década de 1910, em Ouro Preto se verificava a utilização dessa tipologia nas arquiteturas domésticas. Segundo Salgueiro, em 1910 o imóvel construído por Henri Dumont, pai de Santos Dumont, era um dos exemplares que estavam “na ordem do dia em Ouro Preto”<sup>281</sup>.

A relação entre esses imóveis e o contexto social, econômico e político ao qual estão inseridos é o foco principal desse trabalho, assim como a reação social perante a construção desses imóveis também é um questionamento que permeia essa pesquisa.

---

<sup>277</sup>ANGOTTI-SALGUEIRO, Op. cit., 2020, p. 386.

<sup>278</sup>*Ibidem*, p. 386.

<sup>279</sup>*Ibidem*, p. 163.

<sup>280</sup>*Ibidem*, p. 161.

<sup>281</sup>*Ibidem*, p. 493.

Para tanto, esse estudo buscou compreender os vínculos entre os pontos citados por meio da análise de alguns imóveis do estilo chalé na cidade de Ouro Preto.

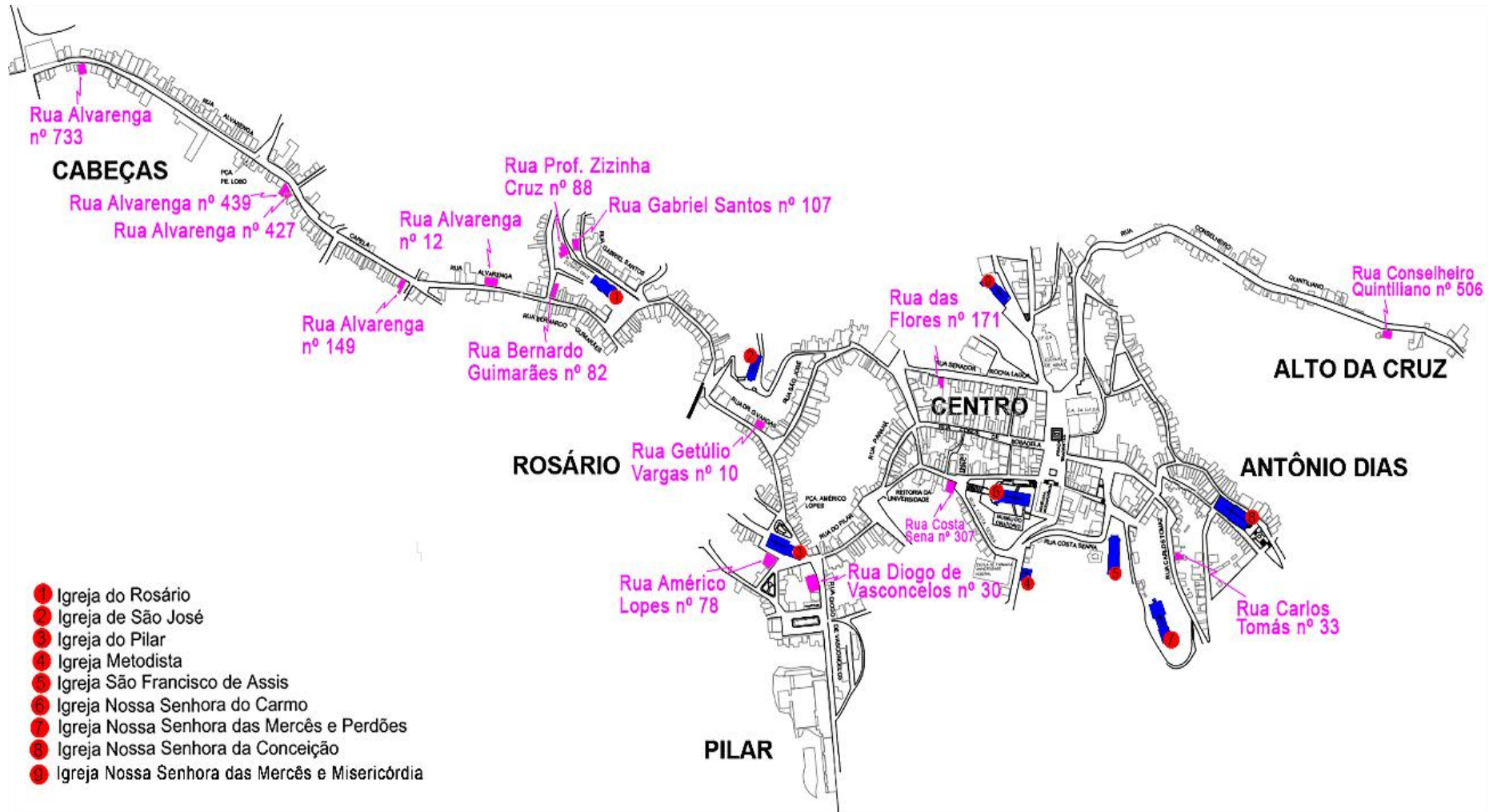
Os chalés escolhidos para o corpus dessa pesquisa situam-se no centro histórico do distrito sede de Ouro Preto. No total, foram 15 imóveis pesquisados e analisados durante a elaboração dessa dissertação. Esses edifícios foram selecionados a partir de registros fotográficos realizados antes das intervenções modernistas na cidade e, portanto, serão utilizados como base de comparação entre as épocas do começo do século XX e atualmente.

Os objetos de estudos estão localizados nos endereços a seguir:

- Rua Costa Sena, nº 307, Bairro Centro
- Rua das Flores, nº 171, Bairro Centro
- Rua Getúlio Vargas, nº 10, Bairro Centro
- Rua Carlos Tomás, nº 33, Bairro Antônio Dias
- Praça Américo Lopes, nº 78, Bairro Pilar
- Rua Diogo de Vasconcelos, nº 30, Bairro Pilar
- Rua Prof. Zizinha Cruz, nº 88, Bairro Rosário
- Rua Bernardo Guimarães, nº 82, Bairro Rosário
- Rua Gabriel Santos, nº 107, Bairro Rosário
- Rua Alvarenga, nº 12, Bairro Cabeças
- Rua Alvarenga, nº 149, Bairro Cabeças
- Rua Alvarenga, nº 427, Bairro Cabeças
- Rua Alvarenga, nº 439, Bairro Cabeças
- Rua Alvarenga, nº 733, Bairro Cabeças
- Rua Conselheiro Quintiliano, nº 506, Bairro Alto da Cruz

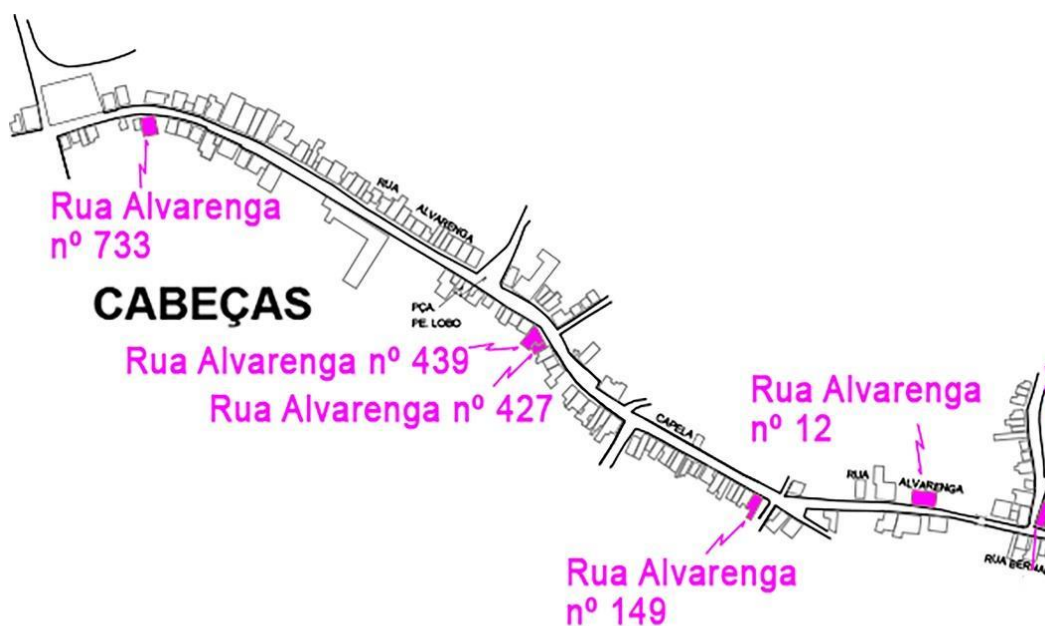
É possível acessar o mapa dos chalés a partir desse link: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1Bk6W5wH0RVrqV6WnyXwWLBeCftvuStE&usp=sharing> ou ver os chalés individualmente todas as vezes em que forem citados durante o texto.

Figura 11 - Mapeamento dos Chalés



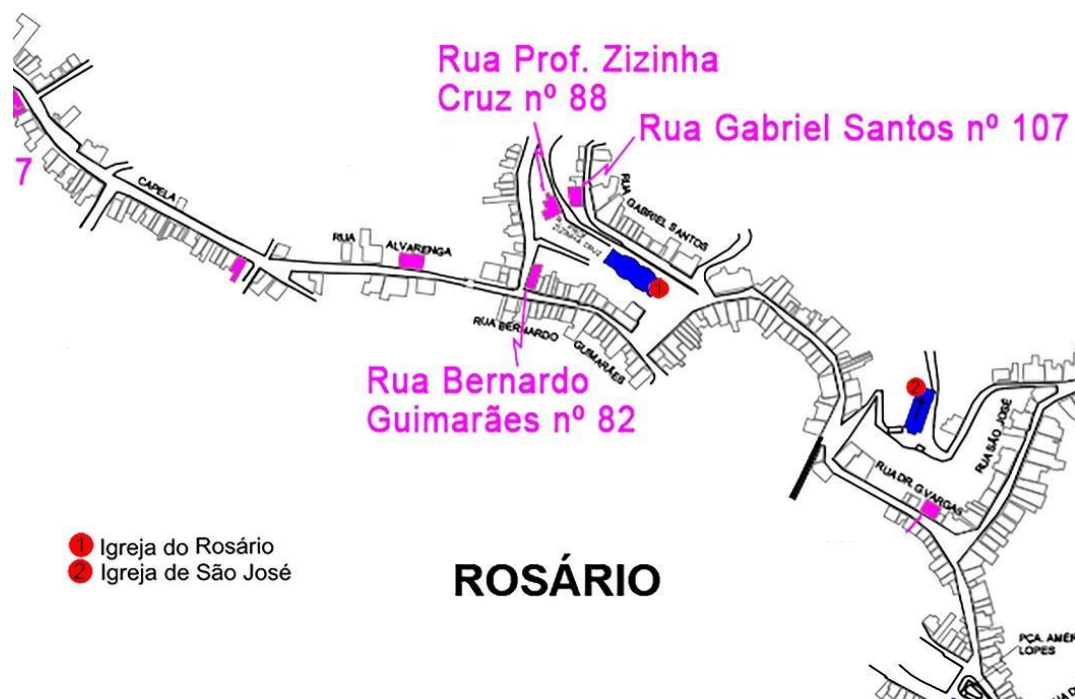
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Figura 12 - Mapeamento Bairro Cabeças



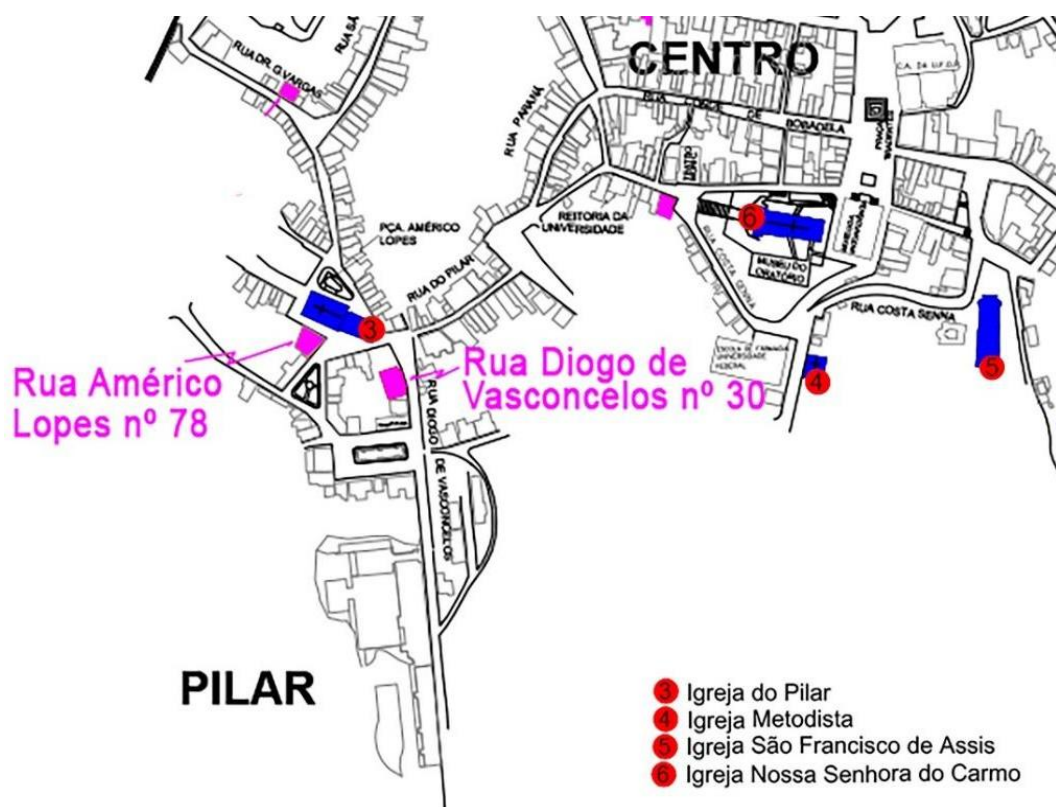
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Figura 13 - Mapeamento Bairro Rosário



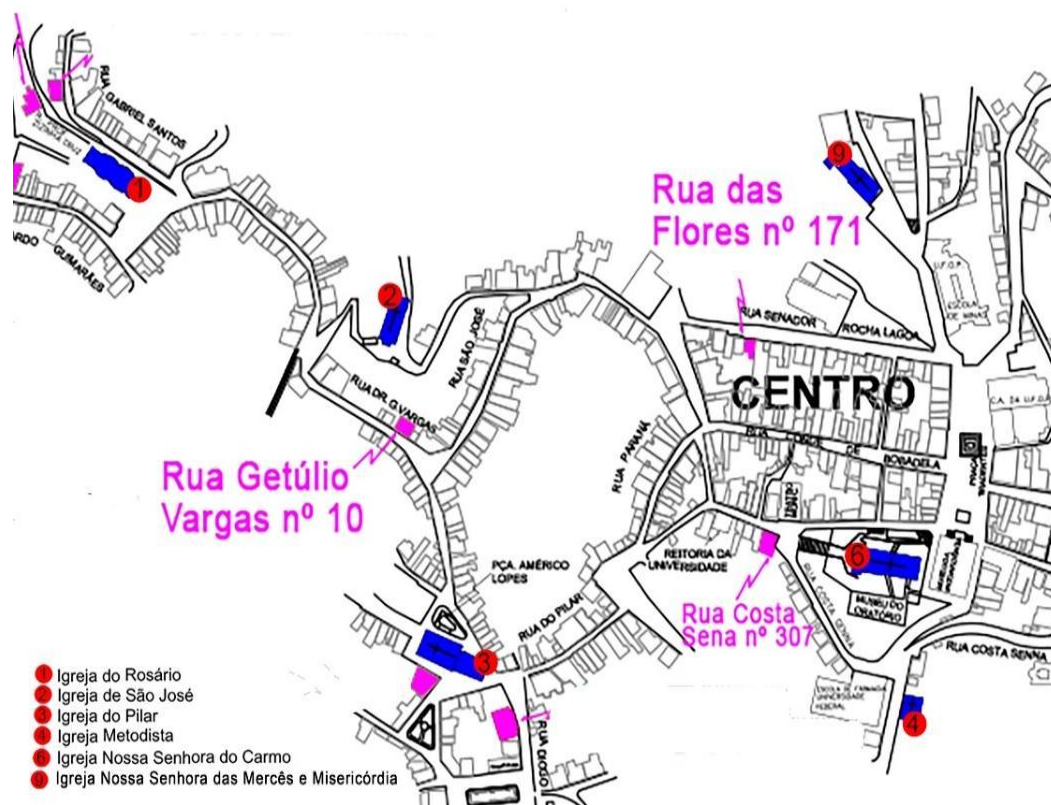
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Figura 14 - Mapeamento Bairro Pilar



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

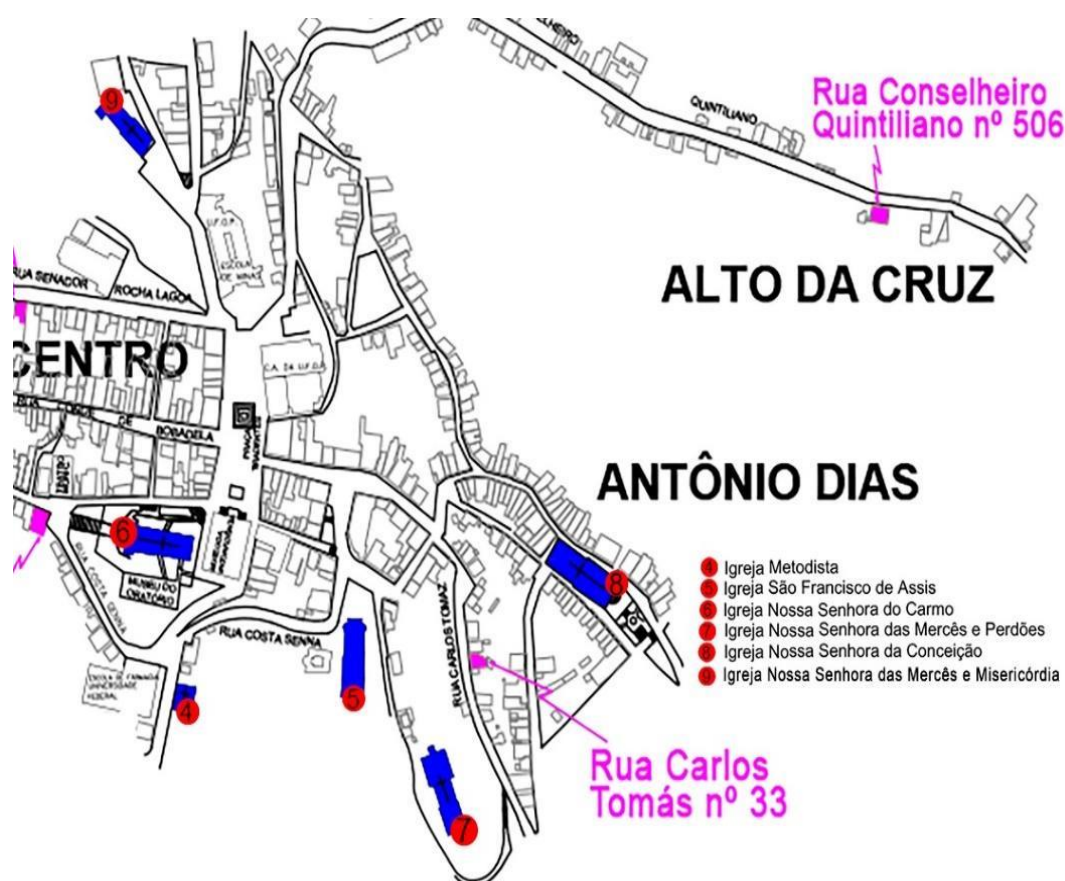
Figura 15 - Mapeamento Centro



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.



Figura 16- Mapeamento Antônio Dias e Alto da Cruz



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Os imóveis selecionados foram pesquisados nos documentos do Arquivo Central do IPHAN do Rio de Janeiro, nos arquivos do IPHAN de Ouro Preto, na Biblioteca Municipal da cidade, na Secretaria do Patrimônio Municipal e no Arquivo Público Municipal. O primeiro contato com esses locais foi realizado de forma remota via e-mail, uma vez que se encontravam fechados à visita devido a pandemia. Em um segundo momento, foi possível acessar os documentos físicos do Arquivo Municipal e do escritório técnico do IPHAN em Ouro Preto.

Os primeiros documentos disponibilizados se referiam a dois chalés localizados na Rua Alvarenga, nº 12 (Fig. 17 e Fig. 18) e nº 733 (Fig. 19 e Fig. 20), ambos do Bairro Cabeças e eram compostos por dois inventários sobre esses imóveis. Os inventários possuíam os dados históricos das construções, contando também com os nomes dos proprietários ao longo dos anos, além de suas características arquitetônicas e a situação de conservação dos edifícios do ano em que os inventários foram elaborados, 2013<sup>282</sup>.

<sup>282</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Cabeças**. Quadro II, v. 06/08. Arquivo SMPDU/PMOP, 2012.

**Figura 17 - Rua Alvarenga nº 12, Cabeças Antigo**



Fonte: Acervo Luiz Fontana. Foto tirada durante a década de 1930.

**Figura 18 - Rua Alvarenga nº 12, Cabeças**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

**Figura 19 – Rua Alvarenga nº 733, Cabeças Antigo**



Fonte: Acervo Luiz Fontana. Foto tirada entre 1930 e 1960.

**Figura 20 - Rua Alvarenga nº 733, Cabeças**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

A análise do inventário referente ao chalé da Rua Alvarenga nº 733 demonstrou que essa construção foi realizada durante a segunda metade do século XIX. No ano de 1892, o imóvel foi herdado por Miguel Moreira que era “um importante comerciante da localidade, dono de vários pastos na rua onde se acomodavam as tropas de animais

que passam pela região”. A posse do imóvel continuou com os herdeiros de Moreira até a década de 1970 e 1980<sup>283</sup>. Esse período corresponde ao momento de alterações arquitetônicas promovidas pelos intelectuais modernistas.

O estudo realizado sobre o inventário do chalé da Rua Alvarenga nº 12 apresentou que o imóvel pertence ao mesmo período do chalé nº 733. Segundo o inventário, o chalé “foi reformado no século XIX sobre as bases de um sobrado do século XVIII”. Durante o século XIX, a edificação pertencia ao comendador Francisco de Paula Santos que herdara de seu pai, o cirurgião-mor Dr. Joaquim José dos Santos<sup>284</sup>.

Francisco de Paula Santos foi personalidade importante do século XIX mineiro, que desenvolveu ocupações como a de banqueiro, negociante e proprietário de lavras de ouro, passando tal imóvel para a posse de seu genro Henrique Dumont, pai do famoso aviador Alberto Santos Dumont<sup>285</sup>.

A sobreposição de estilos, em que o sobrado colonial recebe um segundo andar achalezado demonstra a justaposição de períodos históricos diferentes, representados por estilos arquitetônicos. O sobrado do século XVIII representa o contexto social e econômico do período colonial, enquanto o segundo andar com duas águas representa a modernidade trazida com a Primeira República e o ecletismo.

O inventário ainda acrescenta que a transformação do sobrado em chalé ocorreu enquanto o imóvel estava sob posse de Henrique Dumont durante século XIX, representando “uma relativa mudança arquitetônica na cidade imperial do século XIX, evidenciando a construção em alvenaria e a forma de ‘chalé alsaciano’”. Contudo, no início do século XX, o chalé pertencia a Desidério Gonçalves de Matos que foi um “importante empresário da cidade, tendo participado de empreendimentos como a Companhia Industrial Ouro-pretana”. Já entre as décadas de 1960 e 1980, a posse do imóvel era de Oromar Seabra Eiras e José Alberto Alves de Brito Pinheiro e em 1975, três décimos da propriedade foi adquirido por Reinaldo Otávio Alves de Brito Pinheiro<sup>286</sup>.

Os próximos arquivos consultados durante a pesquisa foram os inventários dos bairros em que estão localizados os chalés analisados. Nesses inventários foi possível encontrar uma documentação fotográfica, o histórico de formação do bairro, além dos

<sup>283</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Acervo Urbano. Estruturas Arquitetônicas. **Rua Alvarenga, 733 – Cabeças**. Ouro Preto, Minas Gerais, 2012, pp. 10-11.

<sup>284</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Acervo Urbano. Estruturas Arquitetônicas. **Rua Alvarenga, 12 – Cabeças**. Ouro Preto, Minas Gerais, 2012, pp. 11-12.

<sup>285</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Acervo Urbano. Estruturas Arquitetônicas. **Rua Alvarenga, 12 – Cabeças**. Ouro Preto, Minas Gerais, 2012, p. 12.

<sup>286</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Acervo Urbano. Estruturas Arquitetônicas. **Rua Alvarenga, 12 – Cabeças**. Ouro Preto, Minas Gerais, 2012, pp. 12-13.

inventários de cada bem material e imaterial tombados e registrados do local. A pesquisa desses documentos se relaciona ao nosso anseio de compreender se havia uma relação entre a formação dos bairros com a preservação dos chalés.

Os históricos dos bairros apresentados nos inventários obtidos contam os passos para a formação dessas regiões desde antes de Vila Rica. Além disso, os textos descrevem a demografia do local e as predominâncias arquitetônicas. Tratam também dos aspectos naturais e os bens encontrados na região como igrejas e chafarizes.

Nos inventários dos bairros Cabeças<sup>287</sup> e Rosário<sup>288</sup>, contudo, não foi possível encontrar nenhuma menção aos chalés dessas regiões. No inventário do bairro Centro<sup>289</sup> a menção aos chalés é encontrada apenas uma vez em um registro fotográfico que mostra a vista do bairro Lages onde se encontra o Chalé Scliar (Fig. 21). Assim como no inventário do Centro, o inventário do bairro Alto da Cruz<sup>290</sup> também traz um pequeno registro fotográfico de um Chalé (Fig. 22) e mais nenhuma menção a outros chalés. Já no inventário do bairro Pilar<sup>291</sup> foi possível encontrar informações referentes ao chalé da Praça Américo Lopes nº 78<sup>292</sup> (Fig. 23 e Fig. 24).

---

<sup>287</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Cabeças**. Quadro II, v. 06/08. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

<sup>288</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Rosário**. Quadro II, v. 05/08. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

<sup>289</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Centro**. Quadro II, v. 02/XX. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

<sup>290</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Alto da Cruz**. Quadro II, v. 07/08. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

<sup>291</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Pilar**. Quadro II, v. 02/08. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

<sup>292</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Pilar**. Quadro II, v. 02/08. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012, pp. 215-236.

**Figura 21 – Chalé Scliar Centro**

Fonte: Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Centro.** Quadro II, v. 02/XX. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012, p. 364. (modificada pela autora)

**Figura 22 - Chalé Alto da Cruz**

Fonte: Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Alto da Cruz.** Quadro II, v. 07/08. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012, p. 1460.

**Figura 23 – Praça Américo Lopes nº 78, Pilar Antigo**



Fonte: Acervo Luiz Fontana. Foto tirada entre 1930 e 1960. (modificada pela autora)

**Figura 24 – Praça Américo Lopes nº 78, Pilar**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

Assim como nos inventários da Rua Alvarenga nº 12 e nº 733 do bairro Cabeças, o inventário do chalé da Praça Américo Lopes nº 78 traz o histórico da

edificação. Esse imóvel pertence a Universidade Federal de Ouro Preto, segundo o inventário, desde a década de 1930 onde se encontra desde esse período a República Federal Pif-Paf<sup>293</sup>. Anteriormente, a edificação detinha uma residência particular, contudo o inventário não traz os nomes dos antigos proprietários.

Após a análise dos inventários adquiridos, pesquisamos o acervo gerado pelo Escritório Técnico do IPHAN de Ouro Preto. Em uma visita presencial ao acervo foram analisados documentos de quatro chalés entre os selecionados para essa pesquisa. Os chalés eram os da Rua Alvarenga nº 12, nº 427 (Fig. 25 e Fig. 26) e nº 439 (Fig. 25 e Fig. 27) e o da Rua Gabriel Santos nº 107 (Fig. 28 e Fig. 29). Contudo, os arquivos pertencentes ao escritório são datados a partir da década de 1980, portanto não são referentes ao período de modificações arquitetônicas realizadas pelos intelectuais modernistas.

**Figura 25 – Rua Alvarenga nº 427 e nº 439, Cabeças Antigo**



Fonte: Acervo Luiz Fontana. Foto tirada entre 1930 e 1960. (modificada pela autora)

<sup>293</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Pilar**. Quadro II, v. 02/08. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012, p. 233.



**Figura 26 – Rua Alvarenga nº 427, Cabeças**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

**Figura 27 – Rua Alvarenga nº 439, Cabeças**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

**Figura 28 – Rua Gabriel Santos nº 107, Rosário Antigo**



Fonte: SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto**: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950. IPHAN/Rio de Janeiro: COPEDOC, 2008, p. 41.

**Figura 29 – Rua Gabriel Santos nº 107, Rosário**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

O próximo acervo visitado foi o Arquivo Público Municipal que contém os livros de “Lançamento dos impostos territorial e predial” de 1948-1950, o “Livro de registro de

profissões de aforamentos” de 1900 a 1935, o “Livro de Impostos de Industrias e Profissões” de 1948-1957 e da década de 1960, as “Fichas de Cobrança” de 1960 a 1980 e as “Fichas de cadastro e lançamento predial e territorial urbano” das décadas de 1970 e 1980. O período escolhido para a busca nos documentos corresponde ao período dos estudos realizados em Ouro Preto quanto à conservação dos imóveis locais. O intuito da análise desses documentos era descobrir os nomes dos proprietários dos chalés selecionados e as profissões que exerciam no período de intervenção modernista.

**Figura 30 - Rua Conselheiro Quintiliano nº 506, Alto da Cruz**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

O primeiro chalé encontrado no Arquivo Municipal foi o da Rua Conselheiro Quintiliano nº 506 (Fig. 30). Esse imóvel, como consta no acervo pesquisado, foi construído por Randolpho Bretas, presidente da câmara naquele período, e passado aos seus herdeiros. Em 1949, segundo o “Livro de lançamento predial e territorial urbano”, estava sob posse de Randolpho Bretas Bhering<sup>294</sup>. Entretanto, não foi possível encontrar a profissão do proprietário nos documentos analisados. Além desse chalé, a busca por informações sobre os outros imóveis encontrou obstáculos.

O primeiro obstáculo foi a correspondência entre os números atuais das casas e os números registrados nos livros, além dos nomes das ruas que também eram diferentes. O segundo obstáculo estava em encontrar as profissões dos proprietários, uma vez que nem todos os nomes possuíam registro. Os chalés pertencentes à Rua

---

<sup>294</sup> APMOP/MG; Inventário – Ficha de Catalogação de Manuscritos – Livros e Códices; série Receitas; **Livro de lançamento dos impostos territorial e predial**, 1948-1950, n. p.

Zizinha Cruz nº 88 (Fig. 31), à Rua Alvarenga nº 427, nº 439 e nº 149 (Fig. 32 e Fig. 33), à Rua Gabriel Santos nº 107 e à Rua Bernardo Guimarães nº 82 (Fig. 34 e Fig. 35) não possuíam essas informações sobre o período investigado nessa dissertação nos acervos consultados.

**Figura 31 – Rua Zizinha Cruz nº 88, Rosário**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

**Figura 32 – Rua Alvarenga nº 149, Cabeças Antigo**



Fonte: Acervo Luiz Fontana. Foto tirada entre 1930 e 1960. (modificada pela autora)

**Figura 33 – Rua Alvarenga nº 149, Cabeças**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

**Figura 34 – Rua Bernardo Guimarães nº 82, Rosário Antigo**



Fonte: SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto**: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950. IPHAN/Rio de Janeiro: COPEDOC, 2008, p. 39.

**Figura 35 – Rua Bernardo Guimarães nº 82, Rosário**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

As informações encontradas sobre os chalés da Rua Alvarenga nº 149 e da Rua Gabriel Santos nº 107 eram os nomes dos proprietários no período da década de 1970 e 1980 que correspondem a um momento posterior ao tempo coberto por essa pesquisa. Os chalés da Rua Zizinha nº 88, da Rua Alvarenga nº 427 e nº 439 e da Rua Bernardo Guimarães nº 82 não possuíam quaisquer registros até 1980. As alterações dos números residenciais e nomes das ruas podem ter ocasionado a perda dessas informações.

O livro *Salvemos Ouro Preto*, como demonstrado anteriormente, auxiliou na busca por informações sobre os chalés selecionados, principalmente através do relatório elaborado por Sylvio de Vasconcelos<sup>295</sup>. Tal relatório é composto por registros fotográfico dos exemplares arquitetônicos da cidade e, também, por nomes das suas ruas e dos seus números correspondentes ao ano de 1949. Por meio desses registros foi possível encontrar informações sobre alguns chalés, como por exemplo, o da Rua das Flores nº 171 (Fig. 36 e Fig. 37).

---

<sup>295</sup> SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto**: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950. IPHAN/Rio de Janeiro: COPEDOC, 2008, p. 18.

**Figura 36 - Rua das Flores nº 171, Centro Antigo**



Fonte: Acervo Luiz Fontana. Foto tirada entre 1930 e 1960. (modificada pela autora)

**Figura 37 - Rua das Flores nº 171, Centro**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

O registro fotográfico acompanhava como legenda o nome da rua e o número das casas fotografadas, o que permitiu descobrir o número da casa durante o ano de 1949. Através dessa numeração, foi possível constatar, através do “Livro de



Lançamento de Impostos territorial e predial”, o nome do proprietário dessa residência. Consta no livro de 1948-1950 que Epaminondas Rodrigues era o detentor da posse desse imóvel<sup>296</sup>. Segundo os livros da câmara, Epaminondas Rodrigues, durante o período entre 1947 e 1950, foi vereador da câmara municipal de Ouro Preto.

Outro imóvel que se pode encontrar informações através do registro fotográfico do livro Salvemos Ouro Preto foi o da Rua Costa Sena nº 307 (Fig. 38 e Fig. 39).

---

<sup>296</sup> APMOP/MG; Inventário – Ficha de Catalogação de Manuscritos – Livros e Códices; série Receitas; **Livro de lançamento dos impostos territorial e predial**, 1948-1950, n. p.

**Figura 38 - Rua Costa Sena nº 307, Centro Antigo**



Fonte: SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950**. IPHAN/Rio de Janeiro: COPEDOC, 2008, p. 41.

**Figura 39 - Rua Costa Sena nº 307, Centro**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

Segundo o livro de Sorgine, o nome da rua e o número desse imóvel no ano de 1949 era Rua Coronel Alves nº 1. Com essa informação, também foi possível encontrar

o nome do proprietário dessa residência no “Livro de Lançamento de Impostos territorial e predial”. O dono do chalé era Fernando Maia dos Santos<sup>297</sup> que também detinha posse de propriedades de torrefação e moagem de café<sup>298</sup>.

O próximo chalé encontrado por meio do registro fotográfico foi da Rua Getúlio Vargas nº 10 (Fig. 40 e Fig. 41). Consta que esse imóvel se encontrava na Rua São José nº 4 e segundo o Livro de Impostos de 1948-1950 o dono dessa propriedade no ano de 1949 era José de Carvalho Castro<sup>299</sup>, um administrador<sup>300</sup>.

---

<sup>297</sup> APMOP/MG; Inventário – Ficha de Catalogação de Manuscritos – Livros e Códices; série Receitas; **Livro de lançamento dos impostos territorial e predial**, 1948-1950, n. p.

<sup>298</sup> APMOP/MG; série Fazenda; subsérie Receita; Cadastro e Lançamento – Registro 01629 – **Livro de Registro de Lançamento de Imposto sobre Indústrias e Profissões**. 1948-1967. Termos de Abertura e de Encerramento, n. p.

<sup>299</sup> APMOP/MG; Inventário – Ficha de Catalogação de Manuscritos – Livros e Códices; série Receitas; **Livro de lançamento dos impostos territorial e predial**, 1948-1950, n. p.

<sup>300</sup> APMOP/MG; série Fazenda; subsérie Receita; Cadastro e Lançamento – Registro 01629 – **Livro de Registro de Lançamento de Imposto sobre Indústrias e Profissões**. 1948-1967. Termos de Abertura e de Encerramento, n. p.

**Figura 40 - Rua Getúlio Vargas nº 10, Centro Antigo**



Fonte: SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto**: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950. IPHAN/Rio de Janeiro: COPEDOC, 2008, p. 41.

**Figura 41 - Rua Getúlio Vargas nº 10, Centro**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

O último chalé encontrado nos registros fotográficos do livro Salvemos Ouro Preto foi da Rua Carlos Tomás nº 33 (Fig. 41 e Fig. 43) que, como consta no livro, pertencia a Rua Carlos Tomás nº 3. A partir dessa informação, foi possível constatar que o proprietário desse imóvel em 1949 era Eduardo Bartolomeu Oliveira<sup>301</sup>, proprietário também de uma farmácia e perfumarias<sup>302</sup>.

---

<sup>301</sup> APMOP/MG; Inventário – Ficha de Catalogação de Manuscritos – Livros e Códices; série Receitas; **Livro de lançamento dos impostos territorial e predial**, 1948-1950, n. p.

<sup>302</sup> APMOP/MG; série Fazenda; subsérie Receita; Cadastro e Lançamento – Registro 01629 – **Livro de Registro de Lançamento de Imposto sobre Indústrias e Profissões**. 1948-1967. Termos de Abertura e de Encerramento, n. p.

**Figura 42 - Rua Carlos Tomás nº 33, Antônio Dias Antigo**



Fonte: SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950**. IPHAN/Rio de Janeiro: COPEDOC, 2008, p. 43.

**Figura 43 - Rua Carlos Tomás nº 33, Antônio Dias**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

Ao todo, foram 15 chalés pesquisados, em que seis exemplares não possuíam quaisquer informações sobre o período até 1970 sendo eles: Rua Zizinha Cruz nº 88; Rua Bernardo Guimarães nº 82; Rua Gabriel Santos nº 107 e; Rua Alvarenga nº 149, nº

427, nº 439. Além disso, dois imóveis não possuem registros fotográficos do momento anterior às intervenções, sendo eles: Rua Zizinha Cruz nº 88 e Rua Conselheiro Quintiliano nº 506. Outras três edificações possuíam inventários individuais, sendo elas: Rua Alvarenga nº 12 e nº 733; Praça Américo Lopes nº 78.

Os chalés que apresentaram informações sobre os proprietários no período analisado, excetuando os que possuem inventário, foram seis, sendo eles: Rua Costa Sena nº 307; Rua das Flores nº 171; Rua Getúlio Vargas nº 10; Rua Carlos Tomás nº 33; Rua Diogo de Vasconcelos nº 30 (Fig. 44); Rua Conselheiro Quintiliano nº 506.

**Figura 44 - Rua Diogo de Vasconcelos nº 30 - Pilar**



Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

Foi possível localizar no acervo do Arquivo Municipal de Ouro Preto os proprietários desses imóveis e a profissão da maioria deles. A listagem abaixo demonstra as informações coletadas e citadas anteriormente.

- Rua Costa Sena, nº 307, Bairro Centro  
Em 1949, o proprietário desse imóvel era Fernando Maia dos Santos, um comerciante que trabalhava com torrefação e moagem de café.
- Rua das Flores, nº 171, Bairro Centro  
O dono dessa edificação durante o período pesquisado era Epaminondas Rodrigues, que naquele momento atuava como vereador da câmara.
- Rua Getúlio Vargas, nº 10, Bairro Centro

No período analisado, o dono do chalé era José de Carvalho Castro, que segundo o livro de Impostos de Industrias e Profissões, era administrador.

- Rua Carlos Tomás, nº 33, Bairro Antônio Dias  
Eduardo Bartolomeu Oliveira, comerciante que possuía um estabelecimento onde funcionava uma farmácia e perfumaria, foi o dono desse imóvel em 1949.
- Praça Américo Lopes, nº 78, Bairro Pilar  
Desde a década de 1930, esse imóvel pertenceu a Universidade Federal de Ouro Preto, sendo alocada para a república federal PifPaf desde então.
- Rua Diogo de Vasconcelos, nº 30, Bairro Pilar  
Segundo o livro de “Lançamentos de impostos predial e territorial urbano”, esse imóvel pertenceu à Euclides Freitas Menezes que possuía à época fazendas e armarinhos.
- Rua Zizinha Cruz, nº 88, Bairro Rosário  
Esse imóvel não possui informações sobre o período analisado nessa pesquisa.
- Rua Bernardo Guimarães, nº 82, Bairro Rosário  
Esse imóvel não possui informações sobre o período analisado nessa pesquisa.
- Rua Gabriel Santos, nº 107, Bairro Rosário  
Esse imóvel não possui informações sobre o período analisado nessa pesquisa.
- Rua Alvarenga, nº 12, Bairro Cabeças  
Durante o início do século XX, essa edificação pertenceu a Desidério Gonçalves de Matos que, segundo o inventário do imóvel era um importante empresário.
- Rua Alvarenga, nº 149, Bairro Cabeças  
Esse imóvel não possui informações sobre o período analisado nessa pesquisa.
- Rua Alvarenga, nº 427, Bairro Cabeças  
Esse imóvel não possui informações sobre o período analisado nessa pesquisa.
- Rua Alvarenga, nº 439, Bairro Cabeças  
Esse imóvel não possui informações sobre o período analisado nessa pesquisa.



- Rua Alvarenga, nº 733, Bairro Cabeças  
O dono desse imóvel no período estudado era Miguel Moreira. Ele era um comerciante que atuava no campo pastoril na região.
- Rua Conselheiro Quintiliano, nº 506, Bairro Alto da Cruz  
O chalé pertencia à família de Randolpho Bretas. Em 1949, estava sob posse de Randolpho Bretas Bhering, cuja profissão não foi esclarecida.

A profissão dos proprietários se separa em algumas categorias, sendo elas: quatro proprietários comerciantes; um político; um administrador; um imóvel pertencente à Universidade Federal; um empresário; e sete imóveis sem dados. Com os nomes de alguns dos proprietários, foi possível realizar uma busca mais aprofundada sobre suas profissões e sobre a importância que exerciam na cidade através da análise dos jornais da cidade no período entre os anos de 1930 e 1970.

A pesquisa nos jornais municipais foi realizada no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital Brasil, que possui vasto acervo de revistas e jornais de todo o país. O primeiro nome a ser buscado foi de Fernando Maia dos Santos, dono do chalé da Rua Costa Sena, nº 307. Segundo o jornal Tribuna de Ouro Preto de 1º de novembro de 1947, que o felicitava por seu aniversário, Maia era um “adiantado industrial da cidade”<sup>303</sup>. Pode-se inferir que a posição do proprietário na sociedade era de relevância, uma vez que pessoas importantes para a cidade ocupavam espaço em notícias como aniversários e obituários na época. Outra notícia sobre Fernando Maia foi reportada no jornal Tribuna de Ouro Preto de 25 de maio de 1947, em que relatava o resultado das eleições da Associação Comercial. Nessa notícia, descobre-se que Maia ganhara o cargo de Conselheiro Fiscal<sup>304</sup>.

Na mesma notícia, outros dois proprietários são citados, Epaminondas Rodrigues, dono do chalé da Rua das Flores, nº 171, e Euclides Freitas Menezes, que possuía o chalé da Rua Diogo de Vasconcelos, nº 30. Como relatado no jornal, Epaminondas ganhara o cargo de presidente da Associação e Euclides assumiria o cargo de segundo secretário. Outra reportagem que traz informações sobre

---

<sup>303</sup>**Aniversários natalícios.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 50, 1 de novembro de 1947, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq=Fernando&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2246>>. Acesso em 17 maio 2022.

<sup>304</sup>**Associação Comercial.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 33, 23 de maio de 1947, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq=Fernando&pagfis=133>>. Acesso em 17 maio 2022.

Epaminondas Rodrigues pertence ao mesmo jornal, mas da data de 29 de novembro de 1947. Nessa data é relatado que Rodrigues é eleito um dos vereadores da cidade<sup>305</sup>.

Euclides de Freitas Menezes aparece em mais algumas outras edições desse jornal. Uma delas é uma publicação comercial sobre o seu armazém, referente ao jornal de 29 de novembro de 1945<sup>306</sup>. A próxima vez que o jornal relata sobre o proprietário é para felicitá-lo por seu aniversário. Nessa mesma notícia, Menezes é caracterizado como um “abastado comerciante”<sup>307</sup>. Já no jornal de 15 de junho de 1947, que relata sobre a nova direção da Associação dos Amigos de Ouro Preto, Euclides Freitas Menezes é efetivado como parte do conselho fiscal<sup>308</sup>.

O próximo proprietário dos imóveis pesquisado foi José de Carvalho Castro, dono do chalé da Rua Getúlio Vargas, nº 10. Na reportagem do jornal Tribuna de Ouro Preto do dia 18 de maio de 1947, tem-se a notícia da posse de Castro como prefeito da cidade<sup>309</sup>. Em outra reportagem, sobre o 23º aniversário do Clube 15 de novembro, é evidenciado a presença de José de Carvalho Castro como parte da mesa de celebração<sup>310</sup>.

A busca prosseguiu com o nome de Eduardo Bartolomeu de Oliveira, dono do chalé da Rua Carlos Tomás, nº 33, e encontrou-se apenas uma reportagem em que é citado. Nessa reportagem do jornal Tribuna de Ouro Preto de 4 de novembro de 1945,

---

<sup>305</sup>**Eleitos em 23 de Novembro.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 54, 29 de novembro de 1947, p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq=Epaminondas%20Rodrigues&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2259>>. Acesso em 17 maio 2022.

<sup>306</sup>**Armazem Menezes.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 16, 29 de novembro de 1945, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=Euclides%20Freitas"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=60](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=Euclides%20Freitas)>. Acesso em 17 maio 2022.

<sup>307</sup>**Aniversários deste mês.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 18, 13 de janeiro de 1946, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=Euclides%20Freitas"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=69](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=Euclides%20Freitas)>. Acesso em 17 maio 2022.

<sup>308</sup>**Eleições na SOCIEDADE DOS AMIGOS DE OURO PRETO.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 36, 15 de julho de 1947, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=Euclides%20Freitas"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=138](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=Euclides%20Freitas)>. Acesso em 17 maio 2022.

<sup>309</sup>**Última hora: Prefeito José de Carvalho Castro.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 32, 18 de maio de 1947, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=José%20de%20Carvalho%20Castro"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=129](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=José%20de%20Carvalho%20Castro)>. Acesso em 17 maio 2022.

<sup>310</sup>**Clube Recreativo 15 de Novembro.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 53, 22 de novembro de 1947, p. 2. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq=José%20de%20Carvalho%20Castro"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2256](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq=José%20de%20Carvalho%20Castro)>. Acesso em 17 maio 2022.

Oliveira é referido como farmacêutico e incumbido de ser o 2º mesário para a eleição municipal<sup>311</sup>.

Desidério Gonçalves de Matos, dono do chalé da Rua Alvarenga nº 12, foi o próximo a ser pesquisado nos jornais de Ouro Preto. No jornal Tribuna de Ouro Preto de 29 de julho de 1945 é felicitado, e também sua esposa, por seu aniversário de 50 anos de casamento<sup>312</sup>. Outra reportagem que apresenta informações sobre Matos é do mesmo jornal, mas datado de 13 de dezembro de 1947, em que é parabenizado por seu aniversário. Nessa notícia, Desidério Gonçalves de Matos é caracterizado como coronel, gerente da fábrica de tecidos Companhia Industrial de Ouro Preto e como um “elemento que goza de grande prestígio de largo círculo de relações”<sup>313</sup>.

O proprietário seguinte para a pesquisa foi Miguel Moreira, dono do chalé da Rua Alvarenga, nº 733. Entretanto, nos jornais do período pesquisado, não foi possível encontrar nenhuma informação ou citação sobre ele.

O último nome pesquisado foi o dono do chalé da Rua Conselheiro Quintiliano, nº 506, Randolpho de Bretas Bhering. A pesquisa nos documentos pertencentes ao Arquivo Municipal não apresentou informações sobre a profissão ou relevância social de Bhering. Contudo, no jornal Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, datado de 28 de setembro de 1939, foi possível descobrir que exercia um cargo dentro da Fazenda Nacional<sup>314</sup>. Em outro jornal, Correio da Manhã do Rio de Janeiro de 11 de abril de 1954, encontrou-se uma reportagem em que informava que Bhering exercia o cargo de diretor do Laboratório Nacional de Análises<sup>315</sup>.

---

<sup>311</sup>**Juízo Eleitoral de Ouro Preto.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 13, 4 de novembro de 1945, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq="Eduardo%20Bartolomeu"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=49](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

<sup>312</sup>**Bodas de Ouro de Casamento.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 04, 29 de julho de 1945, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq="Desidério%20Gonçalves"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=11](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

<sup>313</sup>**Aniversário natalícios.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 56, 13 de dezembro de 1947, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq="Desidério%20Gonçalves"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2270](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

<sup>314</sup>**Concessão de licenças.** Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Edição 230, 28 de setembro de 1939, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_06&pesq="Randolfo%20Bretas"&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=23702](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_06&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

<sup>315</sup>**Há 64 anos funciona o Laboratório Nacional de Análises.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Edição 1954, 11 de abril de 1954, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_06&pesq="Randolfo%20de%20Bretas"&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=35565](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

Como se pode perceber durante essa pesquisa, além dos sete imóveis que não possuem informações referentes à profissão dos proprietários no período entre 1940 e 1970, momento em que foi realizado o levantamento sobre as condições de conservação dos imóveis da cidade e feitas melhorias em algumas das edificações consideradas em estado de emergência, sete imóveis estavam sob posse de pessoas importantes em Ouro Preto. É bem provável, dada a associação entre aquela linguagem arquitetônica e o gosto de uma classe, que os demais também pertenciam a pessoas e famílias igualmente importantes nos círculos sociais econômicos e políticos locais.

Os chalés pesquisados até então, como pode-se perceber, encontram-se atualmente sem modificações em suas características arquitetônicas e tipológicas. Entretanto, foi possível encontrar um exemplar (Fig. 45 e Fig. 46) dessa tipologia que sofreu modificações em sua estrutura, em que o imóvel é descaracterizado e ganha o formato referente às propriedades do seu entorno.

**Figura 45 - Largo do Rosário nº 99 Antigo**



Fonte: Acervo Luiz Fontana. Foto tirada em 1930. (modificada pela autora)

**Figura 46 - Largo do Rosário nº 99**

Fonte: Foto elaborada pela autora, 2022.

O imóvel do Largo do Rosário nº 99 foi a única edificação na tipologia chalé registrada nas fotografias de Luiz Fontana a apresentar a reversão das suas características para se camuflar na paisagem. Esse fator foi um impulsor para a busca de informações sobre essa arquitetura. O primeiro documento consultado foi o texto “Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950”, onde foi possível encontrar o número do imóvel no período da campanha<sup>316</sup>. Constava no livro que a edificação era registrada com os números 23 e 25, contudo, através da imagem apresentada (Fig. 47) pode-se perceber que no período entre 1949 e 1950 o imóvel já não possuía as características do estilo chalé.

---

<sup>316</sup> SORGINE, Op. cit., 2008, p. 141.

**Figura 47 - Largo do Rosário nº 99, Salvemos Ouro Preto**



Fonte: SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto**: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950. IPHAN/Rio de Janeiro: COPEDOC, 2008, p. 141.

O imóvel, portanto, foi modificado antes das intervenções modernistas realizadas na cidade nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Essa fato pode demonstrar o interesse em reforçar o gosto colonial e a harmonização da cidade de Ouro Preto a partir dos próprios moradores do município, uma vez que foi uma intervenção realizada sem a interferência dos órgãos municipais ou da instituição de proteção ao patrimônio.

Outros arquivos consultados para obtenção de informações sobre a edificação foram o livro de Indústrias e Profissões das décadas de 1940 a 1960 e as fichas cadastrais dos imóveis do período entre 1967 e 1980. Tais documentos estão localizados no Arquivo Municipal de Ouro Preto. Através da análise desses acervos, foi possível encontrar o nome do proprietário desse imóvel, pertencendo ao mesmo durante todo o período pesquisado. O proprietário era Antônio José Marques, contudo não foi possível descobrir sua profissão, uma vez que os arquivos não detinham tais informações e os jornais regionais desse período não apresentam citação ao seu nome.

A modificação estilística do imóvel ter ocorrido anteriormente às iniciativas modernistas de padronização arquitetônica da cidade pode demonstrar que esse anseio antecede os estudos realizados por Sylvio de Vasconcellos em 1949. O registro fotográfico de Luiz Fontana, como a própria imagem apresenta, foi realizado no dia 14 de agosto de 1930, alguns anos antes da monumentalização da cidade. É possível

inferir que tal proximidade temporal pode revelar que, pouco após ou, até mesmo, durante o período de reconhecimento da importância patrimonial do município de Ouro Preto, essa edificação foi modificada aos moldes das casas do século XVIII e tal fato pode estar relacionado à difusão dos desejos modernistas de uma cidade colonial “intacta” ou maximamente homogênea em seus aspectos arquitetônicos.

Os imóveis do Largo do Rosário nº 99 e da Rua Alvarenga nº 12 trazem contrapontos a respeito da busca principal desta pesquisa que é tentar compreender os motivos que levaram a permanência da tipologia durante as intervenções modernistas. Enquanto o chalé da Rua Alvarenga nº 12 teve suas características sobrepostas a um sobrado do século XVIII, e cujo proprietário era “um dos maiores cafeicultores do Império”<sup>317</sup>, o chalé do Largo do Rosário nº 99 teve suas características transformadas em uma edificação no estilo colonial antes das intervenções modernistas em meados do século XX e cujo proprietário não consta nos livros de profissões e nos jornais locais da época.

Tal paralelo somado aos dados coletados sobre os outros imóveis dessa tipologia, é possível deduzir que o poder socioeconômico dos proprietários foi um fator de influência para a permanência dessa linguagem no espaço que ia sendo moldado pela interferência das instituições patrimoniais no sentido de formação da homogeneidade do conjunto colonial da cidade em detrimento do estilo eclético. Fica evidente que, apesar dos esforços realizados pelo SPHAN em manter uma harmonização estética do município, os donos dos chalés conseguem manter uma tipologia eclética praticamente intacta compondo a paisagem ouropretana.

---

<sup>317</sup> Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Acervo Urbano. Estruturas Arquitetônicas. **Rua Alvarenga, 12 – Cabeças**. Ouro Preto, Minas Gerais, 2012, pp. 11-12.

#### 4. Conclusão:

Ouro Preto, como se pode perceber ao longo dessa dissertação, é uma cidade histórica que, apesar de ser reconhecida pelo seu patrimônio arquitetônico do período colonial, também apresenta outros estilos de construção, como o Eclético e o Moderno. Os olhares, sempre voltados para as edificações do século XVIII, deixam passar imóveis de tempos que não são, ainda, estudados em profundidade sobre a cidade. Casas que, apesar de suas características gritantemente destoantes do entorno ouropretano, ainda permanecem despercebidas, até mesmo pelas visões atentas dos visitantes.

Foi buscando estudar sobre os diferentes estilos arquitetônicos de Ouro Preto que essa dissertação lançou luz sobre a importância e relevância da arquitetura eclética para o desenvolvimento e formação da cidade. Para além do limite geográfico desenhado para a cidade, se identificou a magnitude desse estilo na história das grandes cidades e de todo o país. Até mesmo no contexto mundial, foi possível observar a dimensão que essas construções atingiram.

As ferrovias que surgiram no século XVIII, na Europa, agora transportavam, não somente novos materiais e novas técnicas, elas distribuíam conhecimento, gostos e transformaram o longe em uma pequena viagem. Tendências que antes se restringiam a região dos países nobres, se tornam inspirações para este país periférico. Pensamentos higienistas que partiram de ideologias europeias, foram consolidadores de reformas urbanas completas em capitais brasileiras.

O gosto eclético, aqui, ganha uma nova perspectiva. Através de inspirações, esse estilo se constrói como uma cópia, até um pouco simplificada e nem um pouco original, daquilo que, um dia e em outro lugar, foi representação de poder e *status*. No Brasil, jardim franceses se tornam referência para paulistas, o modernismo e progresso distinto dos ingleses assume a forma de remodelação e desapropriação no Rio de Janeiro. A ânsia de ser reconhecido pelo “Velho Mundo”, acentua o “complexo de inferioridade” e deixa marcas em todo o país, um “desejo de ser estrangeiro”<sup>318</sup>.

O estilo Eclético, apesar de ter sido utilizado como uma cópia estrangeira, ainda faz parte, não só como coadjuvante, mas também como um dos protagonistas, de um período histórico com mudanças importantes para o país e para o mundo. Novas técnicas de construção, novos meios de transporte, novo momento político e novas ideologias compõem esse momento e o ecletismo é o “estilo próprio da modernidade”

---

<sup>318</sup> FABRIS, Op. cit., 1993, p. 136.



<sup>319</sup>. Grandes capitais e pequenas cidades do interior desejavam por integrar esse movimento como se não quisessem ser deixadas para trás.

Ouro Preto, que não quer ter sua capital retirada, se adapta, a maneira que consegue, às novas ideias republicanas. Contudo, o gosto imperial, que paira sobre os ares da cidade, impede que seja vista de outra maneira que senão uma cidade que não representa os novos tempos. Impelida pelos ideais que almejava, guardou apenas algumas tentativas, em vão, de arquiteturas ecléticas que podem ser vistas, até hoje no município, quando procuradas por observadores atentos. Essas construções retêm, não somente características arquitetônicas de um gosto, mas também as lembranças de um contexto histórico, econômico e social de um período.

A arquitetura Eclética, por meio de suas técnicas construtivas, se utiliza de formas concretas para transmitir uma mensagem, um gosto, um contexto, um significado. O desejo de fazer parte de uma área cosmopolita foi representado por meio das edificações ecléticas e todas as suas características e técnicas construtivas. Portanto, esse estilo e esses imóveis podem ser lidos como um arquivo que contém memória e significado.

Derrida e Trouillot, ao expandir suas ideologias sob a perspectiva de arquivo, colaboram e impulsionam essa leitura sobre as construções. Com seus pensamentos, é possível expandir a forma como se encara a arquitetura, não somente visando a construção em si, mas todo o contexto ao qual está inserida. Entretanto, a partir do momento em que se entende esse estilo sob essa visão, também é preciso compreender os ócios que o acompanham. Neste caso, está fadada a “pulsão de morte” e ao “silenciamento”.

Tanto a “pulsão de morte”, quanto o “silenciamento” demonstram a efemeridade da arquitetura, uma vez que está destinada a ser apagada e esquecida. As ações acometidas contra esse estilo em específico, no Brasil, advém de mais uma tentativa de rompimento com um passado. Enquanto os novos republicanos tinham certa aversão ao período colonial e tudo o que o representava, no século XX, se têm os modernistas que tem repulsa por todo o estilo Eclético.

Visto como um estrangeirismo indesejado e uma mimética indigna, o Eclético se torna alvo do “silenciamento”. A primeira medida que se pode apresentar durante este texto reforça o desgosto por essa arquitetura, partindo até de uma ação promovida

---

<sup>319</sup> FABRIS, Op. cit.,1993, pp. 134-135.

por um participante da sociedade, sem seguir qualquer legislação. A casa que antes detinha elementos destoantes da arquitetura preferida, o colonial, é transformada pelo seu próprio dono. O declínio ao Eclético é tão evidente que as primeiras leis destinadas a proteção do patrimônio nacional, na cidade de Ouro Preto, antes mesmo da criação de uma instituição destinada à proteção dessa herança, incentivava a remodelação dessa arquitetura.

Uma das primeiras ações tomadas partiu de uma iniciativa privada que tinha como objetivo salvar Ouro Preto e seus casarões de um destino de ruína. Essa iniciativa propiciou a criação de uma campanha de arrecadação de patrocínios para a recuperação das casas que, por ora, se encontravam em degradação. Para que pudessem levantar o incentivo necessário, um estudo foi realizado para compreender a situação dos imóveis da cidade. Nesse estudo, as edificações no estilo eclético foram classificadas como “casas novas” e os chalés foram considerados em estado “regular”.

Essa classificação auxiliou no processo de exclusão da arquitetura eclética, uma vez que não lhe proporcionou uma autonomia e colocando na mesma categoria que outros estilos arquitetônicos. A classificação dos chalés como imóveis em estado regular ajudou na permanência dessa tipologia, uma vez que não foram considerados como imóveis que necessitavam de reformas ou intervenções. Além disso, esse estudo demonstrou a visão dos intelectuais modernistas sobre o patrimônio a ser protegido e a visão sobre o estilo eclético, que acabou por ser renegado.

Ouro Preto, pioneira na função de proteção, reconhecida mundialmente, foco de iniciativas privadas e campanhas em níveis mundiais de conservação do patrimônio foi alvo das medidas parciais e da predileção de arcônticos desgostosos. O poder sobre a “pulsão de morte” representou a exclusão de uma parte da memória social, que não foi considerada relevante para o patrimônio nacional. Culturas sociais, memórias históricas e elementos que compõem uma comunidade foram relegados e somente memorados a partir de 1980.

As instituições de proteção e os instrumentos que auxiliam na conservação do patrimônio, em décadas de funcionamento, preteriram determinadas culturas em preferência a outras. Agora, com uma nova percepção de patrimônio a ser protegido, com uma função social importante, começa-se a compreender a relevância da participação da sociedade nas decisões sobre a proteção dessa herança. Contudo, ainda é perceptível a falta que uma participação maior da comunidade faz para a proteção de uma memória histórica.

A predileção sobre o patrimônio nacional fica evidente no caso de Ouro Preto quando se observa o apagamento da arquitetura eclética em prol de um ideal de homogeneização da cidade. Entre tantos exemplares que sofreram as consequências do favoritismo estilístico, encontram-se sobreviventes que permanecem. Compreender o motivo que garantiu a perpetuidade desses imóveis foi o objetivo principal desse estudo.

A tipologia que perseverou as mudanças realizadas pelos intelectuais modernistas, arcônticos do patrimônio, foi a dos chalés. Esses sobreviventes permeiam a cidade de Ouro Preto, espalhados por todo o perímetro histórico. Apesar de possuírem características semelhantes com a arquitetura colonial como o beiral avançado, as cores das fachadas e a altura dos imóveis, essa tipologia, pertencente ao estilo eclético, carrega inúmeros outros elementos que destoam da arquitetura preferida. Os elementos ecléticos mais acentuados são o telhado em duas águas que forma um frontão triangular na edificação, o uso de varandas e a centralidade do imóvel no terreno.

A aproximação com a arquitetura colonial foi a temática abordada na monografia desta autora. Mesmo com as semelhanças, esse não foi um dos motivos que permitiu a permanência desses chalés durante as intervenções modernistas. Para tanto, essa dissertação buscou diferentes causas para essa conservação.

Compreendeu-se durante a elaboração desse trabalho que a arquitetura eclética brasileira possuía forte ligação com o desejo de seguir a ordem cosmopolita europeia. Esse anseio também foi passado nas construções dos chalés que, apesar do seu porte pitoresco, ainda representava um período focado em progresso e modernidade, que não somente atingiu o âmbito da construção civil, mas também foi um marco de modificações sociais e culturais da época.

Os elementos exóticos e pitorescos presentes no estilo Romântico e pertencentes também a tipologia dos chalés apresentavam um olhar diferente para as construções ecléticas. O uso de varandas, jardins, cursos d'água em uma "novidade caprichosa" que tinha inspiração nas construções inglesas<sup>320</sup>. A fusão de elementos ingleses, franceses, suíços e até da era medieval auxiliaram na tendência de "revalorização do ambiente natural" e na integração harmoniosa da arquitetura<sup>321</sup>.

---

<sup>320</sup> FABRIS, Op. cit., 1993, p. 139.

<sup>321</sup> CAMPOS, Eudes. **Chalés paulistanos**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Séria. v. 16, n. 1. pp. 47-48. jan-jun. 2008.

Dentre todos os exemplares dessa arquitetura pitoresca pertencentes ao município de Ouro Preto, 15 imóveis foram selecionados para compor o corpus dessa pesquisa. Afim de compreender a sua permanência, esse estudo alcançou outros patamares. Foi possível entender o contexto ao qual essas edificações estão incorporadas e a importância de estudar essa tipologia em uma circunstância de harmonização estética. Os chalés, nessa conjuntura, representam um pequeno sopro de história que sobreviveu ao “silenciamento” e pode, a partir de um arquivo de si mesmo, perpetuar um período que, por vezes, desejavam ser esquecido.

A importância da construção dos chalés nesse contexto de homogeneização foi demonstrada principalmente através da compreensão maior sobre os proprietários desses imóveis. Por meio da análise de diversos arquivos como atas, jornais, livros e fichas, foi possível descobrir informações importantes sobre esses donos e o contexto ao qual pertenciam.

As profissões encontradas referentes aos proprietários se dividiam em algumas categorias. Quatro eram comerciantes, um administrador, um imóvel público, um empresário e um político. Contudo, apesar dessa classificação, através da leitura de jornais da época, foi possível estender a participação deles na sociedade. Entre os encontrados no cruzamento de arquivos, foi possível compreender que, apesar de apenas um ter cargo político, diversos outros donos estavam ligados à essa área. Outros até foram citados em jornais, demonstrando sua importância social no período

O estudo sobre esses proprietários demonstrou que a preservação dos chalés está ligada ao contexto socioeconômico e político ao qual seus donos estão inseridos. O uso dos chalés como uma maneira de se aproximar do cosmopolitismo europeu do século XX, no Brasil, e a permanência desses imóveis nos meados desse mesmo século proporcionou uma visão sobre a importância social dessa tipologia. Os chalés ainda carregam as heranças e memórias do indigno eclético e também apresentam uma relação social e política no contexto ouropretano.

Essa dissertação, que num primeiro momento busca compreender os chalés de Ouro Preto, demonstrou a relevância do estudo sobre a arquitetura eclética como um todo. Apesar das inúmeras tentativas de apagamento desse estilo, a memória desse período ainda permanece intacta a partir de alguns de seus sobreviventes representantes em todo o país. É por meio desses representantes, do estudo sobre eles e da sua proteção que será possível perpetuar essa memória. Esse texto, busca em suas últimas linhas, enfatizar e incentivar os estudos relacionados a esse período histórico de extrema importância para a trajetória do país e da sociedade que o compõe.

## 5. Referências:

### 5.1. Jornais:

**Aniversários deste mês.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 18, 13 de janeiro de 1946, p. 3. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq="Euclides%20Freitas"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=69](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

**Aniversários natalícios.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 50, 1 de novembro de 1947, p. 4. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq=Fernando&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2246>>. Acesso em 17 maio 2022.

**Aniversário natalícios.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 56, 13 de dezembro de 1947, p. 4. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq="Desidério%20Gonçalves"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2270](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

**Armazém Menezes.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 16, 29 de novembro de 1945, p. 3. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq="Euclides%20Freitas"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=60](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

**Associação Comercial.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 33, 23 de maio de 1947, p. 4. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq=Fernando&pagfis=133>>  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq=Fernando&pagfis=133>>. Acesso em 17 maio 2022.

**Bodas de Ouro de Casamento.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 04, 29 de julho de 1945, p. 4. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq="Desidério%20Gonçalves"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=11](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

**Clube Recreativo 15 de Novembro.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 53, 22 de novembro de 1947, p. 2. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq="José%20de%20Carvalho%20Castro"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2256](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

**Concessão de licenças.** Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Edição 230, 28 de setembro de 1939, p. 6. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_06&pesq="Randolfo%20Bretas"&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=23702](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_06&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

**“Donos” da cidade.** Alterosa. Minas Gerais, Edição 211, 11 de julho de 1955, p. 28. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060135&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=9934](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060135&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

**Eleitos em 23 de Novembro.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 54, 29 de novembro de 1947, p. 1. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq=Epaminondas%20Rodrigues&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2259>>. Acesso em 17 maio 2022.

**Eleições na SOCIEDADE DOS AMIGOS DE OURO PRETO.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 36, 15 de julho de 1947, p. 1. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq="Euclides%20Freitas"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=138](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

**Em Defesa de Ouro Preto.** Autores e Livros: suplemento literário de A Manhã. Rio de Janeiro, Edição 08, 1 maio de 1949, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066559&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=2769](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066559&Pesq=)>. Acesso em 11 maio 2022.

**Flagrantes do Estado.** Alterosa, Minas Gerais, Edição 176, dezembro 1953, p. 127 Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060135&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=7513](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060135&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

**Festa de Caridade.** Rio. Rio de Janeiro, Edição 121, 1949, p. 81. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=146854&pesq="Ouro%20Preto"&hf=memoria.bn.br&pagfis=6810](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=146854&pesq=)>. Acesso em 11 maio 2022.

**Há 64 anos funciona o Laboratório Nacional de Análises.** Correio da Manhã, Rio de Janeiro, Edição 1954, 11 de abril de 1954, p. 6. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_06&pesq="Randolfo%20de%20Bretas"&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=35565](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

**Histórico da Sociedade dos Amigos de Ouro Preto.** Tribuna de Ouro Preto. Minas Gerais, Edição 39, 8 de julho de 1947, p. 10. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=161](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

**Juízo Eleitoral de Ouro Preto.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 13, 4 de novembro de 1945, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq="Eduardo%20Bartolomeu"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=49](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

**Mudança da capital mineira.** Tribuna de Ouro Preto. Minas Gerais, Edição 56, 13 de dezembro de 1947, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=2267](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

**O Aleijadinho.** Tribuna de Ouro Preto. Minas Gerais, Edição 15, 18 de novembro de 1945, p. 1. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq="serviço%20do%20patrimônio"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=54](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=)>. Acesso em 12 maio 2022.

**Ouro Preto ameaçada.** Letras e Artes: Suplemento da Manhã. Rio de Janeiro, Edição 135, 28 de agosto de 1994, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=114774&pesq="Ouro%20Preto"&hf=memoria.bn.br&pagfis=1754](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=114774&pesq=)>. Acesso em 11 maio 2022.

**Ouro Preto é uma tradição que não pode ser apagada.** Tribuna de Ouro Preto. Minas Gerais, Edição 39, 8 de julho de 1947, p. 1. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=152](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq=)><[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=152](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

**Ouro Preto não precisa de esmolos.** Revista da Semana. Rio de Janeiro, Edição 40, 1 de outubro de 1949, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909\\_04&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=28951](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_04&Pesq=)>. Acesso em 11 de maio 2022.

**Ouro Preto novamente ameaçada.** Lavoura e Commercio. Minas Gerais, Edição 14649, 1958, p. 4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=16517](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830461&Pesq=)>. Acesso em 12 de maio 2022.

**Pela cidade de Ouro Preto.** Autores e Livros: suplemento literário da A Manhã. Rio de Janeiro, Edição 12, setembro de 1949.p. 138. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066559&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=2822](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066559&Pesq=)>. Acesso em 11 de maio 2022.

**Pelo Brasil.** O Lar Católico: revista social, religiosa, dedicada as famílias. Minas Gerais, Edição 32, 6 de agosto de 1933, p. 3. Disponível em:  
<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843822&pesq="Ouro%20Preto"&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=3656](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843822&pesq=)>. Acesso em 15 de maio 2022.

**Projetamos Ouro Preto.** Carioca. Rio de Janeiro, Edição 729, 1949, p. 3. Disponível em:  
<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830259&Pesq="Ouro%20Preto"&pagfis=44306](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830259&Pesq=)>. Acesso em 11 de maio 2022.

**Suelto.** Gazeta de Pareopeba. Minas Gerais, Edição 2111, 16 de outubro de 1949, p. 3. Disponível em:  
<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830232&pesq="Ouro%20Preto"&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=1743](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830232&pesq=)>. Acesso em 12 maio 2022.

**Última hora: Prefeito José de Carvalho Castro.** Tribuna de Ouro Preto, Minas Gerais, Edição 32, 18 de maio de 1947, p. 4. Disponível em:  
<[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq="José%20de%20Carvalho%20Castro"&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=129](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767140&pesq=)>. Acesso em 17 maio 2022.

## 5.2. Inventários:

Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Acervo Urbano. Estruturas Arquitetônicas. **Rua Alvarenga, 12 – Cabeças**. Ouro Preto, Minas Gerais, 2012, pp. 12-13.

Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. Acervo Urbano. Estruturas Arquitetônicas. **Rua Alvarenga, 733 – Cabeças**. Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Alto da Cruz**. Quadro II, v. 07/08. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Cabeças**. Quadro II, v. 06/08. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Centro**. Quadro II, v. 02/XX. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Rosário**. Quadro II, v. 05/08. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

Inventário de Proteção ao Acervo Cultural. **Distrito Sede – Bairro Pilar**. Quadro II, v. 02/08. Arquivo SMPDU/PMOP, Ouro Preto, Minas Gerais, 2012.

## 5.3. Livros:

APMOP/MG, cx 37; I 9. **Registro de Atas de Sessões da Câmara**. 1931-1948. Termos de Abertura e Encerramento.

APMOP/MG; **Livro das atas das reuniões semanais dos sócios da Sociedade Amigos de Ouro Preto**. 1943-1947, n. p.

APMOP/MG; série Fazenda; subsérie Receita; Cadastro e Lançamento – Registro 01629 – **Livro de Registro de Lançamento de Imposto sobre Indústrias e Profissões**. 1948-1967. Termos de Abertura e de Encerramento.

APMOP/MG; série Fazenda; subsérie Receita; Cadastro e Lançamento – Registro 01629 – **Livro de Registro de Lançamento de Imposto territorial e predial**. 1948-1950. Termos de Abertura e de Encerramento.

APMOP/MG; série Fazenda; subsérie Receita; Cadastro e Lançamento – **Fichas de ITPTU – 1970-1981 e Fichas de Cadastro de Imóveis 1982**.

APMOP/MG; subfundo CMOP 1; série Governo; subsérie Legislação; **Livro nº 1 - Decreto Lei**. 1931-1954.

Fundo Privado; **Livro das Atas Sociedade Amigos de Ouro Preto**. 1943-1947. Documentação não catalogada.



#### 5.4. Referências Bibliográficas:

- ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. **A casaca do Arlequim: Belo Horizonte – uma capital eclética do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.
- A Preservação do Patrimônio Cultural e a sua Trajetória no Brasil**, Revista de História e Estudos Culturais: Revista Fenix, v. 7, n. 2, maio/ago 2010. ISSN 1807-6971.
- ARRUDA, José Maria. **Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural: Ação do Estado e da Comunidade - Uma análise do município de Mariana, MG**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 1994.
- AZZI, Christine Ferreira. O Patrimônio Histórico e a cultura material no Renascimento. **Poesia, pensamento e narrativas nos séculos XVI e XVII**. Letras, Santa Maria, v. 21, n. 43, p. 353-371, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/6910/4185>>. Acesso em 18 de fevereiro 2021.
- BENCHIMOL, Jaime L. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BONAMETTI, João Henrique. **A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana brasileira**. R. cient./FAP, Curitiba, v. 1, pp.1-11, jan/dez, 2006.
- CAMPOS, Adalgisa. **Minas Gerais no limiar da modernização: o Ecletismo vernacular em três cidades de origem colonial**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019, pp. 168-172. Disponível em: [https://www.upo.es/area-historia-arte/wp-content/uploads/2019/04/Adalgisa\\_Arantes\\_Campos\\_Minas\\_Gerais\\_no\\_limiar\\_da\\_modernizacao\\_o\\_eclectismo\\_verbacykar\\_en\\_tres\\_cidades\\_de\\_origem\\_colonial.pdf](https://www.upo.es/area-historia-arte/wp-content/uploads/2019/04/Adalgisa_Arantes_Campos_Minas_Gerais_no_limiar_da_modernizacao_o_eclectismo_verbacykar_en_tres_cidades_de_origem_colonial.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2022.
- CAMPOS, Eudes. **Chalés paulistanos**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Série. v. 16, n. 1. pp. 47-108. jan-jun. 2008.
- CANCLINI, Néstor García. **Los usos sociales del Patrimonio Cultural**. En Aguilar Criado, Encarnación, pp 16-33. Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999.
- CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume Editora, 2009.
- CAVALCANTE, Lauro. **Moderno e brasileiro: A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2006.
- CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação museal: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.
- CZAJKOWSKI, Jorge. **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro**. Ed. Centro de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2000.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: Uma Impressão Freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- Edifício do antigo Conselho Deliberativo e Câmara Municipal de Belo Horizonte. **Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco/es/patrimonio-cultural-protégido/bens->

tombados/details/1/11/bens-tombados-edif%C3%ADcio-do-antigo-conselho-deliberativo-e-c%C3%A2mara-municipal-de-belo-horizonte>. Acesso em 23 de jan. 2023.

FABRIS, Annateresa. **A crítica modernista à cultura do ecletismo**. R. Italianística, ano III, nº 3, pp. 73-84, 1995.

FABRIS, Annateresa. **Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização**. Anais do Museu Paulista Nova Série nº 1, pp. 131- 143. 1993.

FENELON, Déa Ribeiro, D. (2012). SÃO PAULO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E REFERÊNCIAS CULTURAIS. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 18. pp. 290-291. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11001>>. Acesso em 30 março 2023.

FÉRES, Leila Medina Leite. **Do Monumental ao Performático: Ouro Preto e as práticas oficiais e populares do patrimônio**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/11794/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_monumentalPerform%C3%A1ticoOuro.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/11794/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_monumentalPerform%C3%A1ticoOuro.pdf)>. Acesso em 25 de jan. 2023.

FERREIRA, Camila Kézia. **A polêmica como patrimônio: Augusto de Lima Júnior e a Revista de História e Arte nos embates sobre as políticas patrimoniais (1930-1966)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. "Patrimônio: discutindo alguns conceitos". In: **Diálogos** — DHI/PPH/UEM, 2006; 10 (3): 79-88.

FIORATTI, Gustavo; ANGIOLILLO, Francesca. **Governo troca técnicos e prevê corte de 72% de verbas no IPHAN**. FolhaPress, Jornal do Brasil, 30 setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/pais/2019/09/1017453-governo-troca-tecnicos-e-preve-corte-de-72--de-verbas-do-iphan.html>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: Memória e patrimônio. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Gonçalves, José Reginaldo. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, pp. 264-275.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

OLIVEIRA, Gabriel Luz. **A cidade é da humanidade, mas não da comunidade: a patrimonialização de Ouro Preto, Minas Gerais (1938-1988)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023, (em elaboração), p. 81.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **A Inspeção de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937)**. Anais do Museu Paulista Nova Série, v. 25, n. 3, pp. 233-290, 2017.

MARTINS, Ana Paula Ramos da Silva. **O Patrimônio Eclético no Rio de Janeiro e a sua preservação**. Dissertação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp135681.pdf>>. Acesso em 10 maio 2022.

MARTINS, Alexandre Alvarez de Souza; DAMASCENO, Sueli Pereira. Introdução do livro **Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana**. 2a ed. Ouro Preto, Ed. da UFOP, 1996.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas Públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, v. 10, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/issue/view/655/showToc>>. Acesso em 03 de março 2021.

- MOTTA, Lia. **A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios**. Rev. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22, pp. 108-122, 1987.
- NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: A construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- OLIVEIRA, Alexandre Augusto de. **O Olhar do Fotógrafo Luiz Fontana: documentação de Ouro Preto (1930-1960) – Fotografia e Arte Pública: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, Gabriel Luz. **Os veios profundos de Mariana (Minas Gerais): transformação do espaço urbano na cidade-patrimônio (1938-1967)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.
- OLIVEIRA, Leandro Duque de. **Ocupação Urbana de Ouro Preto de 1950 a 2004 e Atuais Tendências**. 2010. f. 130. Dissertação (Mestrado em Geologia Ambiental e Conservação de Recursos Naturais) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2010.
- Patrimônio Cultural. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218#:~:text=A%20Constituição%20Federal%20de%201988,Artístico%2C%20por%20Patrimônio%20Cultural%20Brasileiro>>. Acesso em: 25 de nov. 2022.
- PROTEÇÃO e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. **SPHAN**, 1980, p. 55. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao\\_revitalizacao\\_patrimonio\\_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)>. Acesso em: 22 de fevereiro 2021.
- POULOT, Dominique. **Museu, nação, acervo**. In: BITTENCOURT, José Neves et alii. **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.
- POULOT, Dominique. **Museu, nação, acervo**. In: BITTENCOURT, José Neves et alii. **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.
- POULOT, Dominique. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PUPPI, Marcelo. **Por uma História não moderna da Arquitetura Brasileira: questões de historiografia**. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- REZENDE, Edson Fialho de. **Barroco Mineiro: nação civilizada, patrimônio protegido**. Monografia (Especialização em Cultura e Arte Barroca) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.
- RIBEIRO, Marília de Azambuja; BOTELHO, Angélica Cristina de Paula. Resenha do Livro: Pinheiro, Maria Lúcia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. Clio - Revista de pesquisa Histórica (Recife), 31.1 v., p. 1, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/issue/view/1784/showToc>>. Acesso em: 22 de fevereiro 2021.
- RUBINO, Silvana. **Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional**. Revista USP. São Paulo, n. 53, Março/Maio 2002. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33181/35919>>. Acesso em 26 fevereiro 2021.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Ouro Preto: dos gestos de transformação do "colonial" aos de construção de um "antigo moderno"**. In: **Anais do Museu Paulista**, v. 4, pp. 125-63, jan/dez 1996.
- SANT'ANA, Daniel. **O Desafio de implantar um sistema nacional de patrimônio cultural**. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios,

estratégias e experiências para uma nova gestão/: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ouro Preto, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Salvador: Oiti, 2014

SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. **Abertura para novas dimensões**. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão/: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ouro Preto, 2009.

SANTOS, Marisa Veloso. **Nasce a academia SPHAN**. Revista do Patrimônio, n. 24, 1996.

SANTOS, Paulo. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Instituto dos Arquitetos, Rio de Janeiro: IAB, v. 1, 1981.

SCARPATI, Riler Barbosa. **Para a glória da Roma Mineira: Museu Arquidiocesano de Mariana (1926-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/4426/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_GI%C3%B3riaRomaMineira.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/4426/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_GI%C3%B3riaRomaMineira.pdf)>. Acesso em 23 de janeiro 2023.

SILVA, Rodrigo Machado da. **Entre Antigos e Mineiros: Diogo de Vasconcellos e a História da Civilização Mineira**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3491/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O\\_AntigosMineirosDiogo.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3491/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_AntigosMineirosDiogo.pdf)>. Acesso em 24 de jan. 2023.

SORGINE, Juliana. **Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950**. IPHAN/Rio de Janeiro: COPEDOC, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento – Curitiba: huya, 2016.

VIEIRA, Pollianna Gerçossimo. **Salomão de Vasconcellos e a consagração da “Atenas Mineira” em Monumento Nacional (1936-1947)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016. Disponível em: <[https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/7137/1/DISSERTAÇÃO\\_SalomãoVasconcelosConsagração.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/7137/1/DISSERTAÇÃO_SalomãoVasconcelosConsagração.pdf)>. Acesso em: 17 de fevereiro 2021.

WAISMAN, Marina. **O Interior da História: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

## 6. Apêndice:

Rua Costa Sena, nº 307, Bairro Centro		
	IDENTIFICAÇÃO	
	Propriedade:	<input checked="" type="checkbox"/> Privada <input type="checkbox"/> Pública
	Proprietário no período estudado:	
	Fernando Maia dos Santos	
	Profissão:	
	Comerciante que trabalhava com torrefação e moagem de café	
Observações		
<p>Descrição: Residência de esquina com três andares, cujo terceiro andar possui telhado em duas águas que formam uma empena triangular e decorado com lambrequi. Janelas com verga e bandeiras de vidro triangulares. Guarda-corpos de ferro fundido. Pequena varanda frontal à rua.</p>		
LOCALIZAÇÃO		
 <p> <b>4</b> Igreja Metodista  <b>5</b> Igreja São Francisco de Assis  <b>6</b> Igreja Nossa Senhora do Carmo  <b>7</b> Igreja Nossa Senhora das Mercês         </p>		

## Rua das Flores nº 171, Bairro Centro



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:

 Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

Epaminondas Rodrigues

Profissão:

Vereador da Câmara

Observações

Descrição: Residência térrea com telhado em duas águas que formam uma empena triangular decorado com lambrequi. Dois óculos losangulares. Janelas com bandeiras de vidro retangulares.

## LOCALIZAÇÃO



## Rua Getúlio Vargas nº 10, Bairro Centro



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:

 Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

José Carvalho Castro

Profissão:

Administrador

Observações

Descrição: Residência com três andares com telhado de duas águas que formam uma empena triangular. Guarda-corpos de ferro fundido. Janelas com bandeiras de vidro retangulares.

## LOCALIZAÇÃO



## Rua Carlos Tomás nº 33, Bairro Antônio Dias



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:

 Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

Eduardo Bartolomeu Oliveira

Profissão:

Comerciante que possuía um estabelecimento onde funcionava uma farmácia e perfumaria

Observações

Descrição: Residência térrea com telhado em duas águas que formam uma empena triangular decorado com lambrequi. Janelas com vergas e bandeiras de vidro ogivais. Pequena varanda frontal à rua.

## LOCALIZAÇÃO





## Rua Américo Lopes nº 78, Bairro Pilar



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:

 Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

Universidade Federal de Ouro Preto

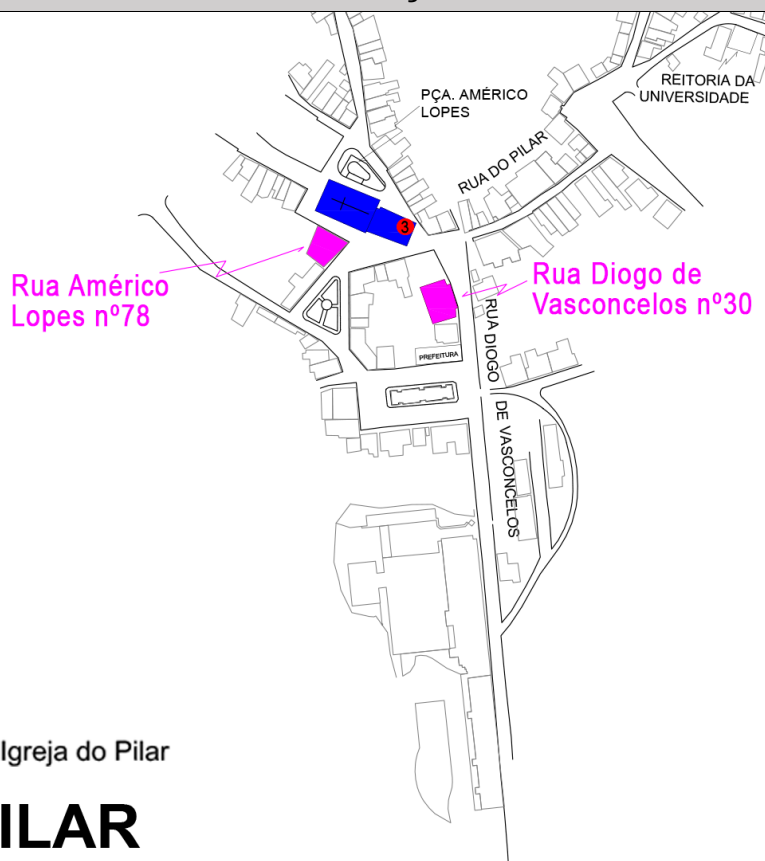
Profissão:

-

Observações

Descrição: Residência com três andares com telhado em duas águas que formam uma empena triangular. Janelas com verga e bandeiras triangulares. Janelas com vergas e bandeiras de vidro retangulares com esquadria em pedra. Guarda-corpos de ferro.

## LOCALIZAÇÃO



## Rua Diogo de Vasconcelos nº 30, Bairro Pilar



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:  Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

Euclides Freitas Menezes

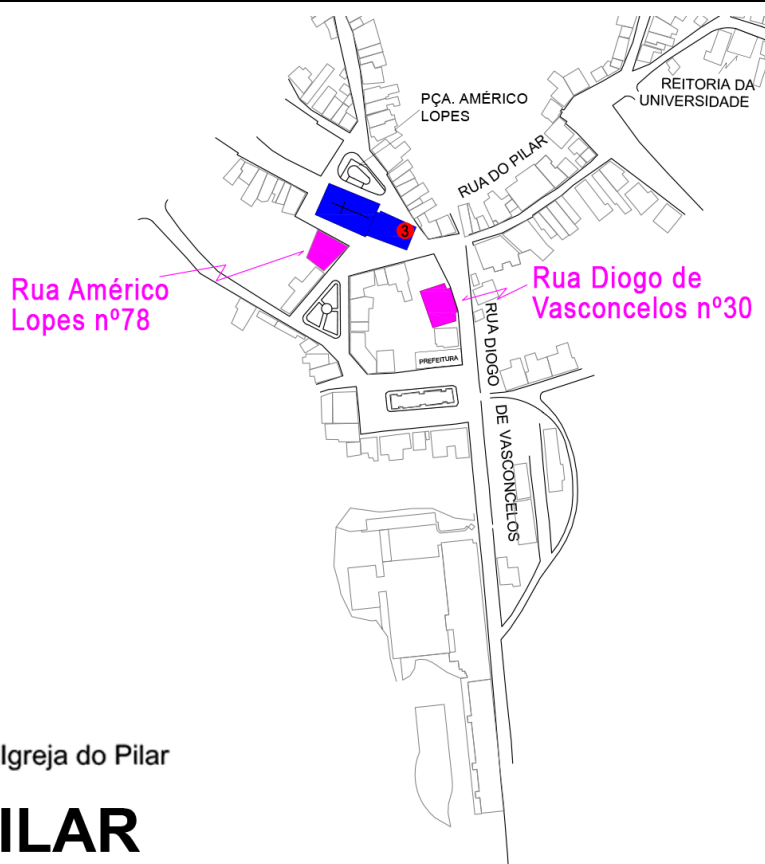
Profissão:

Comerciante que possuía fazendas e armazéns

Observações

Descrição: Residência térrea com telhado em duas águas que formam uma empena triangular decorado com lambrequi. Janelas em arco pleno. Ornatos em estuque e dois óculos.

## LOCALIZAÇÃO



## Rua Zizinha Cruz nº 88, Bairro Rosário



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:  Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

-

Profissão:

-

Observações

Descrição: Residência térrea com telhado em duas águas que formam uma empena triangular decorado com lambrequi. Janelas com vergas e bandeiras de vidro triangulares. Quintal lateral à rua.

## LOCALIZAÇÃO



## Rua Bernardo Guimarães nº 82, Bairro Rosário



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:  Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

-

Profissão:

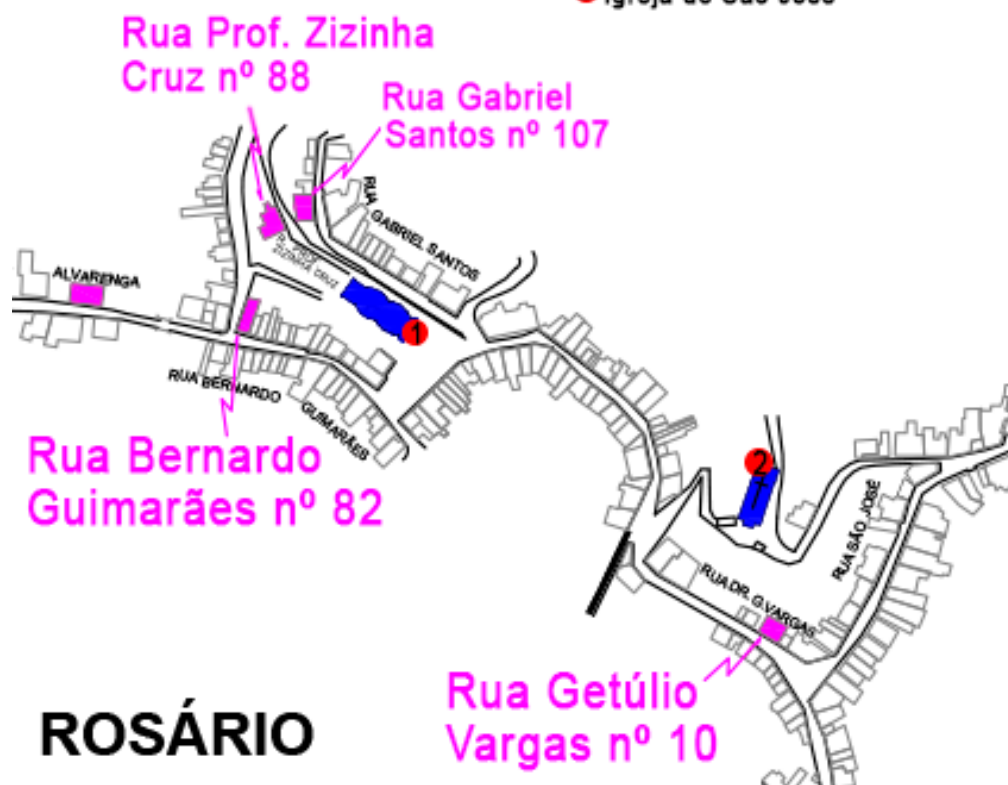
-

Observações

Descrição: Residência com dois andares. Telhado em duas águas que formam uma empena triangular. Guarda-corpos em ferro fundido. Janelas com bandeiras de vidro retangulares.

## LOCALIZAÇÃO

- ① Igreja Nosa Senhora do Rosário
- ② Igreja de São José



## Rua Gabriel Santos nº 107, Bairro Rosário



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:  Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

-

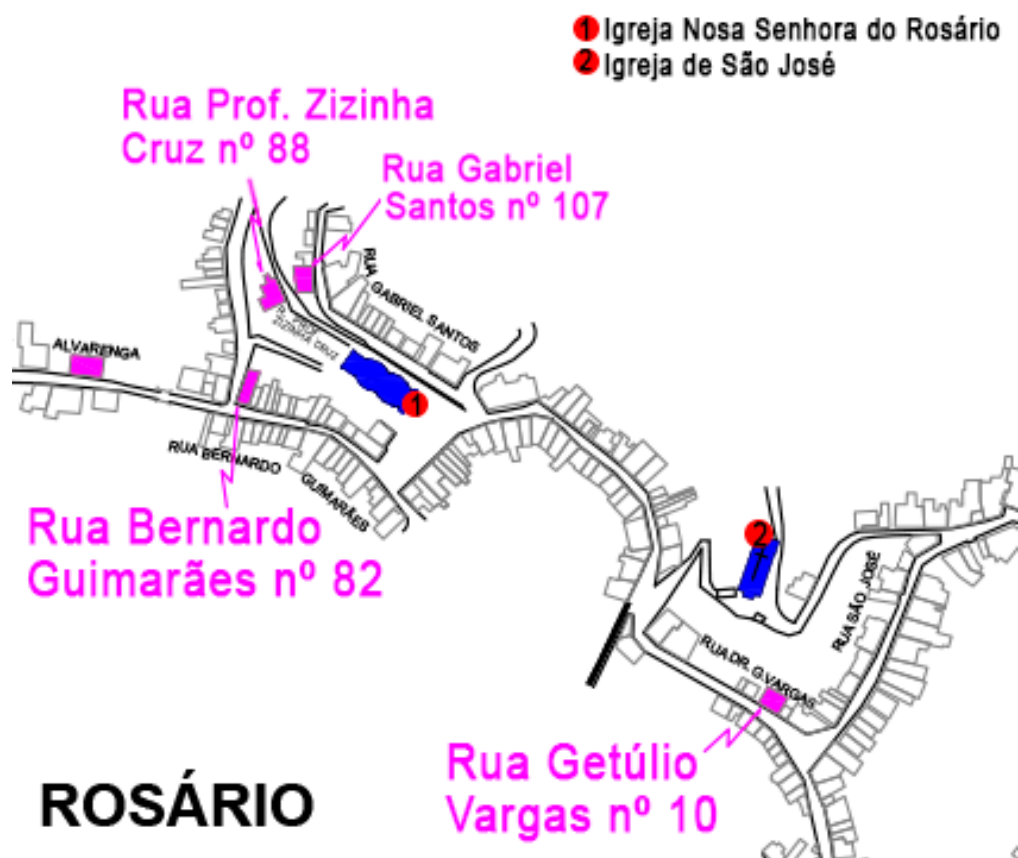
Profissão:

-

Observações

Descrição: Residência de dois andares, cujo segundo andar apresenta telhado de duas águas que formam uma empena triangular. Pequena sacada e guarda-corpo em ferro fundido. Janela com bandeiras de vidro retangulares.

## LOCALIZAÇÃO



## Rua Alvarenga nº 12, Bairro Cabeças



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:  Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

Desidério Gonçalves de Matos

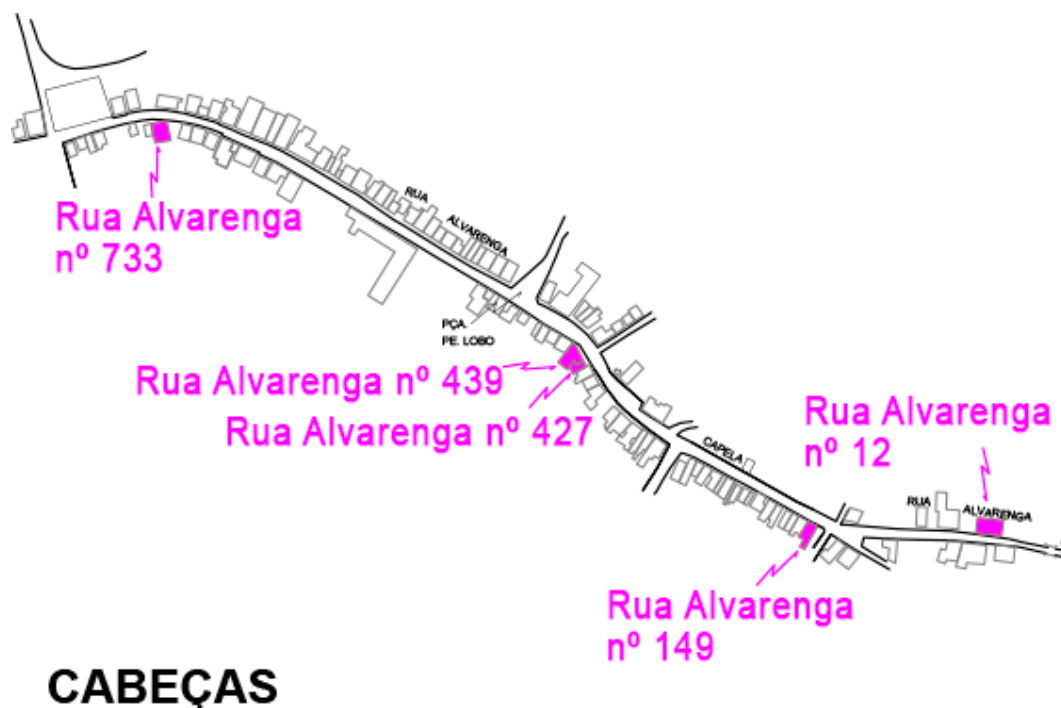
Profissão:

Empresário

Observações

Descrição: Residência de dois andares com telhado de duas águas que formam uma empena triangular. Ornamentos em estuque e óculos losangulares. Guarda-corpos de ferro fundido. Janelas com bandeiras de vidro retangulares. Varanda lateral à rua.

## LOCALIZAÇÃO



## Rua Alvarenga nº 149, Bairro Cabeças



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:

 Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

-

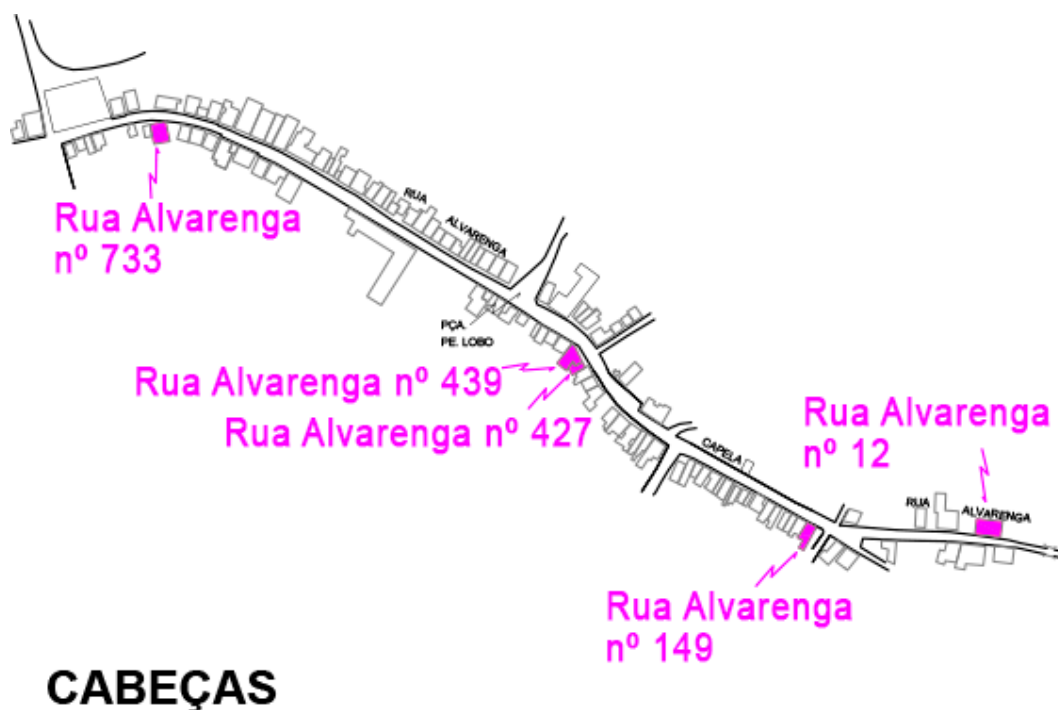
Profissão:

-

Observações

Descrição: Residência térrea com telhado em duas águas que formam uma empena triangular.

## LOCALIZAÇÃO



## Rua Alvarenga nº 427, Bairro Cabeças



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:

 Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

-

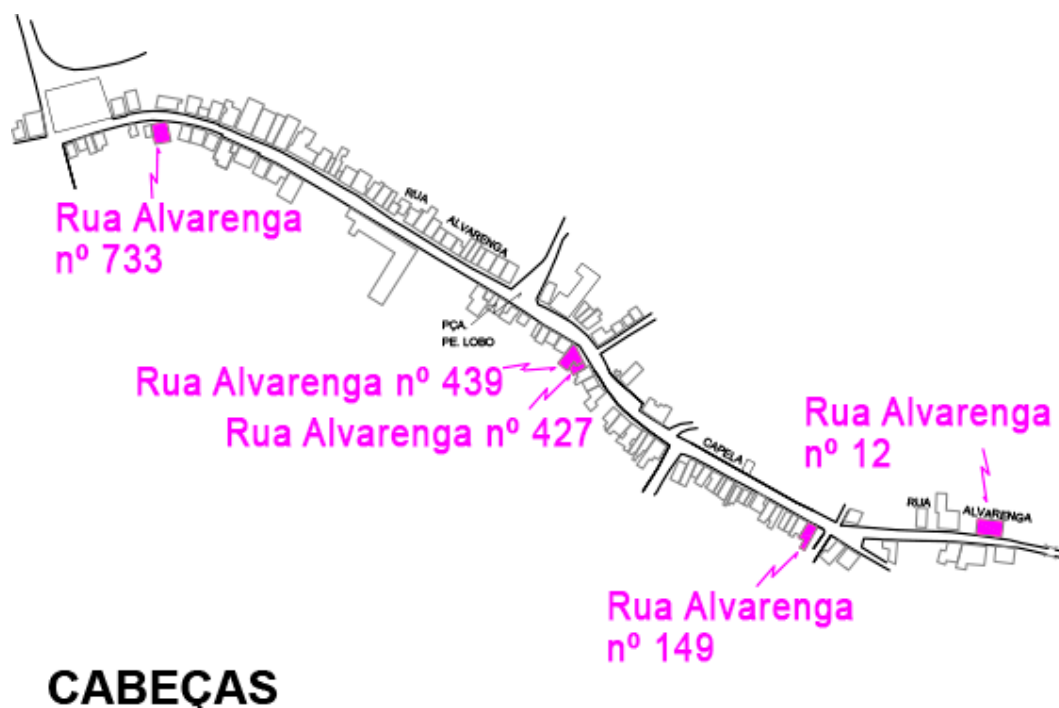
Profissão:

-

Observações

Descrição: Residência térrea com telhado em duas águas que formam uma empena triangular. Ornamento em estuque. Janelas com vergas e bandeiras de vidro triangulares. Varanda lateral à rua.

## LOCALIZAÇÃO





## Rua Alvarenga nº 439, Bairro Cabeças



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:

 Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

-

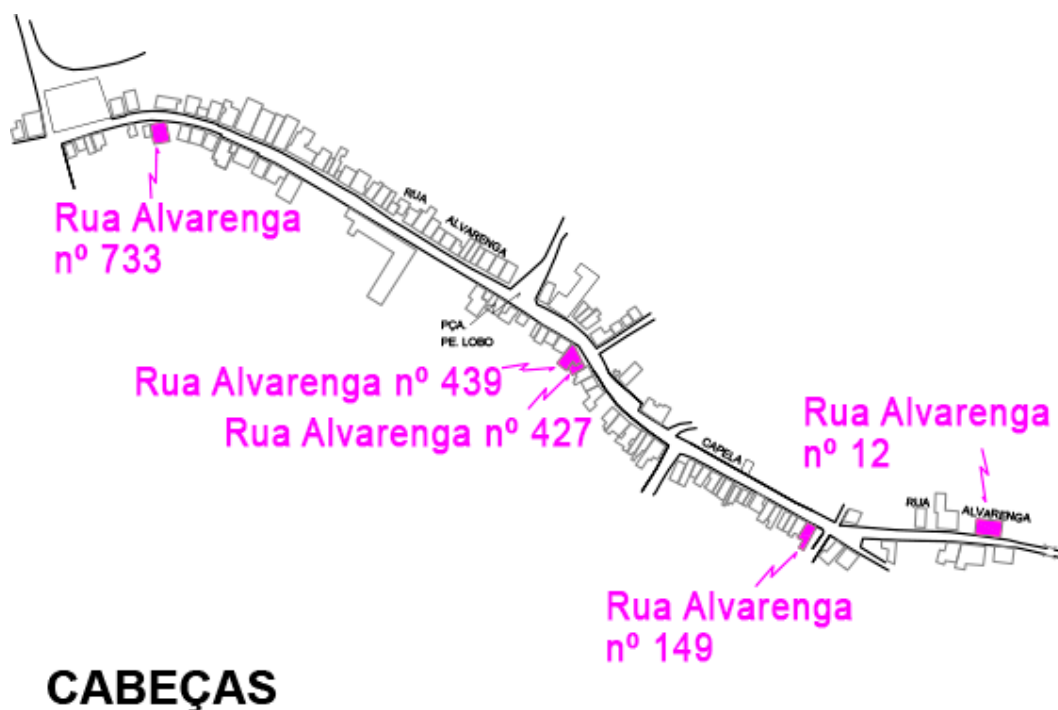
Profissão:

-

Observações

Descrição: Residência térrea com telhado em duas águas que formam uma empena triangular. Ornamento em estuque. Janelas com vergas e bandeiras de vidro triangulares. Varanda lateral à rua.

## LOCALIZAÇÃO



## Rua Alvarenga nº 733, Bairro Cabeças



## IDENTIFICAÇÃO

Propriedade:

 Privada  
 Pública

Proprietário no período estudado:

Miguel Moreira

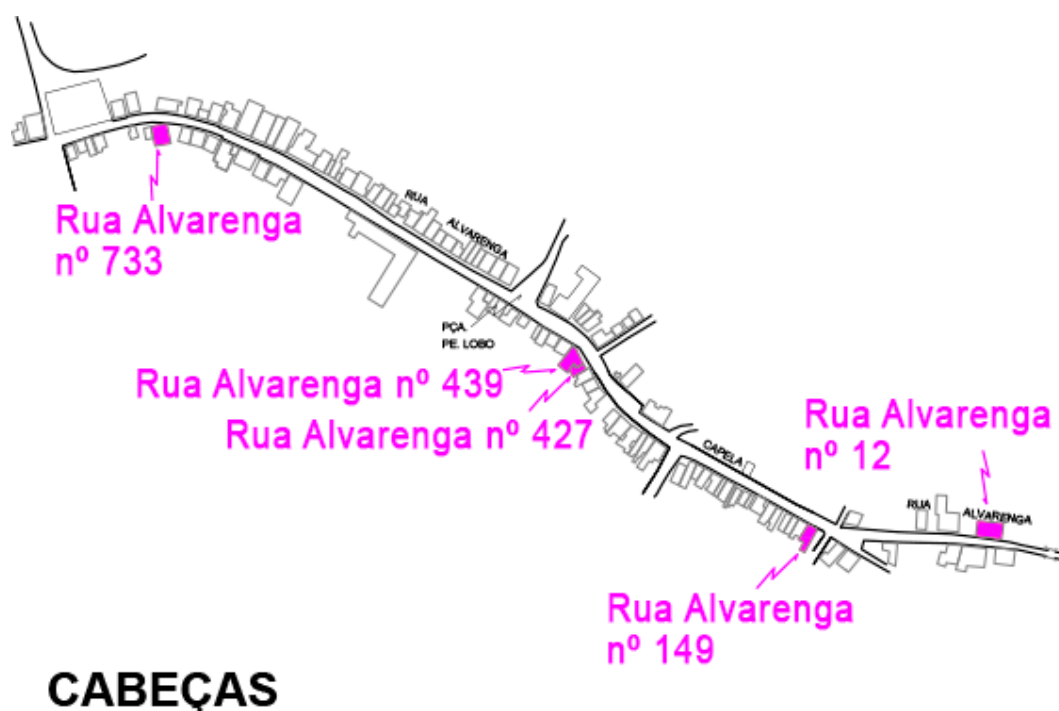
Profissão:

Comerciante que atuava no campo  
pastoril

Observações

Descrição: Residência térrea localizada no meio do lote. Telhado em duas águas que formam uma empena triangular. Óculo. Janelas com vergas e bandeiras de madeira ogivais. Quintal frontal à rua.

## /LOCALIZAÇÃO



## Rua Conselheiro Quintiliano nº 506, Bairro Alto da Cruz

IDENTIFICAÇÃO	
Propriedade:	<input checked="" type="checkbox"/> Privada <input type="checkbox"/> Pública
Proprietário no período estudado:	Randolfo Bretas Bhering
Profissão:	-
Observações	
<p>Descrição: Residência térrea localizada no meio do lote. Telhado em duas águas que formam uma empena triangular. Janelas com vergas e bandeiras de vidro em arco pleno. Quintal frontal à rua.</p>	



## LOCALIZAÇÃO

